

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
TURMA ESPECIAL - UFMA/EGMA

LETICIA MARIA MONTEIRO DO NASCIMENTO

REDES SOCIAIS E JUVENTUDES DO ENSINO MÉDIO: uma análise exploratória
da percepção dos estudantes do ensino médio de São Luís - MA

São Luís/MA
2026

LETICIA MARIA MONTEIRO DO NASCIMENTO

REDES SOCIAIS E JUVENTUDES DO ENSINO MÉDIO: uma análise exploratória
da percepção dos estudantes do ensino médio de São Luís - MA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão – UFMA como requisito para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Cacilda Rodrigues Cavalcanti

São Luís/MA
2026

**Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a)
autor(a).**

Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Nascimento, Leticia Maria Monteiro do.

Redes sociais e juventude do ensino médio: uma análise
exploratória da percepção dos estudantes do ensino médio de São
Luís-MA / Leticia Maria Monteiro do Nascimento. - 2026.

102 p.

Orientador(a): Cacilda Rodrigues Cavalcanti. Dissertação
(Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Políticas Públicas/ccso, Universidade Federal do Maranhão, São Luís,
2026.

1. Juventudes. 2. Redes Sociais. 3. Ensino Médio do
Maranhão. I. Cavalcanti, Cacilda Rodrigues. II. Título.

LETICIA MARIA MONTEIRO DO NASCIMENTO

**REDES SOCIAIS E JUVENTUDES DO ENSINO MÉDIO: uma análise exploratória
da percepção dos estudantes do ensino médio de São Luís - MA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão – UFMA como requisito para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Cacilda Rodrigues Cavalcanti (Orientadora)
Doutora em Políticas Públicas
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Carlos Wellington Soares Martins
Doutor em Políticas Públicas
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. José de Ribamar Sá Silva
Doutor em Políticas Públicas
Universidade Federal do Maranhão

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha família pelo incentivo apoio e carinho incondicional, meu namorado Alarcon, minha tia Margarida, minhas irmãs Daisa e Ana Cristina, meus irmãos Carlos e Denis, minha prima Alana Valéria e aos meus sobrinhos queridos: Lucas, Jorge, Lívia, Luís André, Denise e Rodrigo, Karisia, Karol e Denis Jr., Luciano e Alan. Minha prima Maria e meu afilhado Guilherme. Meu primo Tom e sua esposa Loide.

Um agradecimento especial para minha sobrinha Bianca, que se fez presente no primeiro passo desta caminhada.

Ao meu amigo mestre e doutorando Frednan Bezerra dos Santos que me incentivou a me inscrever neste mestrado.

Aos meus colegas de trabalho: Meu chefe Jomar Fernandes, Raquel, Estefane, Rebeca, Vânia e Thiago Akira, pelo apoio e compreensão.

A toda turma de mestrado, agradeço pela oportunidade de compartilhar esta caminhada com todos vocês: Reinaldo, Eduardo, Adriana, Ana Beatriz, Isabel, Robert, Rubson, Alexandre, Catarina, Camila, Laire, Luana, Hugo, Leticia Cristine, Daniel, Raissa, Raquel, Diego, Flávia, Thamires, Karen, João Miguel, Talita e Sandro. Em especial agradeço a Joseane, minha irmã de coração.

Agradecimento especial a Márcia, Alberto e Eucicley pela maravilhosa experiência de viajar juntos.

A Andreza pela atenção e cuidado com todos nós.

Aos professores Diretores das escolas participantes da pesquisa de campo: Deurivan (Liceu Maranhense), Wilson Chagas (CEM Maria Aragão) Davina (Cônego Ribamar Carvalho) e Maria das Neves (CE José Justino Pereira) pela recepção e acolhida.

Aos professores Professor Dr. José de Ribamar Sá Silva, Professora Dra. Cleonice Correia Araujo, Professora Dra. Valéria Ferreira Santos de Almada Lima, Professor Dr. Flávio Bezerra Farias, Professora Dra. Juliana Carvalho Miranda Teixeira, Professor Dr. Guillermo Alfredo Johnson, Professor Doutor Carlos Wellington Soares Martins ao Professor Dr. Antônio Gonçalves, pelos ensinamentos.

A Coordenadora do curso a Professora Dra. Lilia Penha Viana Silva, muito obrigada!

A minha orientadora a Professora Dra. Cacilda Rodrigues Cavalcanti, sou grata pelos ensinamentos, questionamentos e prazos que me possibilitaram concluir esta jornada.

Meu agradecimento à Fundação Escola de Governo do Maranhão - EGMA, na pessoa da Professora Dra. Leuzinete Pereira, sou muito grata pela oportunidade de participar desta turma. Muito obrigada, a Amanda e Márcia pela assistência impecável!

Agradeço imensamente o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão-FAPEMA, na pessoa do Diretor Presidente Normand Wall Barbosa de Carvalho Filho e do Diretor Científico Cristiano Leonardo de Alan Kardec Capovilla Luz.

Muito obrigada a todos, por tudo!

RESUMO

A necessidade de compreender como as juventudes, imersas no mundo digital, elaboram seu processo de socialização exige estudos e pesquisas acadêmicas que expliquem este cenário de vínculos fluídos e conectividade constante. A relevância do tema deve-se às profundas transformações que as tecnologias digitais provocam nos padrões de comportamento, interações sociais e processos educacionais. Com a presente pesquisa pretende-se, portanto, busca analisar a influência das redes sociais na sociabilidade juvenil na perspectiva dos jovens estudantes do ensino médio, para tanto aborda a sociologia da juventude na visão de Abramo (1994, 1997, 2009), Groppo (2017), Dayrell (2003, 2016, 2021) entre outros. A sociabilidade no ambiente virtual é analisada na perspectiva de Bauman (2003, 2007, 2021, 2026), Debord (2003), Baudrillard (1991) e Maffesoli (1998) entre outros. A dinâmica das redes e o poder dos algoritmos são discutidos com base nos estudos de Recuero (2009) e Pariser (2012). No que se refere ao campo educacional o estudo é norteado pela BNCC. A metodologia caracteriza-se por uma abordagem exploratória, onde os dados são tratados quantitativamente. Como instrumento de coleta foi utilizado um questionário (survey) online semiestruturado composto de 32 questões (via Google Forms), aplicado a uma amostra intencional de 239 estudantes de quatro escolas públicas estaduais de São Luís- MA, os dados foram tratados com a estatística descritiva, com gráficos elaborados no Excel, sem utilização de textos e nem depoimentos. As conclusões indicam as juventudes são conceitos sociológicos que se encontram em constante processo de reconstrução não é natural e nem universal, pois carrega consigo valores e usos simbólicos específicos de cada contexto. A escola é um espaço essencial para transformar o jovem de um consumidor passivo de dados em um sujeito ativo e crítico. Contudo, observa-se que há uma assimetria no acesso aos recursos tecnológicos e à conectividade de qualidade que reflete as desigualdades socioeconômicas históricas, especialmente em populações de classes baixas. As redes sociais estabelecem novas formas de sociabilidade, com possíveis implicações nos comportamentos juvenis e na sua saúde mental e a sociabilidade mediada pelas redes sociais traz implicações para os agentes socializadores tradicionais, especialmente para as instituições de ensino.

Palavras-chave: Juventudes. Redes sociais. Sociabilidade juvenil. Ensino médio. Maranhão

ABSTRACT

The need to understand how young people, immersed in the digital world, shape their socialization processes calls for academic studies and research that explain this landscape of fluid ties and constant connectivity. The topic is significant due to the profound transformations digital technologies bring to behavioral patterns, social interactions, and educational processes. This research aims to analyze the influence of social networks on youth sociability from the perspective of high school students; to this end, it addresses the sociology of youth through the views of Abramo (1994, 1997, 2009), Groppo (2017), and Dayrell (2003, 2016, 2021), among others. Sociability in the virtual environment is analyzed from the perspectives of Bauman (2003, 2007, 2021, 2026), Debord (2003), Baudrillard (1991), and Maffesoli (1998), among others. Network dynamics and the power of algorithms are discussed based on the studies of Recuero (2009) and Pariser (2012). In the educational field, the study is guided by the BNCC (National Common Curricular Base). The methodology employs an exploratory approach, with quantitative data analysis. A semi-structured online questionnaire (survey) consisting of 32 questions (via Google Forms) served as the data collection instrument; it was administered to a purposive sample of 239 students from four state public schools in São Luís, Maranhão. Data were processed using descriptive statistics and visualized through Excel charts, without the inclusion of qualitative texts or personal testimonials. The conclusions indicate that "youth" is a sociological concept undergoing constant reconstruction; it is neither natural nor universal, as it carries values and symbolic uses specific to each context. The school serves as an essential space for transforming young people from passive consumers of data into active, critical subjects. However, there is an observable asymmetry in access to technological resources and quality connectivity that reflects historical socioeconomic inequalities, particularly among lower-income populations. Social networks establish new forms of social interaction with potential implications for youth behavior and mental health, and social-media-mediated interaction has implications for traditional agents of socialization, especially educational institutions.

Keywords: Youth. Social networks. Youth sociability. High school. Maranhão.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Evolução do no número de matrículas no ensino médio regular no Maranhão por regiões urbanas e rurais de 2207 a 2024.....	57
Gráfico 2 –	Evolução no percentual de matrículas nas escolas de ensino médio regular e profissional no Maranhão de 2007 a 2024.....	58
Gráfico 3 –	Evolução do IDEB do Brasil e do Maranhão de 2205 a 2023.....	59
Gráfico 4 –	Percentual de matrículas por faixa etária em São Luís-MA.....	62
Gráfico 5 –	Gênero dos participantes.....	68
Gráfico 6 –	Religião praticada	69
Gráfico 7 –	Redes sociais utilizadas	72
Gráfico 8 –	Finalidade de uso das redes sociais.....	74
Gráfico 9 –	Confiança nas informações que circulam nas redes.....	75
Gráfico 10 –	Checagem das informações.....	76
Gráfico 11 –	Contribuição das redes para o processo de aprendizagem.....	76
Gráfico 12 –	Temas mais preocupantes para os jovens.....	77
Gráfico 13 –	Posicionamento político.....	78
Gráfico 14 –	Percepção sobre a influência das redes sociais.....	80
Gráfico 15 –	Atividades desenvolvidas no tempo livre.....	82
Gráfico 16 –	Momento em que o estímulo de acessar a rede é mais forte....	83
Gráfico 17 –	As redes sociais favorecem atitudes preconceituosas?.....	84
Gráfico 18 –	Você já se arrependeu de ter compartilhado algo?.....	85
Gráfico 19 –	O que você sente quando acessa as redes sociais?.....	85

LISTA DE SIGLAS

BNCC	Base Nacional Curricular Comum
CCES	Center Contemporary Cultural Studies
COHAB	Companhia de Habitação
IDEB	Índice de desenvolvimento da educação básica
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IEMA	Instituto Educacional do Maranhão
IMESC	Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
MEC	Ministério da Educação
LDB	Lei da Diretrizes Básicas
NSE	Nível Socioeconômico
PNED	Política Nacional de Educação Digital
SEDUC	Secretaria de Educação do Estado
QEdu	Portal de dados educacionais abertos
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	JUVENTUDES E REDES SOCIAIS: perspectivas teóricas à luz da sociologia.....	17
2.1	Perspectivas teóricas da sociologia da juventude	18
2.2	Redes sociais digitais e sociabilidade juvenil.....	38
2.3	Cultura digital, redes sociais e educação	48
3	ENSINO MÉDIO E SUAS JUVENTUDES NO MARANHÃO	53
3.1	O ensino médio no Maranhão: notas históricas e pontuais.....	53
3.2	Perfil da rede de ensino médio no estado do Maranhão e em São Luís.....	62
4	REDES SOCIAIS DIGITAIS E SOCIABILIDADE JUVENIL: a partir da perspectiva dos estudantes do ensino médio no município de São Luís.....	64
4.1	Caracterização do campo de pesquisa.....	66
4.2	Perfil dos jovens integrantes da pesquisa.....	67
4.3	Usos das redes sociais e suas influências na sociabilidade juvenil a partir da perspectiva dos jovens integrantes da pesquisa.....	71
4.3.1	As juventudes e os usos das redes sociais digitais	71
4.3.2	Engajamento político-social e os impactos psicossociais	78
5	CONCLUSÕES.....	87
	REFERÊNCIAS	90
	APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	98
	APÊNDICE B - Instrumento de Pesquisa.....	99

1 INTRODUÇÃO

As tecnologias de comunicação, em especial as redes sociais digitais, têm provocado profundas alterações nos padrões de pensamento, nos comportamentos e nas interações sociais, nas relações de trabalho e nos processos educacionais. A rapidez da evolução destas tecnologias e a maneira como são desenvolvidas e utilizadas estabelecem conexões que acarretam consequências significativas tanto no âmbito individual quanto para as estruturas dos agrupamentos sociais. Por meio delas é possível criar comunidades e laços afetivos com sujeitos de qualquer parte do mundo, compartilhando vivências, ideias, percepções e sentimentos com facilidade e rapidez. As transformações provocadas pelas redes sociais digitais são tão profundas que se refletem até mesmo na formação da subjetividade de seus usuários, em especial das novas gerações que constituem relacionamentos caracterizados pela transitoriedade, liquidez e fragilidade dos vínculos (Bauman, 2003).

As gerações são marcadas e rotuladas a partir de alguns acontecimentos culturais, sociais, políticos e econômicos que modificam comportamentos e característica de uma parcela da sociedade. É dessa maneira que os nascidos no final da década de 1990 e início de 2000, são intitulados “nativos digitais”, pois, já nasceram inseridos neste contexto de conectividade constante, mergulhados nas várias mídias digitais. É uma juventude que mantém fluxos constantes de interação social mediada por tecnologias digitais, cultivando uma forma de existir integrada e dependente em seu cotidiano das redes sociais, que diferentemente dos “imigrantes” não possuem dificuldade de aprendizado e adaptação aos novos aparelhos e serviços disponibilizados (Rosado; Martins, 2015).

No Brasil, segundo Rosado e Martins (2015), as redes sociais começaram a se popularizar a partir de 2004, com o surgimento do Orkut, mantido pela empresa de tecnologia Google. Nesse mesmo ano, foi criado o Facebook, por Mark Zuckerberg, que passou a integrar diversos serviços, como jogos, chats, álbuns de fotografias, vídeos, compartilhamento de links e criação de comunidades. Atualmente, as redes sociais predominantes são WhatsApp, TikTok, Instagram e YouTube.

A influência destas redes sociais online é ainda mais impactante na juventude por esta ser considerada uma fase da vida complexa e crucial para as expectativas futuras da sociedade, que se caracteriza por transformações biológicas, intelectuais e emocionais. As redes sociais digitais, que aqui serão denominadas somente redes

sociais, reconfiguraram de maneira substancial as interações com os agentes socializadores tradicionais, embora a formação dos jovens permaneça fortemente influenciada por suas experiências vividas e trajetórias pessoais, considerando que o comportamento dos jovens tanto presencial, quanto virtual emerge como reflexo da complexa inter-relação com a família, instituições religiosas, grupo de pares e ambiente escolar (Groppo, 2017).

As instituições de ensino, como agentes fundamentais do processo de formação das subjetividades dos jovens, estão reestruturando seus processos educacionais e revendo suas ferramentas pedagógicas para atender às demandas desta nova realidade complexa e desafiadora. Galvez Junior (2014) afirma que há necessidade de adaptação do processo ensino aprendizagem ao uso das redes sociais utilizando-as como metodologia de apoio na interação com os discentes e promoção de um ambiente mais integrado à realidade contemporânea.

Neste contexto muitas discussões giram em torno das implicações da digitalização na educação, a exemplo do uso de celulares e tablets em sala de aula, sendo este um tema caracterizado pela dualidade de desafios e oportunidades. Entre os possíveis impactos indesejáveis estão a distração e o comprometimento do desempenho dos alunos, considerando que as redes sociais geram dificuldades de concentração e desviam a atenção dos estudantes das atividades pedagógicas. Em defesa do uso das redes sociais há argumentos de que estas plataformas podem funcionar como enciclopédias virtuais e repositório de conhecimentos nas mais diversas áreas, podendo revolucionar as abordagens educacionais tradicionais ao serem usadas para complementar e subsidiar os processos de transmissão de informações eliminando dificuldades que ainda persistem nas escolas públicas (Valente, 2002).

O ambiente escolar é reflexo de uma realidade em que a comunicação mediada pelas redes sociais entre jovens tornou-se obrigatória, gerando uma dificuldade em socializar pessoalmente. Mesmo quando reunidos em grupos presenciais, estes jovens não desconectam de suas redes e muitas vezes a socialização virtual é a que predomina. O bombardeio de informações no meio digital e a superexposição de suas intimidades e de seus corpos, têm reduzido a fronteira entre a vida pública e privada e estabelecido novos desafios para as famílias, a escola e governos.

Estas transformações têm implicações diretas no trabalho da escola, exigindo a compreensão de como as tecnologias definem a sociabilidade das juventudes, suas perspectivas de mundo e de sociedade, conseqüentemente, como desenvolver um processo formativo considerando tais transformações.

Assim, entender o papel das redes sociais na formação da subjetividade dos jovens passa pela compreensão de como eles percebem a influência das redes sociais na formação de suas subjetividades e sociabilidade.

Neste contexto, a inquietação inicial da pesquisadora surge com a necessidade urgente de compreender como os jovens respondem ao excesso de estímulos tecnológicos, a esse bombardeio de informações e aos relacionamentos extremamente voláteis. Entende-se que a base de uma sociedade democrática, justa e solidária está na forma como os jovens constroem seus valores e seus comportamentos e que nesta fase de desenvolvimento do capitalismo, tais aspectos são amplamente mediados pelas tecnologias digitais.

A compreensão destes aspectos sociológicos na constituição do ser jovem na contemporaneidade demanda um conhecimento abrangente que envolve diversas áreas dentro das chamadas ciências humanas, tais como Filosofia, Direito, História, Antropologia, Psicologia e Ciências Políticas. Para os profissionais de outras áreas, como por exemplo a pesquisadora deste estudo, que possuem formação na área das ciências exatas (Engenharia Elétrica, com especialização em estatística) as dificuldades para entender estas questões sociais se multiplicam. Entretanto, estudar a condição humana e tentar compreender a complexidades das interações sociais tornou-se uma necessidade diante dos avanços tecnológicos atuais e despertou na pesquisadora um forte desejo de entrar neste universo das ciências mais interpretativas e menos exatas. Ao surgir a oportunidade de participar de uma turma especial de Mestrado em Políticas Públicas voltada para funcionários públicos (Convênio UFMA-EGMA), a pesquisadora que possui mais de três décadas de dedicação ao serviço público (Secretaria de Estado da Fazenda) não hesitou e se colocou à disposição para mergulhar neste universo das ciências sociais e políticas. A escolha do objeto da pesquisa não poderia ser outro que não a juventude e seus desafios no mundo das redes sociais digitais, pois, como ser humano muito preocupado com as novas gerações e com a construção de um futuro melhor, exitoso e feliz para todos, percebeu a urgência de se produzir estudos e pesquisas que auxiliem as instituições responsáveis na construção de suas estratégias e projetos em

busca de soluções para a questão da regulação e monitoramento da vivência juvenil no mundo digital.

Neste contexto, a questão da pesquisa que mobilizou o desenvolvimento deste trabalho parte da constatação do importante papel das redes sociais na sociabilidade juvenil, influenciando seu modo de viver, pensar e aprender, pois as informações, conhecimentos e as experiências adquiridas através das interações virtuais vão muito além da vivência familiar, do ciclo de amigos e da escola. A questão que se coloca, portanto é: quais usos das redes sociais os jovens tem feito e como essas redes sociais influenciam a sociabilidade juvenil?

A estratégia de explorar a visão dos jovens busca compreender a real extensão do impacto do ambiente virtual em suas opiniões, seu comportamento e até na sensação de bem-estar. A intensão é estimular o debate sobre o tema apresentando novos elementos para melhor compreensão do fenômeno.

Como objetivo principal esta pesquisa pretende analisar os usos das redes sociais e suas influências na sociabilidade juvenil a partir das percepções de estudantes do ensino médio na zona urbana do município de São Luís do Maranhão. Como objetivos específicos, busca-se: (i) apreender abordagens teóricas e conceitos que possibilitem a compreensão das juventudes e de suas sociabilidades da era digital; (ii) caracterizar os perfis socioeconômicos, culturais e religiosos, as percepções sociais e políticas de estudantes de ensino médio do município de São Luís; (iii) analisar através da teoria desenvolvida a sociabilidade digital dos jovens participantes da pesquisa.

Este estudo se identifica como pesquisa exploratória e descritiva em que se busca maior familiaridade com a temática, com vistas a torná-la mais compreensível, apresentando uma descrição mais detalhada de suas características. Para Gil (2008) as pesquisas exploratórias visam examinar um tema pouco estudado, enquanto a abordagem descritiva busca especificar propriedades e características importantes do fenômeno analisado.

O instrumento de pesquisa utilizado foi um questionário survey aplicado a jovens na faixa etária que corresponde ao ensino médio (14 aos 20 anos), para investigar a influência dos estímulos provocados pelas redes sociais em sua sociabilidade, identificando padrões sem estabelecer relações de causa e efeito. A coleta de dados ocorreu no mês de novembro de 2025, por meio de um questionário online semiestruturado, composto por 32 questões, elaborado na plataforma Google

Forms. A pesquisa utiliza somente dados quantitativos e foi realizada com o devido respeito à dignidade e autonomia dos participantes, sem riscos previstos e com garantia de sigilo absoluto, nenhuma informação pessoal será divulgada. Seu uso será exclusivamente para fins acadêmicos. Participaram da pesquisa alunos que consentiram voluntariamente, mediante aceite virtual do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A amostra é não probabilística, sendo que foram selecionadas, de forma intencional, quatro escolas públicas de ensino médio de São Luís, totalizando 239 respondentes, distribuídos da seguinte forma: Centro de Ensino Liceu Maranhense (149), Centro Educa Mais Maria José Aragão (62), Centro de Ensino José Justino Pereira (18) e Centro de Ensino Cônego Ribamar Carvalho (10). Importante que se destaque a forma educada e prestativa à qual a pesquisadora foi recepcionada pelos diretores das escolas pesquisadas, o Professor Deurivan Rodrigues Sampaio (Liceu Maranhense), Wilson Chagas (Centro Educa Mais Maria Aragão), Davina Jansen (Centro de Ensino Cônego Ribamar Carvalho) e a Professora Maria das Neves (Centro de Ensino José Justino Pereira). A quantidade de respondentes por escola aponta uma assimetria, pois, a maioria 62% são do CEM Liceu Maranhense dificultando uma análise mais detalhada por local de pesquisa.

Os resultados foram apresentados com o uso de estatística descritiva, por meio de tabelas e gráficos, com destaque para as variáveis analisadas em função do perfil dos respondentes, como gênero, faixa etária e demais características socioeconômicas.

A importância da análise da influência das redes sociais sobre a juventude tornou-se um desafio urgente para as ciências sociais devido ao potencial que estas redes possuem de moldar comportamentos individuais e sociais dos jovens usuários. A interação dos jovens com as redes sociais é um tema complexo que demanda uma análise multidisciplinar, pois, envolve estudos nos campos da sociologia, filosofia, psicologia, pedagogia e economia. Considerando sua abordagem exploratória, este estudo não possui a pretensão de esgotar as discussões acerca do tema, porém, acredita-se que poderá servir como potencial fonte de consulta acadêmica, além de fornecer dados e informações relevantes para subsidiar a atuação dos gestores responsáveis pela formulação de políticas públicas para a juventude, considerando que a literatura acadêmica especializada apresenta determinadas lacunas a serem preenchidas e desafios a serem elucidados em relação às quais os possíveis

impactos, efeitos ou repercussões que essas redes possam vir a ocasionar na produção de sentidos e na subjetividade de seus usuários. A maioria dos estudos são direcionados à explorar somente os impactos psicológicos e a sensação de bem-estar.

Quanto à estrutura, este trabalho está organizado em três seções. A primeira corresponde a esta introdução, na qual são apresentados o tema, os objetivos e os procedimentos metodológicos da pesquisa. A segunda seção, intitulada “Juventudes e redes sociais: perspectivas teóricas à luz da sociologia” contempla os fundamentos teóricos que orientam o desenvolvimento do estudo, iniciando com uma contextualização sociológica do problema, por meio da exposição das principais correntes teóricas da sociologia da juventude, a fim de compreender a evolução histórica da concepção de juventude ao longo do século XX e XXI.

Na terceira seção “Ensino médio e suas juventudes no Maranhão” são analisadas as políticas educacionais voltadas ao ensino médio, bem como as condições estruturais das escolas, de modo a contextualizar o ambiente em que a juventude pesquisada está inserida, considerando o recorte etário adotado e as pressões sociais decorrentes de contextos, muitas vezes, pouco favoráveis.

Na quarta seção, “Redes sociais digitais e sociabilidade juvenil” são apresentados e analisados os dados da pesquisa, tratamento é feito com o uso de estatística descritiva e a exposição é realizada através de gráficos. A primeira subseção apresenta o perfil dos participantes com a análise dos dados referentes às variáveis socioeconômicas. A segunda subseção serve para apresentar e analisar os dados referentes aos tipos de usos, finalidades, confiabilidade, percepções e impactos psicossociais.

A quinta e última seção apresenta as conclusões que apontam que as juventudes são conceitos sociológicos que se encontram em constante processo de reconstrução não é natural e nem universal, pois carrega consigo valores e usos simbólicos específicos de cada contexto.

O advento das redes sociais proporcionou uma mudança significativa na socialização juvenil, pois diferentemente da socialização tradicional, a socialização mediada pelas redes sociais não possui hierarquia, é extraterritorial e possui enorme diversidade cultural.

Embora a escola se apresente como um espaço essencial para transformar o jovem de um consumidor passivo de dados em um sujeito ativo e crítico, o que se observa é que há uma assimetria no acesso aos recursos tecnológicos e à

conectividade de qualidade que reflete as desigualdades socioeconômicas históricas, especialmente em populações de classes baixas. Essa desigualdade compromete a autonomia intelectual e o exercício pleno da cidadania para as parcelas mais vulneráveis da população juvenil.

Enfim, conclui-se que as redes sociais realmente estabelecem novas formas de sociabilidade juvenil, com possíveis implicações nos comportamentos dos jovens e na sua saúde mental e neste contexto, a sociabilidade mediada pelas redes sociais traz implicações para os agentes socializadores tradicionais, especialmente para as instituições de ensino.

Destaca-se, entretanto o caráter exploratório desta pesquisa que demanda outros trabalhos posteriores com reflexões mais elaboradas, considerando a importância do tema, espera-se que o presente estudo estimule novas investigações, dando continuidade às análises sobre a temática com outras abordagens teóricas e empíricas.

2 JUVENTUDES E REDES SOCIAIS: perspectivas teóricas à luz da Sociologia

Esta seção tem como objetivo compreender a juventude como categoria social e sua reconfiguração na sociabilidade atual marcada pelas tecnologias digitais. Para tanto, recorre-se a abordagens da sociologia da juventude ao longo do século XX. Busca-se apreender como o conceito de juventude foi se modificando de acordo com as correntes teóricas que predominavam em cada momento histórico e como se pode chegar a uma compreensão das juventudes nesta fase atual.

É notória a dificuldade sociológica para delimitar este tema tão abrangente, considerando que nem mesmo pode se falar de uma única juventude, pois as juventudes são várias. Portanto, esta pesquisa não tem a pretensão de esgotar a temática, mas apenas indicar alguns apontamentos teóricos que contribuam para a compreensão da juventude e sua construção social. Desse modo recorreremos ao estudo Groppo (2017), Abramo (1994, 1997, 2009), Carrano (2000, 2010), Dayrell (2003, 2016, 2021), Duarte (2008, 2009) e Pais (1990), que fornecem importantes referências para a compreensão do objeto de estudo em questão.

Além disso, a pretensão de realizar uma análise das complexas implicações do uso das redes sociais nos relacionamentos e na produção da subjetividade entre os jovens, inevitavelmente deverá incluir discussões associadas à expressões tais como: “sociedade do espetáculo” de Guy Debord (2003), nome de sua obra publicada em 1967, que critica a primazia da aparência sobre o ser; “relações fluidas” e “amores líquidos” de Zygmunt Bauman (2003, 2007, 2015, 2021) que descreve relações sociais instáveis e transitórias; bem como “hiper-realismo” de Baudrillard (1991) que alerta para um crescente processo de liquefação da realidade objetiva através de simulacros e simulações. São expressões cunhadas no contexto da pós-modernidade que exprimem com clareza as nuances do fenômeno das redes sociais.

É dentro deste contexto teórico que esta seção abordará o tema em questão, caracterizando a juventude, suas peculiaridades e aspectos sociológicos, para tentar compreender como o advento das redes sociais digitais tem provocado profundas modificações na formação da sua subjetividade, comportamento e aprendizado das juventudes. Entende-se que este tema exige uma visão ampla e abrangente que respeite toda a sua construção histórica. Considerando que, embora as redes sociais sejam um fenômeno recente e bastante atual, deve-se buscar evitar uma investigação restrita ao momento presente. Importante se faz olhar para os dados históricos e

compreender de que maneira o contexto atual pode ser visto como reflexo de eventos passados.

2.1 Perspectivas teóricas da sociologia da juventude

A condição juvenil é moldada por fatores sociais, culturais e econômicos complexos que se manifestam de maneira diversa e evolutiva ao longo do tempo. A sociologia da juventude busca compreender toda essa complexidade se afastando de visões simplistas e universalizante. Groppo (2017) esclarece que o ângulo com que os sujeitos jovens enxergam e experimentam o mundo é único. Ao pesquisador, segundo Groppo (2017), cabe captar este olhar para entender o mundo social contemporâneo e suas juventudes.

Este subtópico apresenta como a concepção de juventude transita por entre diversas correntes teóricas ao longo do século XX, buscando sempre compreender que o conceito de juventude, embora amplamente utilizado nas ciências sociais e na educação, não apresenta um significado único e consensual. Durante muito tempo prevaleceu uma perspectiva que a definia apenas como uma etapa biológica de transição entre a infância e a vida adulta, marcada por transformações físicas, psicológicas e comportamentais. Entretanto, a sociologia da juventude tem demonstrado que essa condição ultrapassa os limites cronológicos e deve ser entendida como uma construção social, atravessada por contextos históricos, culturais e econômicos específicos. Nesse sentido, autores como Abramo (1994,1997,2009), Dayrell (2003) e Groppo (2017) argumentam que a juventude deve ser compreendida a partir das relações sociais que a constituem, e não apenas como fase universal da vida. Assim, discutir a juventude em sua pluralidade implica reconhecer tanto os determinantes estruturais quanto as experiências singulares que configuram esse grupo social.

Para Abramo (1994) o conceito de juventude é uma construção social que foi evoluindo de uma ausência de delimitação clara na Europa da Idade Média para uma categoria sociológica influenciada por transformações econômicas e culturais. Abramo (1994) explica que na sociedade medieval europeia, crianças eram vistas como “pequenos adultos”, sem separação nítida entre infância, juventude e adultos, com limites etários borrados por famílias, trabalho e comunidade. Existiam fronteiras entre dependências infantil, semi-dependência juvenil e independência adulta, mas,

sem graduação universal por idade, variando por gênero e classe. A juventude somente ganha maior visibilidade e passa a ser reconhecida como condição social, após a Segunda Guerra Mundial, na metade do século XX, com a expansão da industrialização e o processo de urbanização das sociedades capitalistas, especialmente com a massificação da educação e do consumo.

Tal como foi consolidado no pensamento sociológico, a juventude “nasce” na sociedade moderna ocidental (tomando um maior desenvolvimento no século XX) como um tempo a mais de preparação (uma segunda socialização) para as complexidades das tarefas de produção e sofisticação das relações sociais que a sociedade industrial trouxe (Abramo; Branco, 2009, p.39).

Essa preparação seria realizada por instituições especializadas, especialmente a escola, período em que o jovem ficaria desobrigado tanto do trabalho quanto das funções reprodutivas, podendo dedicar-se integralmente aos estudos. Esse descompasso entre as capacidades físicas de produção e reprodução e a maturidade emocional e social contribuiu para a configuração da juventude como um período de transição, marcado por ambiguidade e tensões potenciais.

O significado social desse intervalo é definido como uma moratória social, inicialmente restrita aos filhos das classes média e alta. Em um primeiro momento, essa experiência era destinada apenas aos rapazes, sendo posteriormente estendida às moças (Abramo; Branco, 2009).

Há inúmeros debates sobre o conceito de juventude, pois é um conceito que traz em si a complexidade típica das significações que se transformam à medida que a própria realidade é transformada (Trancoso; Oliveira, 2014). Dentro do processo de aprendizagem humana, na visão de Trancoso e Oliveira (2014), os conceitos são determinantes no estabelecimento das relações subjetivas e que ao se observar os dados históricos é possível perceber inúmeros exemplo de enormes mobilizações sociais baseadas em um conjunto de ideias, por exemplo: revoltas e guerras; discriminações e racismo; e consumo exagerado de produtos produzido através de apelo comercial com uso de imagens e ideias.

Daí a importância de se perguntar: em um processo sócio-histórico, como os conceitos são produzidos? Como o ato de conceituar se relaciona com a atividade humana, concebida de uma forma generalizada, e, dentro dela, influencia a relação dos distintos campos do conhecimento, as escolhas do cotidiano, a ação política? (Trancoso; Oliveira, 2014, p. 2).

O conceito de juventude é um bom exemplo do poder mobilizador do ato de conceituar, segundo Trancoso e Oliveira (2014) e somente por imposição é possível estabelecer uma concepção única dada a complexidade e elasticidade que este adquiriu na contemporaneidade.

Na concepção marxista, por exemplo, juventude é um tema incluso na tese de que há sempre uma relação criada com a natureza e os indivíduos entre si que é transmitida a cada geração pela predecessora. Estas relações compõem uma massa constituída por forças produtivas, capital e circunstâncias, passível de ser modificada pela nova geração. Mas, que, todavia, lhes prescreve as suas próprias condições de vida e lhes proporciona um determinado desenvolvimento (Marx; Engels, 2001).

Pais (1990) esclarece que em relação ao tema juventude há uma complexidade derivada da grande dificuldade conceitual enfrentada pela sociologia, considerando que há diferentes juventudes e, portanto, diferentes percepções que demandam diferentes teorias. O autor aborda as correntes teóricas geracionais e classista que norteiam a sociologia da juventude e afirma que:

[...], para a corrente geracional, a questão das relações intergeracionais é uma questão relevante na medida em que expressa a central problemática da reprodução social. Esta problemática não deixa também de estar no centro das atenções da corrente classista, embora, obviamente, seja pensada em moldes diferentes.

Com efeito, enquanto, para a corrente geracional a reprodução se restringe à análise das relações intergeracionais, isto é, a análise da conservação ou sedimentação (ou não) das formas e conteúdo das relações sociais entre gerações, para a corrente classista, a reprodução social é fundamentalmente vista em termos da reprodução das classes sociais. Por esta razão, os trabalhos desenvolvidos na linha desta corrente são, em geral, críticos em relação a conceitos mais vulgar da juventude, isto é, quando aparece associada a uma “fase da vida” e acabam mesmo por ser críticos em relação a qualquer conceito de juventude, já que, mesmo entendida como categoria, acabaria por ser denominada por “relações de classe”. De acordo com esta corrente, a transição para a vida adulta encontra-se sempre pautada por mecanismo de reprodução classista, não apenas ao nível da divisão sexual do trabalho, mas também a outros níveis (Pais, 1990, p. 20).

Para Groppo (2017) o tema juventude oscila entre dois extremos: a reificação, que adota a juventude como elemento natural e universal da vida humana, independentemente de qualquer construção social; e a negação que afirma que a “juventude é apenas uma palavra”, frase atribuída a Bourdieu (1983) quando se refere a imprecisão do conceito de juventude nas ciências sociais, que não se sustenta se observados os diferentes modos de inserção dos componentes desta categoria etária na estrutura social. Para Bourdieu (1983) as fases da vida (infância, adolescência,

juventude e velhice) não representam unidades estanques ligadas ao fenómeno biológico do envelhecimento que são compreendidas pela razão e pelos métodos da ciência moderna. São, de fato, dispositivos políticos para a produção e condução de subjetividades e, dependendo do contexto, configuram-se como estratégias para o exercício do poder. Pais (1990, p.3) afirma que:

Com efeito, a juventude começa por ser uma categoria manipulada e manipulável e, como refere Bourdieu, o facto de se falar dos jovens como uma “unidade social”, um grupo dotado de “interesses comuns” e de se referirem esses interesses a uma faixa de idades constitui, já em si, uma evidente manipulação. Na verdade, nas representações correntes da juventude, os jovens são tomados como fazendo parte de uma cultura juvenil “unitária”. No entanto, a questão central que se coloca à sociologia da juventude é a de explorar não apenas as possíveis ou relativas similaridades entre jovens ou grupos sociais de jovens (em termos de situações, expectativas, aspirações, consumos culturais, por exemplo), mas também e, principalmente, as diferenças sociais que entre eles existem.

Uma análise sucinta de algumas concepções do tema juventude encontra-se em Abramo (1997), para a autora a juventude é pensada como um processo de desenvolvimento pessoal de ajustes aos papéis adultos. E somente quando este processo falha é que o jovem se torna motivo de preocupação social, desta forma a juventude só se torna tema de ações sociais como problema, falha, disfunção ou anomia no processo de integração social. Em uma perspectiva mais abrangente pode ser visto como tema de risco para a própria continuidade social (Abramo, 1997). Para a autora esta é uma concepção de juventude corrente e genericamente difundida na sociologia que se baseia no conceito pelo qual a sociologia funcionalista a constitui como categoria de análise, isto é, um momento de transição no ciclo da vida, que compõe um processo de desenvolvimento linear e progressivo do indivíduo que vai da infância para a maturidade.

Para Abramo e Branco (2009) muito do que se escreve na academia sobre juventude é para alertar para os deslizos, os encobertamentos, disparidades e mistificações que o conceito encerra. Juventude é um tema que nunca esteve tão presente nos discursos e nas pautas políticas, mas que persiste como uma grande indeterminação e com muitas indagações a respeito.

Partilhando da mesma opinião, Singer (2009), é bastante enfático quando lembra que a juventude parece, muitas vezes, condenada à submissão aos pais, avós, aos patrões e governantes.

Neste mundo, ensina-se nas escolas e nas igrejas (com raras e honrosas exceções) que é natural que os jovens obedeçam aos mais velhos, não só porque estes têm poder, mas porque têm experiência, sabedoria, ao passo que aqueles são impetuosos, impacientes, inexperientes e, coitados, muito ignorantes. Os jovens tendem a acreditar que, devendo construir um novo mundo, eles serão capazes de fazê-lo melhor, mais justo e mais livre do que o mundo adulto em que vieram a luz (Singer, 2009, p. 28).

Percebe-se, portanto a importância do papel dos jovens na continuidade ou na mudança social. Os primeiros esforços dentro de um empirismo sociológico para realizar estudos sobre a juventude (século XVIII), admitia que a principal função social da juventude seria a de se integrar à sociedade de maneira a solidificá-la dentro de um sistema de valores prescritos (Tavares, 2012).

O tema juventude pode ser abordado por diversos ângulos, pois cada disciplina das ciências humanas utiliza recortes que permitem a aplicação, dentro de suas perspectivas, de diferentes teorias (Abramo; Branco, 2009), ou seja, ao se considerar a interação da sociologia com outras ciências nota-se que a concepção de juventude varia para cada área de estudo, por exemplo: as ciências biomédicas cunharam a noção de puberdade (entre 12 e 15 anos) para destacar as transformações biológicas que encerram a infância. Bem no início do século XX, com uma abordagem psicológica sobre a juventude a obra “Adolescence” de Stanley Hall, datada de 1904, já defendia seu reconhecimento oficial como uma fase da vida, ligada à puberdade, mas também socialmente construída, que se estendia até os 24 anos, exigindo o prolongamento da escolarização. A psicologia descreve os elementos específicos deste momento de desenvolvimento da personalidade do indivíduo. Entretanto, as posições de Hall (1937) foram duramente criticadas por não admitirem a relevância da cultura como elemento na formação das personalidades juvenis (Tavares, 2012).

Os Estados modernos e as instituições sociais ao utilizar estas definições demarcam o que seria o período em que a juventude (ou fim da menoridade) estaria vigente (entre 18 e 21 anos) para aplicar suas legislações e elaborar as políticas públicas. Porém, com as mudanças sociais este espaço de tempo chamado juventude foi se estendendo e hoje o Estatuto da Juventude, promulgado em 2013, considera como jovem o indivíduo até os 29 anos de idade.

Nesta perspectiva a sociologia, como citado acima, costuma utilizar o termo juventude com as concepções biológicas e psicológicas e fazer uso do termo adolescência para nomear o primeiro momento da juventude, assim:

De modo provisório, tentando dar conta do que seria elemento comum nas diversas definições de juventude usadas pela sociologia ao longo do século XX e XXI, podemos considerar a juventude como uma fase da vida social que é caracterizada por um status social com independência relativa em relação ao núcleo familiar original e por menor autonomia diante das instituições sociais para além das familiares. Ela se distingue da infância por ter um status, ou grau de prestígio social, maior. E se distingue da maturidade pelo menor prestígio social, o que significa menores direitos diante do mundo público e relativa dependência do núcleo familiar (Groppo, 2017, p.13).

Essa organização cronológica do curso da vida foi uma forma de criar marcadores para estabelecer os limites etários de cada público a ser atendido pelas instituições correspondentes a cada categoria etária (família, creche, escola, universidade, asilo). Ainda assim, embora este processo de cronologização tenha regredido desde o final do século passado, principalmente em relação a juventude, seus marcadores e anseios são parte do imaginário popular e orientam as atitudes e avaliações dos sujeitos como representações coletivas (Groppo, 2017).

Ao longo do século XX observou-se diversas formas de conceber a juventude de acordo com a corrente teórica que predominasse em determinado contexto histórico (Groppo, 2017). Portanto, compreender a evolução da sociologia da juventude ao longo do século, exige a compreensão das teorias predominantes destes períodos.

Inicialmente destaca-se os estudos sobre sociologia do conhecimento de Mannheim (1982), em especial o texto: “O problema sociológico das gerações”, publicado em 1928, que representa um marco importante na constituição de um campo de estudo sobre a sociologia da juventude, ao demonstrar que o problema das gerações deve ser seriamente considerado, pois, é um dos guias indispensáveis à compreensão da estrutura dos movimentos sociais e intelectuais. Mannheim (1982) destaca a importância do tema diante da necessidade de uma compreensão mais exata do acelerado ritmo de mudanças sociais característico de sua época. E ressalta as dificuldades enfrentadas pelas pesquisas com abordagens parciais e dispersas que não são dirigidas sobre a base de uma formulação clara do problema como um todo. E afirma que:

A multiplicidade de pontos de vista, resultante tanto das peculiaridades das tradições intelectuais de várias nações como daquelas de ciências individuais, é não só atraente, mas fecunda; e não existe dúvidas de que um problema vasto como esse somente pode ser solucionado através da cooperação entre as mais diversas disciplinas e nacionalidades (Mannheim, 1982, p.68).

Mannheim (1982) buscava esclarecer as inter-relações específicas dos indivíduos que constituem o que o ele denomina de “unidade de geração” que não necessariamente consiste em um vínculo social, embora algumas vezes possa acontecer de um sentimento pela unidade de uma geração ser conscientemente desenvolvido como base para a formação de um “grupo concreto” (por exemplo: família, tribo ou seita). Mannheim (1982) compara a “situação” da geração com a “situação” da classe social (a posição de classe social é um fato objetivo, quer o indivíduo em questão tenha ou não consciência dela, e quer a aceite ou não). Diferentemente dos “grupos concretos”, que consiste na união de um número de indivíduos através de laços naturalmente desenvolvidos ou conscientemente desejados. Os membros de uma “situação social” constituem o fenômeno da situação comum de vários indivíduos numa estrutura social, que não pode ser modificada com um simples ato de vontade consciente.

A posição de classe baseava-se na existência de uma estrutura econômica e de poder em transformação na sociedade. A situação da geração está baseada na existência de um ritmo biológico na vida humana, os fatores de vida e morte, um período limitado de vida e o envelhecimento. Os indivíduos que pertencem à mesma geração, que nasceram no mesmo ano, são dotados, nessa medida de uma situação comum na dimensão histórica do processo social (Mannheim, 1982, p. 71).

Pode-se observar também que Mannheim (1982) valorizava a juventude como uma “reserva vital”, potencialmente capaz de gerar mudanças e inovações diante de um “contato original” (que no caso das gerações, se refere a adição de novas unidades psicofísicas, fatores biológicos fundamentais que geram uma nova vida) com a herança social e cultural. Mannheim (1982) alerta, ainda para a questão do contexto social e esclarece que a mera contemporaneidade se torna significativa sociologicamente somente quando envolve também a participação nas mesmas circunstâncias históricas e culturais.

Outro importante marco para a sociologia da juventude é a produção acadêmica da Escola de Chicago, ainda na década de 1920, que resultou em um vasto e variado conjunto de pesquisas, direcionados à investigação dos fenômenos sociais que ocorriam no meio urbano desta grande metrópole norte-americana. Ao estudar o processo de expansão urbana e o crescimento demográfico da cidade de Chicago, foram realizadas pesquisas com os jovens imigrantes expostos a diversos problemas sociais, tais como: criminalidade crescente, delinquência juvenil, gangues

de marginais, bolsões de pobreza, desemprego, imigração e formação de comunidades segregadas (Coulon, 1995).

Estas pesquisas utilizavam a concepção de juventude baseada no interacionismo simbólico que atribui um caráter ativo e criativo aos indivíduos e reconhece os grupos sociais como construções dos próprios sujeitos em interação. Coulon (1995) esclarece que esta abordagem dá prioridade aos pontos de vista dos agentes, portanto este método elucida as significações que os próprios agentes põem em prática para construir seu mundo social. A obra de Willian Foote Whyte, “sociedade de esquina”, publicada em 1943, com tradução para o português em 2005, descreve sua pesquisa sobre cotidiano dos filhos de imigrantes italianos. Em sua pesquisa Whyte (2005) conclui que o discurso que definia a juventude daquela comunidade como desorganizada estava equivocado. Para além dos conflitos presentes no espaço urbano, resultantes da pobreza e da falta de reconhecimento, a comunidade de imigrantes italianos apresentava um complexo sistema de relações entre grupos, redes sociais e interações individuais que expressavam densos e ricos conjuntos de significados. A pesquisa de Whyte (2005) tornou-se referência para as pesquisas qualitativas sobre juventude marginalizada, servindo para orientar políticas de prevenção ao invés de repressão.

Uma grande contribuição para a sociologia da juventude foram as pesquisas da psicanálise de Freud (2016)¹, que serviram de inspiração para as chamadas teorias críticas². Ainda que Freud (2016) não tenham realizado estudos empíricos com crianças ou adolescentes como grupo específico, seus escritos sobre puberdade permitem pensar a juventude como um momento de reativação pulsional, conflito identitário e deslocamento das referências familiares para a esfera social mais ampla. A teoria de desenvolvimento psicossocial de Freud (2016) serviu de referência para outros grandes teóricos da psicanálise, entre eles Erikson (1987) que desenvolveu o conceito de moratória social ou moratória psicossocial³ (termo mais utilizado).

¹ Sigmund Freud (1856-1939): foi um médico neurologista austríaco, mundialmente conhecido como o pai da psicanálise. Sua teoria focalizada no indivíduo e nas pulsões internas como causa principal dos conflitos sociais foi muito criticada por vários teóricos marxistas, que explicam estes conflitos por relações materiais e econômicas.

² Teorias críticas: a teoria da psicanálise de Freud não é classificada como teoria crítica no sentido da Escola de Frankfurt, porém definiu categorias que são aproveitadas pelos frankfurtianos (p.ex.: repressão, identificação e projeção) para pensar os fenômenos sociais e culturais.

³ Moratória psicossocial: é um período de pausa socialmente permitida antes dos compromissos da vida adulta, um compasso de espera para explorar possibilidades e testar escolhas.

A tese de Erikson (1987) propõe que a juventude é um tempo de experimentação e ensaio de papéis, com um relaxamento das normas sociais. Erikson (1987) classifica a vida em ciclos (1ª infância, 2ª infância, 3ª infância, latência, adolescência, jovem adulto, idade adulta e fase da maturidade) e define dois momentos da juventude: a fase da adolescência onde o indivíduo está construindo sua identidade (o que provoca uma confusão de papéis); e a fase do jovem adulto onde o indivíduo faz a transição para a vida adulta.

Para Erikson (1987) a adolescência carece de uma certa liberdade para experimentar diferentes papéis sociais antes de definir suas escolhas. Este lapso de tempo que os adolescentes necessitam para constituírem suas identidades coloca os jovens-adolescentes numa condição de liminaridade em relação à sociedade, pois, lhes permite ensaiar e errar, experimentando diversos papéis. Duarte et al (2009) esclarece que neste período as normas sociais seriam relativizadas em relação aos seus comportamentos com uma especial tolerância para com as atitudes juvenis. Torna-se um intervalo da vida em que se permite aos indivíduos postergar diversas exigências sociais, tais como: trabalho, matrimônio e filhos. Assim, até que possam se afirmar como adultos, as circunstâncias juvenis vão requerer o cuidado e a proteção das instituições como família e o Estado.

De acordo com Peregrino (2011) a moratória social é um “tempo doado” pela sociedade para que os jovens experimentem a condição adulta antes de configurar sua trajetória de inserção social e, portanto, uma “postergação” patrocinada pela sociedade e por suas instituições” das responsabilidades típicas de um adulto. A questão é que na prática este tempo de experimentação varia de acordo com a condição social de cada indivíduo, havendo casos em que esta condição de alonga por tempo indefinido e outros em que, pelo contrário, ela nem seja experimentada.

Nesse sentido, segundo Peregrino (2011), as condições de uso destas redes de instituições não estão postas de maneira igualitária na sociedade, pois, sua oferta varia de acordo com as marcas das desigualdades sociais. Desta forma as experiências juvenis, como aprendizado estão condicionadas ao grau de vulnerabilidade provocado pelas distancias sociais. Assim, ao estudar as desigualdades na maneira de experimentar a juventude deve-se considerar as dimensões mais fundamentais das formas de desigualdades observadas na sociedade. Sendo que nesta perspectiva as instituições funcionam como mecanismos de manutenção destas desigualdades, ao retirar a autonomia dos atores envolvidos.

Além disso, para Peregrino (2011), a moratória social não é apenas variável, mas também ambígua. Dialogando com a crítica formulada por Bourdieu, a autora citada destaca que essa postergação tende a afastar os jovens dos “jogos sociais de poder”, adiando sua autonomia plena e mantendo sob o controle das gerações mais velhas o processo de transição para a vida adulta. Peregrino (2011, p. 282) afirma que:

Para Bourdieu, essa postergação constitui-se de uma combinação complexa de autonomia e tutela nas relações para com o mundo adulto. Essa espécie de postergação da vida adulta é, portanto, ambígua. Tem, por um lado, em nossas sociedades, um teor de investimento na autonomia futura. É necessário lembrarmos, porém, que essa condição de “suspensão do jogo” não está garantida, de forma idêntica, para todos os jovens em nossas sociedades. Na verdade, ela se diferencia não só em termos do grau de suspensão, e do prazo de sua vigência, mas, principalmente, da concentração de capital, acumulado e disponível para ingresso na vida adulta.

Desta forma, alguns jovens poderão usufruir de condições que lhes permitam uma transição com total disponibilidade para experimentar e escolher os modelos de autonomia adulta que irão adotar, mas outros não terão a mesma oportunidade. Estes passam por um processo de sociabilidade mais curto, pois partem da adolescência direto para o mundo do trabalho. Onde terão sua autonomia sempre submetida às limitações próprias da classe social a qual estão inseridos

Bourdieu (1983) ao ser criticado por negar validade sociológica à noção de juventude argumenta que nas classes populares, onde ocorre a entrada precoce da criança no mundo do trabalho com reflexos diretos em seu processo de transição para a vida adulta, ocorre uma “mistura de idades”. E nestes casos, a escolarização segue a mesma estrutura de classes, de forma que as instituições de ensino se tornam aliadas na manutenção das desigualdades, pois, são frequentadas, prioritariamente pelos que possuem maior status social.

Bourdieu (1983) foi um dos principais críticos das chamadas correntes teóricas críticas em relação a condição juvenil ao argumentar que o termo juventude serviu de instrumento de demarcação no espaço social que impõe limites e oculta profundas desigualdades de classes e as disputas de poder entre as gerações. Para Bourdieu (1983) as classificações etárias são arbitrárias e contribuem para assegurar o poder e o controle social por certos grupos da classe dominante.

Todavia, autores como Margulis e Urresti (1996) contestaram a declaração de Bourdieu argumentando que a juventude é uma categoria social real possuindo uma moratória vital (energia e vitalidade inerente) e uma moratória social (tempo de experimentação concedido pela sociedade) que, entretanto, varia conforme a sua condição de classe. Muitos destes sujeitos precisam trabalhar desde a tenra idade e se responsabilizar por questões adultas, que conseqüentemente os obriga a uma saída prematura da escola, impossibilitando usufruir dessa fase da vida. Portanto, a desigualdade social é um condicionante do conceito de juventude, considerando que mesmo quando os jovens das classes menos favorecidas dispõem de tempo livre se dá por falta de oportunidades de trabalho ou de outras ocupações típicas da idade, tais como frequentar a escola, praticar esportes e lazer (Portela, 2021).

Segundo Groppo (2017), os estudos da sociologia da juventude avançaram gradativamente para a “desnaturalização” da categoria juventude, reconhecendo seu caráter social e culturalmente construído e enfatizando a existência de “juventudes”, no plural, com vivências diversas influenciadas por classe social, gênero, etnia, nacionalidade, religião, etc., em um contexto histórico no qual a sociedade moderna passou a ser vista como palco de contradições, tensões e lutas entre grupos sociais, sendo a condição juvenil, da mesma forma, compreendida como alvo e fruto dessas tensões e rearranjos.

Groppo (2017) esclarece que, na “Era Dourada” da economia mundial, situada na segunda metade do século XX, ocorre o auge do Estado de Bem-Estar Social na Europa. Conseqüentemente, há um aumento no consumo e uma redução da jornada de trabalho, o que implica a ampliação do tempo livre. Simultaneamente, ocorre a expansão da escolaridade obrigatória, além de uma maior oferta de empregos para jovens recém-formados. O público jovem se transforma em alvos de investimentos de um mercado específico, jovens consumidores de mercadorias no tempo de lazer (lanchonetes, rock`n`roll, refrigerantes, chicletes, motocicletas, etc.) criando a ideia de uma ampla e internacional cultura juvenil extraclases.

As formas culturais assumidas pelos grupos juvenis britânicos, nos anos 1950, foram tomados por alguns analistas como exemplos desta cultura juvenil universal, rompedora de barreiras de classe social, já que *teddy boys* dos subúrbios londrinos, depois *skinheads*, *mods* e *rockers*, faziam uso da música dita internacional da juventude, o *rock`n`roll*, e artigos de consumo típicos das classes médias para montar seus estilos espetaculares (Groppo, 2017, p.7).

Abramo (1994) explica que a noção de existência de uma cultura juvenil genérica serve para designar todo o universo comportamental juvenil que seria de alguma forma compartilhado por diferentes setores e grupos que compõem a juventude, porém alerta para o risco de encobertamento de condições sociais e experiências bastantes diversas. Para Abramo (1994) essa ampla cultura generalizada se propagou rapidamente e envolveu vários setores sociais. Sua internalização estrutura uma percepção de ultrapassagem das diferenças sociais, constituindo uma cultura extraclasse. Contudo, Abramo (1994, p. 35) destaca que:

Nos anos 70 os pesquisadores do Center for Contemporary Cultural Studies (CCES), da Universidade de Birmingham desenvolveram uma série de estudos propondo a reinterpretação da caracterização e significado dos grupos juvenis surgidos na década de 50. Na compilação de ensaios denominada *Resistance Thorough Rituals* de 1976 é problematizada a noção de uma cultura juvenil genérica: os autores argumentam que tais grupos tinham uma clara origem de classes, e propõem, portanto, que sejam interpretados como subculturas juvenis referidas à cultura da classe da qual são originários.

Segundo Abramo (1994) os estudos indicam que essas subculturas são vistas como modos de elaboração e projeção de respostas culturais aos problemas colocados pela especificidade de cada grupo no interior da classe de origem. Sendo, portanto, chamadas de subculturas, por serem filiadas, se referindo a uma determinada cultura de classes. Desta forma, são relacionadas a uma problemática que é comum ao conjunto da classe e, ao mesmo tempo, estão alinhadas com problemas que lhes são peculiares, dados pela sua posição etária e geracional. Estão, portanto, inseridas nas lutas pela hegemonia cultural em uma dada situação histórica.

Na teoria dos pesquisadores da Universidade de Birmingham (Abramo, 1994) essas subculturas tornaram-se meios expressivo para negociar espaços e sentidos no campo da luta cultural, que pode ser entendida como uma luta na disputa pela manutenção ou conquista da hegemonia entre classes dominantes e subordinadas. São formas de articular e expressar novos sentidos e valores formulados por estes jovens em busca de conquistar espaços efetivos para eles (lugares de diversão, de circulação e manifestação). As subculturas são, desta forma, vistas como forma de negociação e resistência frente à uma cultura dominante.

Groppi (2017) chama a atenção para a maneira como os estudos dos pesquisadores do CCES combinam o vetor etário e geracional com a determinação da estrutura de classes, fornecendo argumentos para a corrente classista negar a

validade sociológica à noção de juventude. Os estudos do CCES, para Groppo (2017), mostram que, nas subculturas juvenis da classe trabalhadora, os jovens reutilizam formas de adaptação, negociação e resistência vindas da cultura matriz operária, bem como agregam a estas formas a apropriação de outros elementos culturais (como roupas, músicas, rituais, gírias e estilos de atuação). Estes elementos novos são originários da cultura de massa, da cultura burguesa e até de antigas tradições operárias.

A polêmica que Groppo (2017) expõe é que os elementos e conceitos elaborados pelas pesquisas do Centro de Estudos Culturais para se pensar a relação entre juventude e estrutura de classes, ao serem interpretados na visão pós-moderna⁴, permitiram que esses estudos pudessem se configurarem como precursores das teorias pós-críticas⁵.

As teorias pós-críticas para Groppo (2017) excluíram os mecanismos de determinação de classes presentes nestes estudos e fortaleceram a noção de estilo e a ressignificação dos bens culturais. Assim, essas teorias descartaram a centralidade da luta de classes pela hegemonia, em favor da autocriação de grupos juvenis e identidades. Na perspectiva pós-críticas se admite que não apenas a estrutura de classes, mas também o gênero e até a nacionalidade e a vinculação étnica condiciona a criação de subculturas.

O reconhecimento da diversidade de vivências da juventude de acordo com a classe social, o gênero, a etnia e até mesmo nacionalidade, pelas teorias chamadas críticas conduziu parte da corrente classista em direção às teorias pós-críticas da juventude (Groppo, 2017). Nestas novas correntes teóricas (pós-críticas) as subculturas juvenis são reconfiguradas passando a serem renomeadas como cultura, grupos, identidades, tribos e são, portanto, valorizadas as experimentações de pequenos coletivos e indivíduos.

Para Groppo (2017, p.84), neste contexto, a sociologia da juventude, tanto como resposta quanto como potencializadora da nova e complexa situação, passa a

⁴ Pós-moderna: pós-modernidade é um período histórico pós-Segunda Guerra Mundial, associado a mudanças globais (globalização, avanço digital e crise da razão instrumental) que se opõe ao modernismo racional e burguês. Resultou em uma condição sociocultural e filosófica que surge após a modernidade, marcada pelo questionamento das grandes narrativas universais. Enfatiza a fragmentação, o relativismo, a pluralidade cultural e mistura entre real e simulação (hiper-realismo).

⁵ Teorias pós-críticas: são abordagens teóricas que surgem nas décadas de 1970 e 1980. Elas incorporam influências do pós-modernismo, pós-estruturalismo, fenomenologia e multiculturalismo, questionando noções como ideologia, verdade absoluta e emancipação universal.

desenvolver novas teorias, as teorias pós-críticas. Groppo (2017) afirma que diante deste novo contexto, as concepções sociológicas de juventude, focadas tradicionalmente na socialização e criticamente na capacidade de renovação perdem a validade para os autores defensores destas correntes teóricas.

Esta nova perspectiva teórica permite aos jovens criar seus próprios grupos informais e estilos potencialmente “desviantes” e contestadores. Surgem, então, movimentos religiosos, místicos e culturais, com tendências ideológicas diversas como republicanismo, nacionalismo, socialismo “utópico” e até conservadorismo. Segundo Groppo (2017, p.87):

O que parece ser invariável é o tom inconformista, muitas vezes com caráter insurrecional e interpretando as ideologias naquilo que eram favoráveis ao voluntarismo, valorizando menos a experiência acumulada e mais a “experimentação”, a vivência de novas sensações.

Este contexto ratifica os movimentos juvenis contraculturais, tais como movimento hippie e o festival de Woodstock, que teve seu epicentro nos Estados Unidos dos anos 60 e influenciou vários movimentos juvenis contraculturais no mundo. Estes movimentos foram representados por criações artísticas e expressões comportamentais consideradas inovadoras, ocorreram também protestos pacíficos contra a guerra do Vietnã e manifestações políticas e culturais como o “maio de 68”, na França. Observa-se, entretanto, este discurso do respeito à diversidade revela apenas a aparência das relações e remete à tese de Debord (2003) sobre a sociedade do espetáculo, na qual o controle das massas é exercido pelo poder concentrado que impõe, através das tecnologias de informação e comunicação, padrões de valores que regulam toda a sociedade.

Neste contexto histórico, o advento das teorias pós-críticas, a partir da década de 1970, coloca em questão os elementos tradicionais da concepção sociológica da juventude. Parâmetros como os paradigmas da transição linear dos jovens à idade adulta; a socialização como obra das gerações mais velhas, com a missão de integrar o sujeito jovem em uma estrutura social consolidada; a moratória social como postergação ao exercício da sexualidade, do consumo e da participação social e a associação entre as categorias etárias e determinadas funções e instituições sociais são revistos e Groppo (2017) esclarece que as teorias pós-críticas reconstroem a noção de sociologia de juventude e novos caminhos são apresentados, para o autor:

Entre os caminhos apresentados, a análise do processo de desinstitucionalização do curso da vida e a sociedade capitalista da acumulação flexível, a metamorfose da juventude em juvenilidade e a sociedade de consumo, a assunção de tribalismos e a sociedade pós-moderna, a multiplicidade de socializações ativas e a segunda modernidade (Groppo, 2017, p.93).

As teorias pós-críticas surgem neste contexto de crise da modernidade. Com a implosão das categorias etárias, as fronteiras entre infância, juventude e idade adulta se tornam mais fluídas, fragmentadas e ambíguas com os indivíduos circulando e assumindo diferentes papéis. Segundo Groppo (2017) dois termos resumem estas transformações: multiplicidades (com promessas de liberdade e criatividade) e precariedade (dificuldades enfrentadas, principalmente para aqueles jovens que pertencem a grupos sociais sujeitos a discriminações e desigualdades

As teorias pós-críticas aplicadas à teoria social e, conseqüentemente, à sociologia da juventude rompem com a noção de totalidade ao contestar a possibilidade de conceber a realidade social como um todo, um sistema, mesmo que contraditório. Assim, adota a premissa de que já não há real ou mesmo possível integração social a realizar, considerando que não há uma sociedade unitária, mas uma série de redes e fluxos de pessoas e objetos, de caráter múltiplos, aberto e mutante (Groppo, 2017).

Na concepção pós-moderna as grandes narrativas não explicam o mundo, nenhum conceito ou teoria pode compreender a totalidade do real, pois fazem parte de um jogo de linguagem onde o discurso especulativo faz parte deste jogo. Nesta lógica, a experiência histórica é substituída pela experiência do momento e as entidades históricas e suas experiências são substituídas pelo ativismo, no qual a sensação de ineditismo nas ações voluntaristas torna-se a maior referência das escolhas e das posições políticas (Debord, 2003).

Também utilizando um discurso pós-moderno Maffesoli (1998) defende as teorias pós-críticas afirmando que os indivíduos, neste contexto, circulam entre grupos, tribos, redes e massas, assumindo e recriando papéis em diferentes momentos do seu dia, do ano e ao longo da vida. O que lhes permite construir inúmeras identidades fluidas e transitórias. O autor destaca que essas tribos e massas valorizam o afetivo, o criativo, a agregação e o estético. Desta forma, ocorre também um rompimento com a noção tradicional de sociabilização como uma via de mão única, onde as gerações adultas educam as novas gerações. As socializações, na

pós-modernidade, tornam-se flexíveis e ativas, pois os sujeitos têm maior participação.

As sociabilidades exercidas na pós-modernidade, segundo Maffesoli (1998), não adotam funções estáveis e marcadas por tarefas econômicas políticas, mas, se destacam pela fluidez, ajustamentos pontuais e condensações instantâneas (frágeis, porém emocionalmente fortes). Maffesoli (1998) enfatiza que na pós-modernidade a ilusão do indivíduo como eu autocontrolado e senhor de si, se desfaz. Pois, agora surge o eu formado por uma multiplicidade de papéis e pertencimentos. O principal exemplo destas novas tribos são os grupos juvenis com suas sociabilidades eletivas e a autocriação de estilos de vida, por meios de microgrupos que se criam, desaparecem e se recriam.

Observa-se então que os estudos nesta perspectiva do tribalismo são direcionados à cultura pop rock e hip hop, à pichação, ao skate, torcidas organizadas, galeras do funk, grupos de afinidades sexual, redes de praticantes de modificações corporais (tatuagens e perfurações), redes de usuários de novas tecnologias de informação e comunicação (principalmente as redes sociais digitais). Entre as motivações para estas reversões nos paradigmas da sociabilidade da juventude tem-se: as mudanças no processo produtivo (informatização, implementações tecnológicas e obsolescências das técnicas) que desconstroem as relações entre grupos de idade e carreira; mudanças nas relações familiares (variações nas idades de casamento e nascimento dos filhos) com dissociação entre idade e obrigações familiares; mudanças nas configurações de unidades domésticas, que podem ocorrer em qualquer idade e não necessariamente coincidindo com o início de uma nova família (Groppo, 2017).

Para Groppo (2017) uma característica que em geral se apresenta nas pesquisas que adotam a perspectiva do tribalismo é a subjetivação (o chamado fim da ilusão do indivíduo moderno). Esta noção de "subjetivação" enfatiza a construção social e processual do sujeito, que é atravessado por "linhas de subjetivação" (discursos e dispositivos de poder), permitindo experimentações e valorizando dissidências e singularidades. As teorias pós-críticas, no contexto da pós-modernidade, radicalizam a valorização da diversidade, utilizando o termo "juventudes" no plural para englobar as diferentes vivências de acordo com classe, gênero, etnia, religião, etc. A socialização é vista como um processo mais plural e ativo por parte dos jovens (Groppo, 2017).

O sociólogo polonês Bauman (2021) descreve a pós-modernidade como caracterizada pela liquidez dos padrões de convivência e das instituições de proteção social, por isso o autor a denomina de “modernidade líquida”. O autor esclarece que a primeira modernidade (a modernidade sólida) coincidiu com a sociedade industrial e o auge do Estado-Nação e do pacto fordista, porém diversos processos sociais proporcionaram tendências mais essenciais da modernidade que colocam a liberdade pessoal como primazia, consequentemente na segunda modernidade são corroídos os preceitos de segurança, identidade e pertencimento, que eram rigorosamente mantidos e reproduzidos na primeira modernidade.

As teorias pós-críticas baseiam-se, entre outros pressupostos, na desinstitucionalização do Curso da Vida, perspectiva que questiona a linearidade da transição para a vida adulta e a associação automática entre idades e instituições sociais. Admite-se uma imprevisibilidade no curso da vida e a juventude pode se prolongar ou ser "reprivatizada". A idade cronológica, embora ainda presente, perde seu sentido unívoco diante da diversidade de modos de vida. Portanto, o processo de formação dos jovens é dificultado quando as instituições de ensino não articulam a realidade juvenil com as características estruturais, curriculares e normativas no ambiente escolar, ampliando o desvio ao que vem a ser estruturalista (Carrano, 2000).

Portanto, as teorias pós-críticas partem da premissa de que a juventude não é uma etapa de desenvolvimento com uma estrutura totalmente fechada, mas se configura como uma passagem cheia de experimentações e com potencial para levar à condição adulta. Neste contexto a juventude assume diferentes linhas de subjetivação que concorrem entre si. Esta subjetivação estimula as singularizações e promove as variações e descontinuidades deste processo. Permitindo a emergência de novos sujeitos e de novas posições estéticas e políticas favorecendo a multiplicidade (Groppo, 2017).

A noção de subjetividade valoriza a diversidade e sugere que ao se pesquisar a juventude se faz necessário falar de juventudes, no plural, tendo que considerar os diferentes modos de viver da condição juvenil. O sociologismo, na releitura da socialização como subjetivação, reforça a importância da construção social da pessoa, em detrimento de uma suposta essência universal e natural do indivíduo.

Teorias tradicionais e teorias críticas falam da socialização como a integração do indivíduo nas estruturas sociais dadas. Já essas teorias pós-críticas falam da construção do próprio sujeito por meio das linhas de subjetivação – que envolvem discursos e dispositivos de poder. Por meio da noção de subjetivação, o sujeito não é o ponto de partida (como era na noção de socialização), mas sim o ponto de chegada: ilusão do indivíduo racional e autocentrado na modernidade, ou o alvo de inúmeras linhas de força (discursos e poderes-saberes) que se multiplicam na pós-modernidade (Groppo, 2017, p.116).

Na perspectiva de Giddens (1991), a experiência da juventude no contexto da pós-modernidade, é profundamente marcada por transformações estruturais que redefinem a identidade pessoal, as relações sociais e a percepção de risco e da incerteza. As práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informações renovadas sobre essas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter. Para Giddens (1991) este contexto se configura como um período em que as tradições perdem a força como guia normativo e emocional para a ação social, em seu lugar o autoconhecimento sistemático e a reflexibilidade institucional se intensificam. Para os indivíduos e particularmente para os jovens em fase de formação, isso significa que a construção da identidade deixa de ser premeditada e se torna um projeto reflexivo, os jovens são compelidos a definir sua identidade ativamente, escolhendo entre as estratégias e opções oferecidas pelos sistemas abstratos, envolvendo um contínuo processo de autoquestionamento (Groppo, 2017).

Neste cenário, segundo Groppo (2017), a vivência juvenil é marcada pela promessa de liberdade e criatividade, sendo que a juventude assume um papel central e chega a ser considerada como sinônimo da própria experiência social e contemporânea. Os jovens são vistos como os indivíduos mais habilitados a criar soluções e respostas criativas. Porém outro aspecto que se apresenta é a precariedade que revela grandes e crescentes dificuldades enfrentadas pelos jovens, em particular aqueles discriminados e em situação de desigualdade. Groppo (2017) afirma ainda que as teorias das outras modernidades querem, acima de tudo, compreender como podem os indivíduos se posicionar em um mundo social extremamente complexo, fragmentado e ameaçador e de quais maneiras os sujeitos conseguem compreender esse mundo e nele atuar.

Entre os sociólogos brasileiros se destacam dois grandes pesquisadores Octavio Ianni e Marialice Foracchi, que na década de 1960 e início da década de 1970,

portanto, antes do surgimento das teorias pós-críticas, realizaram importantes estudos sobre a juventude brasileira numa abordagem crítica.

Octavio Ianni é um sociólogo brasileiro precursor dos estudos sobre sociologia da juventude que, no texto “o jovem radical” publicado em seu livro “Industrialização e desenvolvimento social no Brasil (1963), analisa a condição da juventude na sociedade capitalista a partir das implicações das determinações político-econômicas e de classes sobre os jovens. Ianni (1963) analisou a juventude como categoria social emergente no capitalismo industrial, relacionando seu comportamento político à transformações econômicas e sociais, com destaque para os movimentos radicais juvenis no Brasil e Cuba. Ao se referir à teoria geracional de Mannheim, Ianni (1963) afirma que o conflito geracional surge das divergências entre as estruturas familiares e a sociedade. Para Ianni (1963) o radicalismo juvenil é um produto natural do sistema social ao qual o jovem está inserido, este jovem torna-se radical quando se descobre tolhido, prejudicado ou até deformado pelas instituições. Portanto, Ianni (1963) rejeita explicações fragmentadas (psicológicas ou morais) e prioriza determinações histórico-estruturais ligadas à posição de classe.

Marialice Foracchi, na segunda metade da década de 1960, realizou um importante trabalho de pesquisa que resultou nas obras: “Os estudantes e a transformação social” (1965) e “A juventude na sociedade moderna” (1972). Fortemente influenciada pela teoria geracional de Mannheim (1982), investigou como os jovens são vinculados ao sistema social, primeiramente através da família, que ocupa uma posição nas relações sociais de produção. No caso, as famílias de classe média que investiam na educação superior dos filhos como estratégia para a mobilidade social ascendente ou manutenção da posição social.

Foracchi (1965) analisou os movimentos estudantis como a forma pela qual os jovens se constituem como sujeitos históricos, caracterizando a práxis estudantil como expressão do radicalismo pequeno burguês, devido à origem de classe dos estudantes universitários, que eram predominantemente da pequena burguesia ascendente. Como resultado, Foracchi (1965) identificou uma ambiguidade do movimento estudantil que, embora politizado e capaz de gerar solidariedade e novas percepções, tinha suas potencialidades revolucionárias limitadas pelas características sociais de sua condição. Portanto, para que as ações estudantis adquirissem uma amplitude societária e um caráter revolucionário, elas precisariam estar conjugadas com as ações de outras forças sociais de renovação aliadas às lutas de classes.

É importante destacar que Foracchi (1965) chamou a atenção para a condição do jovem que estuda e trabalha, que para a autora teria como diferencial a difícil tarefa de se desdobrar em duas atividades intensamente socializadoras. Esta fragmentação da própria condição do estudante, que se encontra dividido em tempo distintos e concorrentes de trabalho e estudo acaba o expondo ao risco de que sua inserção no mundo do trabalho tanto pode propiciar consequência emancipadoras, como pode ser um recurso de subordinação, representando apenas o prolongamento da dependência em outro nível.

Ao questionar estruturas sociais vigentes e romper com os paradigmas sociológicos clássicos das categorias etárias tradicionais que concebem a transição linear da juventude à vida adulta com suas associações automáticas entre categorias e instituições, as pesquisas de Foracchi (1965) indicavam que o curso da vida era menos previsível e os marcadores de entrada na vida adulta (fim da escola, trabalho, casamento, filhos) funcionavam mais como padrões de referência do que como práticas concretas.

Olhando para a juventude brasileira hoje, o que se observa é que os jovens que vivem a realidade das comunidades populares enfrentam diariamente as segregações e divisões de classes, criadas e mantidas pelo sistema capitalista que exclui e segrega, diferentes juventudes estão em condições desiguais no que se refere ao trabalho e rendimento (Costa; Rosário, 2018). A juventude não está desvinculada do universo econômico e sociocultural em que se encontra, Ianni (1963) afirma que a diversidade de recursos e capitais proporciona uma visão sobre a pobreza da juventude e suas desigualdades que contraria a concepção homogeneizante da perspectiva geracional. É importante destacar que, como advoga Costa e Rosário (2018) essa juventude das comunidades populares, independentemente de sua condição social, cria alternativas para desenvolver um universo cultural vasto e rico, embora limitado pelas condições existente.

As teorias pós-críticas valorizam multiplicidades, dissidências e hibridismos nos corpos juvenis, sem negar as estruturas de poder. Considerando ser importante utilizar os elementos propostos nas correntes teóricas pós-críticas para explicar o atual contexto de influência das redes sociais na subjetivação dos jovens, não se pretende neste estudo, entretanto, descartar uma perspectiva de análise ancorada nas desigualdades de classes. Pois, as contradições de classes e as desigualdades culturais e identitárias, das diversas juventudes, são campos de lutas diferentes, mas

não são alternativos ou excludentes (Montaño, 2021). Nas redes sociais, inclusive, essas visões explicam como os algoritmos reproduzem divisões de classes e geração, limitando ou ampliando oportunidades, como pode-se observar no exposto na subseção seguinte.

2.2 Redes sociais digitais e sociabilidade juvenil

As redes sociais são ambientes dinâmicos de sociabilização onde é possível expressar sentimentos, valores, opiniões, atitudes e posicionamento político, além de servir como entretenimento e de possibilitar manifestações culturais. Não possuem limites de espaços geográficos e são flexíveis nas suas finalidades, pois, se modificam conforme a vontade de seus membros. Para a juventude que as utiliza como maior frequência e habilidade, estas adquirem um maior potencial de influência, possibilitando a estes jovens o contato com diferentes culturas, bem como acesso instantâneo às informações globais e conhecimentos variados.

Para compreender a dimensão do impacto das redes sociais sobre essa juventude, este subtópico, com base na teoria apresentada na subseção anterior, abordará como as redes sociais mediam a construção subjetividade dos jovens, influenciando como estes se reconhecem e se relacionam.

A dinâmica da convivência nas redes sociais adquire novos contornos a medida em que os recursos tecnológicos avançam potencializando as possibilidades de expressividades e de narrativas, neste ambiente o ser social-digital estar constantemente perseguindo a construção de uma identidade ideal, que seja aceita, exaltada e acolhida pelo outro. Ao refletir sobre este contexto Bauman (2007) afirma que os internautas buscam, encontram e aproveitam os atalhos para entrar no jogo da fantasia à aceitação social. Atualmente, a internet disponibiliza vários aplicativos gratuitos (YouTube, Instagram, WhatsApp e TikTok.) que estimulam este comportamento.

Em entrevista ao jornal El País de 2015, Bauman (2015) alerta que as redes sociais representam, na verdade, uma armadilha, pois, proporcionam uma sensação de prazer, o autor se refere aos estímulos que ativam a produção de dopamina no cérebro. Contudo, Bauman (2015) defende que as redes não são tão eficientes na função de facilitar a sociabilidade, pois, não são favoráveis ao diálogo com quem pensa diferente. Sua extrema velocidade, interatividade pungente e especificidades

interacionais se constitui em um ambiente perigoso e incongruente para aquele que objetiva construir reputação visando o desejo de pertencimento. O perigo das redes sociais, no que se refere a sociabilidade segundo Bauman (2015) é que estas não ensinam a dialogar, pois é muito fácil evitar a controvérsia, desta forma a maioria não as usa para unir, mas para ampliar seus horizontes. E se fecha na sua zona de conforto e só escutam é o eco de suas próprias vozes e só veem os reflexos de suas próprias caras.

Para Bauman (2015) nas redes sociais há uma enorme facilidade de adicionar e excluir “amigos” o que reduz a necessidade de desenvolver habilidade sociais reais (negociação, empatia, solução de conflitos). Bauman (2015) destaca que as redes sociais criam “substitutos” de comunidades. O autor acima citado esclarece, ainda que diferentemente das comunidades virtuais (que você criar e possui) nas comunidades reais se pertence. E essa sensação de pertencimento constitui um elo contínuo e duradouro com seus pares.

Um impacto bastante comum nos jovens usuários das redes sociais é um descolamento da realidade. O ambiente das redes sociais possibilita a criação de uma representação idealizada da vida real, onde são, geralmente, compartilhados apenas os momentos positivos e são destacadas as conquistas, desta forma cria-se uma versão ideal do indivíduo real. Muitas vezes essa realidade simulada se confunde com o real, distorce a percepção sobre si mesmo e gera uma busca incessante por aprovação e validação.

Neste ambiente as imagens, signos e símbolos são constantemente reproduzidos e consumidos. Vive-se uma hiper-realidade, conceito elaborado por Baudrillard (1991b) para descrever um estado no qual a realidade e suas representações se tornam indistinguíveis e a imagem simulada se sobrepõe ao real. A hiper-realidade das redes sociais traz consigo profundas implicações para a subjetividade dos jovens, pois, a busca pela imagem perfeita (self) e experiências fabricadas leva a um distanciamento da verdadeira realidade, dificultando a compreensão dos desafios e problemas reais que enfrentam. Os algoritmos fornecem suporte tecnológico para a manutenção desta hiper-realidade.

Em termos técnicos as redes sociais, são plataformas digitais que disponibilizam infraestruturas digitais para permitir e intermediar conexões com diferentes sujeitos em um ecossistema interativo, com troca de bens, serviços, informações, lazer e entretenimento. Em sua pesquisa “Consumo de mídias digitais

no Brasil” Grassi e Ruediger (2023) mostraram que entre as redes mais acessadas diariamente pelos brasileiros estão o WhatsApp (81%), o YuoTube (45%), Instagram (36,2%) e TikTok (20,2%). Metade dos jovens com idade entre 16 e 24 anos utilizam diariamente o TikTok (54%), enquanto o Instagram e YuoTube são acessados por 36% dos respondentes.

O fenômeno das redes sociais no ambiente digital é muito recente, porém o conceito de redes sociais nas ciências sociais é bastante conhecido e se refere a uma estrutura composta por atores sociais (indivíduos, grupos, organizadores) conectados por relações sociais de diferentes naturezas. Como explica Recuero (2009), o conceito de rede na concepção das ciências exatas, mais especificamente na “teoria dos grafos” (sendo o grafo a representação gráfica de uma rede) é uma estrutura constituída de nós e arestas que conectam estes nós.

A teoria dos grafos é uma parte da matemática aplicada que se dedica a estudar as propriedades dos diferentes tipos de grafos. Essa representação de rede pode ser utilizada como metáfora para diversos sistemas. Um conglomerado de rotas de voo e seus respectivos aeroportos, por exemplo, pode ser representado como um grafo. Um conjunto de órgãos e suas interações também pode ser representado da mesma forma. Por fim, indivíduos e suas interações também podem ser observados através de uma rede ou grafo. (Recuero, 2009, p.19).

Para Recuero (2009) a teorias dos grafos e suas implicações começaram a ser aplicadas dentro das ciências sociais através dos estudos empíricos que deram origem ao campo de estudo denominado “Análise estrutural de redes sociais”. Esta abordagem tinha o propósito de perceber os grupos de indivíduos conectados como rede social e, a partir dos teoremas dos grafos, extrair propriedades estruturais e funcionais da observação empírica. Em se tratando de redes sociais digitais Recuero (2009, p. 20) afirma:

Na verdade, a abordagem de rede fornece ferramentas únicas para o estudo dos aspectos sociais do ciberespaço: permite estudar, por exemplo, a criação das estruturas sociais; suas dinâmicas, tais como a criação de capital social e sua manutenção, a emergência da cooperação e da competição; as funções das estruturas e, mesmo, as diferenças entre os variados grupos e seu impacto nos indivíduos.

Recuero (2009) esclarece ainda que a abordagem de redes adquiriu força nos estudos dos agrupamentos sociais do ciberespaço devido a necessidade de

construção empírica tanto qualitativa quanto quantitativa para, através da observação sistemática dos fenômenos, verificar padrões e teorizar sobre os mesmos. A metáfora das redes nos estudos das redes sociais virtuais permite compreender os padrões de conexões expressos no ciberespaço e a dinâmica de composição dos grupos sociais.

As redes sociais possuem elementos característicos que são basilares para a compreensão de sua dinâmica, tais elementos não são discerníveis de imediato, devido à complexidade do tema. Sendo necessária uma apresentação didática, assim Recuero (2009) esclarece que uma rede social é composta por dois elementos: atores (pessoas, instituições ou grupos) que são os nós da rede e suas conexões (interações ou laços sociais). Segundo Recuero (2009, p.23):

Uma rede, assim, é uma metáfora para observar os padrões de conexão de um grupo social, a partir das conexões estabelecidas entre os diversos atores. A abordagem de rede tem, assim, seu foco na estrutura social, onde não é possível isolar os atores sociais e nem suas conexões.

O primeiro elemento da rede social, os atores, se refere às pessoas envolvidas na rede que atuam para formar e moldar as estruturas sociais, através de interações e formação de laços sociais. Nas redes sociais digitais este elemento não é perceptível de imediato, pois, pode se tratar de um perfil ou de uma construção identitária, que pode ser individual ou coletiva. Entender como estes atores constroem estes espaços de expressão é essencial para compreender como as conexões (segundo elemento das redes) são estabelecidas e quais padrões são gerados.

As conexões são formadas por interações derivadas de relações e laços sociais. Geralmente estas interações são coordenadas, por exemplo, a ação de um ator depende da percepção daquilo que o outro está dizendo e há orientação com relação às expectativas, sendo um processo comunicacional com reflexo social. Estudar a interação nas redes sociais compreende, deste modo, estudar a comunicação entre os atores (Recuero, 2009). A qualidade das conexões nas redes sociais está vinculada ao conceito de capital social, que aqui será concebido na perspectiva de Bourdieu (1983, p.248):

O capital social é o agregado dos recursos atuais e potenciais, os quais estão conectados com a posse de uma rede durável, de relações de conhecimento e reconhecimento mais ou menos institucionalizadas, ou em outras palavras, à associação a um grupo – o qual provê cada um dos membros com o suporte do capital coletivo.

Para Bourdieu (1983), o capital social se refere ao campo de atuação social do indivíduo, portanto, outras formas de capital (econômico e cultural) seriam relacionadas a outros campos de atuação. Entretanto, o capital social pode ser convertido em outras formas de capital de acordo com as ações do grupo. Na perspectiva de Bourdieu o capital social não está nos indivíduos, mas nas relações entre as pessoas. O indivíduo ao perceber esse capital, através de mediação simbólica ou através de sua integração às estruturas sociais, pode transformá-lo, operacionalizá-lo em outra forma de capital, mas não pode possuí-lo.

Recuero (2009) esclarece que uma forma de se operacionalizar o conceito de capital social nas redes sociais digitais é compreendê-lo através da construção de categorias. Estas categorias que constituem aspectos nos quais o capital social pode ser encontrado e são compreendidas como recursos que indivíduos têm acesso por meio das redes. As categorias básicas são três: as relações, laços e trocas que conectam os indivíduos; as normas de comportamento e valores do grupo; e a soma de conhecimento e informações colocadas em comum. Além destas categorias podem ser também, acrescentadas: a confiança no comportamento do indivíduo em determinado ambiente e as instituições formais e informais envolvidas na estrutura geral dos grupos. Dentro destas instituições o nível da cooperação e coordenação é geralmente, bastante alto e são elas que possibilitam o conhecimento das regras da interação social.

As redes sociais ampliam a capacidade dos indivíduos de estabelecer, manter e expandir suas conexões, funcionando como espaços de possibilidades para a constituição e manutenção de um campo relacional onde o capital social pode ser acumulado e convertido em outra forma de capital. Entretanto, não elimina as desigualdades e distribuição assimétrica deste capital. Pelo contrário, as redes sociais digitais refletem e, muitas vezes, ampliam as estruturas de poder e o acesso desigual a recursos simbólicos. O acesso privilegiado a determinadas redes e o controle sobre o fluxo informacional intensificam a capacidade de certos indivíduos ou grupos em capitalizar suas conexões, reproduzindo, desta forma, os mecanismos de distinção e exclusão descritos por Bourdieu (1983).

Os usuários das redes sociais constroem seu capital social a partir das interações sociais, com base nas relações de confiança e reciprocidade, no pertencimento a um grupo e no reconhecimento dos valores e normas do grupo. Este capital é construído por quem está na ferramenta e pelas suas apropriações, isto é,

pelo uso e sentidos construídos neste uso, ao mesmo tempo é apropriado pelas próprias plataformas das redes. Recuero (2024) esclarece que a própria dimensão econômica destas estruturas está relacionada a uma apropriação dos valores gerados pelos usuários (dados, visibilidade, interações e sentidos construídos nelas) e seu uso para monetização.

Assim, esse capital social é modificado, reconstruído e apropriado pelas plataformas, ao mesmo tempo que, em seus sistemas de recompensa, busca gerar incentivos para alguns tipos de apropriação, como presença de influenciadores e espalhamento de determinados tipos de conteúdo que geram, por exemplo, micropagamentos para os usuários ou anúncios (Recuero, 2024, p.98).

Para Recuero (2024) as plataformas de mídias sociais digitais modificaram a construção e o acesso ao capital social pelas redes sociais, pois elas permitem que as pessoas possam expandi-las sem custo adicional. Os atores individualmente possuem limitação de interações, considerando que a atenção, a memória e o tempo são recurso limitados. Entretanto, nas plataformas digitais estes atores conseguem facilmente ampliar suas redes sem grande esforço, pois, a tecnologia mantém a rede ativa e não há necessidade de interação diária. Um dos valores associados ao capital social, por exemplo, é o acesso à informação, que cresce à medida que esta informação transita de maneira rápida e abrangente através de inúmeras conexões.

Outro valor muito importante nestas trocas nas redes sociais é a visibilidade, pois para ter acesso ao capital social construído nas redes o ator precisa ser visto. E para ser visto o ator depende do algoritmo de governança de cada plataforma. Os algoritmos são filtros que vão selecionar como o conteúdo que os usuários publicam será entregue e para quem. Desta forma, observa-se que o capital social não é assimétrico, ou seja, não é distribuído de forma igual para todos. O usuário que dispõe de maior audiência, de maior visibilidade conquista mais seguidores, interações e outras métricas associadas à sua relevância para as redes (Recuero, 2024).

Portanto, as regras do controle de fluxo informacional das redes sociais digitais, que definem que tipo de informação e quando o indivíduo terá acesso a mesma, são estabelecidas por algoritmos. Estes funcionam como filtros e gerenciam toda lógica de funcionamento das redes sociais.

Para Gillespie (2018) os algoritmos não são necessariamente softwares, mas são instruções, procedimentos codificados que, com base em cálculos estatísticos

específicos, transformam dados em resultados desejados. O autor esclarece também que os algoritmos são sequências matemáticas usadas para selecionar o que é mais relevante a partir dos dados compostos por rastros das atividades, preferências e expressões dos usuários dos meios digitais. Com base nestes dados os algoritmos sujeitam o discurso e o conhecimento humano do ciberespaço à sua lógica procedimental.

A avaliação algorítmica da informação, assim, representa uma lógica de conhecimento particular baseada em suposições específicas sobre o que é conhecimento e como alguém deveria identificar seus componentes mais relevantes. O fato de estarmos recorrendo a algoritmos para identificar o que precisamos saber é tão marcante quanto termos recorrido aos especialistas credenciados, ao método científico, ao senso comum ou à palavra de Deus (Gillespie, 2018, p.3).

Pariser (2012, p.11) é bastante enfático ao definir os algoritmos como mecanismos que objetivam prever, criar e refinar quem somos, o que faremos e que desejamos, criando um universo exclusivo de informações para cada usuário, denominado pelo autor de “bolhas de filtros”. Dentro destas bolhas de filtros os usuários são expostos sempre a temas conhecidos e são doutrinados com suas próprias ideias, ampliando seu desejo pelo que lhe é familiar, sem encontros fortuitos que lhes tragam novas percepções e aprendizados.

Não são só estes encontros fortuitos que estão em risco. Por definição, um mundo construído a partir do que é familiar é um mundo no qual não temos nada a aprender. Se a personificação for excessiva, poderá nos impedir de entrar em contato com experiências estonteantes, destruidoras de preconceitos, que mudam o modo como pensamos sobre o mundo e sobre nós mesmos (Pariser, 2012, p.15).

Gillespie (2018) chama esses algoritmos que sustentam todo o universo digital de “algoritmos de relevância pública” e destaca que estes possuem seis dimensões: 1. Padrões de inclusão: escolhas por trás do que gera um índice, em primeiro lugar e o que é excluído; 2. Ciclo de antecipação: as implicações das tentativas dos provedores dos algoritmos de conhecer a fundo e prevê completamente os seus usuários; 3. Avaliação de relevância: os critérios pelos quais os algoritmos determinam o que é relevante; 4. A promessa da objetividade algorítmica: refere-se à maneira como o caráter técnico do algoritmo é visto como garantia de imparcialidade; 5. Entrelaçamento com a prática: como os usuários reconfiguram suas práticas para se

adequar aos algoritmos dos quais dependem; 6. A produção de públicos calculados: como a apresentação algorítmica dos públicos, para eles mesmos, molda uma noção de si desse público e quem está em melhor posição para se beneficiar desse conhecimento.

Nas redes sociais e em todas as atividades relativas aos meios digitais os algoritmos funcionam como instrumentos de controle social, fruto de um contexto com relações de dominância de poder e interesses financeiros. Desta forma as inferências feitas pelos algoritmos, com base nos bancos de dados, sugerem a reprodução de comportamentos de uma sociedade com objetivos comerciais. Não há neutralidade e nem aleatoriedade nos algoritmos, todas as tecnologias são criadas e mantidas por interesses mais ou menos explícitos de grupos mais ou menos visíveis (Santos, 2022).

Para Santos (2022) os algoritmos são desenhados para reter a atenção dos indivíduos, pois durante o tempo que o usuário passa na rede social são produzidas inúmeras informações sobre seu perfil e o algoritmo é capaz de pegar cada uma das suas manifestações na rede, quais páginas navega, quais pesquisas e quais fatos se detém mais tempo. Estas informações são utilizadas para traçar perfis definidos para serem vendidas à anunciantes. Assim, a cada movimento do mouse em seus computadores ou cada deslize de dedos em seus aparelhos de smartphones os usuários enviam dados aos controladores dessas redes sociais e os algoritmos começam a decidir quais propagandas comerciais estes indivíduos devem ver para maximizar a efetividade dos anúncios. Portanto, de acordo com Santos (2022) a finalidade do algoritmo é promover engajamento e, com ele, vender anúncios para os donos das plataformas obterem lucros.

Como principais usuários das redes sociais os jovens são os mais afetados pela ação dos algoritmos, considerando que são indivíduos ainda em processo de formação de sua subjetividade e que apresentam extrema liquidez nos padrões de convivência (Bauman, 2009) certamente o impacto dos algoritmos na juventude pode ser ainda mais devastador. A juventude na vida online, segundo Bauman (2007) está exposta uma instabilidade e insegurança que afetam sua subjetividade e a construção da sua identidade. Este estado de instabilidade ocorre devido às constantes mudanças que obrigam os indivíduos a se reinventarem a cada instante. Bauman (2007) denomina este estado de instabilidade de “líquido” e esclarece que na vida online o mais importante é a popularidade, portanto, o que motiva os usuários é o crescente número de amigos e seguidores, que significa ter que aumentar o número

de visualizações das postagens em busca de likes. É importante ficar atento aos modismos para se manter sempre atual já que o indivíduo se torna uma mercadoria vendável ao público e corre o risco de ser esquecido e descartado, caso não se atualize.

A tese de Bauman (2021) é que na era da modernidade líquida as formas estão em constante adaptação ao contexto e os sujeitos estão em fluxo contínuo, são voláteis, flexíveis e instáveis. Há uma transformação das linguagens consideradas temporais (verbo, som e vídeo) e as espaciais (imagens, diagramas e fotos) diante da fluidez e imaterialidade características do universo virtual. Nesta nova realidade, o tempo e o espaço se organizam de forma distinta nas práticas culturais e comunicacionais. Nesta sociedade líquida-moderna, os indivíduos devem ter a capacidade de mutação, de construir identidades de acordo com a necessidade e os interesses. Os jovens neste mundo virtual são estimulados a estar sempre em evidência, pois, vivem a cultura do descartável, na qual as relações são mantidas de acordo com a conveniência e utilidade. As relações no mundo líquido são feitas para durar por um tempo, mas apenas o tempo necessário para satisfazer os desejos e as vontades. Neste ambiente líquido-moderno o efêmero dita as regras.

Os algoritmos são utilizados para manter os usuários conectados ininterruptamente, para tanto utilizam estratégias e efeitos psicológicos, as imagens são editadas e modificadas de acordo com o perfil de cada indivíduo. No caso dos jovens -adolescentes, que segundo a teoria psicossocial de Erikson (1987), encontram-se em um estágio onde ocorre uma confusão de papéis, os algoritmos confundem e interferem a experimentação de identidades. As redes agem como espelhos distorcidos que tanto facilitam a autoexpressão quanto geram comparações sociais extremamente prejudiciais.

O público jovem destaca-se como alvo das estratégias de marketing digital e seus algoritmos, não só pelo poder de consumo, mas também, pela influência que exercem sobre as tendências e comportamentos sociais. Para conquistar a atenção dos jovens, as marcas buscam compreender o mundo jovem, seus valores, interesses e motivações. Por se encontrar em uma fase da vida em que busca construir relacionamentos e, eventualmente, constituir uma família, a juventude é fortemente impactada pelos algoritmos que capturam e monetizam as emoções, transformando afetos em mercadorias, criam laços sociais para gerar engajamento e lucro (Cunha, 2025).

Considerando que esses algoritmos são capazes, não só de alterar os padrões de comportamento, mas podem provocar até mesmo danos à saúde mental. Segundo Lanier (2018) para alterar um padrão comportamental os algoritmos utilizam técnicas metódicas, muitas vezes utilizadas na psicologia para tratar vícios, mas que também funcionam para criá-los. Lanier (2018) esclarece que os algoritmos são adaptáveis e podem gerar inclusive um toque de aleatoriedade nas redes sociais, fazendo pequenas e constantes mudanças em si mesmo para tentar obter melhores resultados e assim:

Quando um algoritmo proporciona experiências a alguém, a aleatoriedade que facilita a adaptação algorítmica pode alimentar o vício humano. O algoritmo tenta capturar os parâmetros perfeitos para manipular o cérebro, que, por sua vez, muda em resposta aos experimentos do algoritmo para buscar significados mais profundos; é um jogo de gato e rato baseado em pura matemática. Como os estímulos do algoritmo não significam nada e são verdadeiramente aleatórios, o cérebro não está se adaptando a nada real, mas a uma ficção (Lanier, 2018, p.21).

Cunha (2025) esclarece que neste ambiente digital os algoritmos são pensados para explorar as emoções como moeda de troca para manter jovens engajados. Portanto, curtidas e comentários viram validação social, assim se criam ciclos de dependência emocional. Os algoritmos priorizam conteúdos que podem gerar reações afetivas intensas, tais como alegria, raiva e inveja, já que estas emoções impulsionam interações rápidas. Por estarem vivendo a fase de formação de identidades os jovens perceberem os likes como aprovação, que funcionam como recompensas e assim reforçam a viralização das postagens e o consumo por impulsos.

Em vez de representar o mundo de maneira plural, contextual e aberta, os algoritmos filtram, priorizam e personalizam os conteúdos de acordo com padrões de comportamento, preferências declaradas ou inferidas, e com objetivos majoritariamente comerciais (Cunha, 2025, p. 5).

Cunha (2025) chama a atenção para a transformação nas relações sociais provocada pela forma de vida híbrida onde o real e o virtual se confundem, principalmente entre os jovens que são os mais expostos. Esta forma de viver é semelhante ao conceito de hiper-realidade de Baudrillard (1991a), porém com agravante pois, neste novo contexto, as redes sociais que de início funcionavam como espaço de livre expressão, se transformaram em instrumentos de manipulação

emocional em larga escala. De um ambiente onde antes se discutia opiniões e visões diferentes dos fatos, as redes sociais tornam-se em um espaço no qual se desenvolvem realidades cognitivas distintas, cada comunidade, grupo ou tribo, acredita viver em um mundo próprio, com suas verdades, seus heróis e inimigos.

Neste ambiente de hiperestimulação digital e engajamento baseado em competição e tribalismo emocional, o cérebro jovem ainda em fase de formação é treinado para reagir e não para refletir (Cunha, 2025). A subjetividade, portanto, é formada por uma combinação de interação humana e pela lógica algorítmica e o cérebro, em especial dos jovens, se adapta reorganizando suas conexões sinápticas para atender às demandas do ambiente digital. Os conteúdos acessados prioritariamente definem os parâmetros de formação da subjetividade destes jovens.

O estado de conectividade constante na realidade do ser juvenil demanda uma atenção para o processo de aprendizagem destes jovens, em especial para uma educação voltada para a reflexão crítica. A alfabetização digital torna-se essencial para preparar indivíduos no uso das redes sociais de forma criativa, responsável e ética. Ao invés de ser um consumidor passivo das tecnologias, os jovens podem aprender a usá-las para expandir possibilidades, resolver problemas, criar soluções.

Segundo Siqueira e Girolimetto (2025) na realidade brasileira é importante ainda destacar que o uso das tecnologias digitais pelos jovens não é uniforme, pois, os níveis de desigualdades sociais se refletem na impossibilidade completa ou severa de acesso aos recursos tecnológicos. A assimetria no acesso à internet tem revelado a desigualdade digital como a face mais contemporânea da desigualdade social. No que se refere ao processo de aprendizagem há uma distribuição desigual de acesso, do uso qualificado e da apropriação significativa dos recursos tecnológicos nos processos educativos. Este contexto aprofunda desigualdades sociais históricas e compromete o aprendizado, a autonomia intelectual e o exercício da cidadania.

2.3 Cultura digital, redes sociais e educação

O uso excessivo das redes sociais pelos estudantes do ensino médio dentro do ambiente escolar está diretamente relacionado à introdução massiva de plataformas digitais nas escolas, como resultado do processo de expansão de grandes corporações tecnológicas como protagonistas políticos e econômicos mundiais que impactou sensivelmente todo o sistema educacional brasileiro. Meireles

e Adão (2025) defende que a introdução de plataformas digitais nas escolas não constitui um fenômeno neutro ou acidental, mas reflete um amplo processo de dominação política e econômica de um seleto grupo de empresas de tecnologia sediadas no Norte Global, as chamadas Big Techs.

Neste contexto, esta subseção servirá para analisar a cultura digital na perspectiva escolar, de forma a facilitar a compreensão das adaptações impostas às instituições pela lógica mercantilista que demanda uma juventude hiperconectada e depende das redes sociais. A reformulação dos currículos e a criação de novas concepções didáticas são algumas das estratégias de expansão da cultura digital nas escolas. Novas culturas juvenis e tecnológicas invadem a escola e mobilizam diferentes formas de aprender e ensinar, provocando alterações no formato escolar tradicional, com revisão das linguagens, das metodologias didáticas e das relações na sala de aula (Mesquita; Pischetola, 2022), trazendo consigo o desafio de integrar nas práticas pedagógicas a cultura digital.

As Big Techs vendem a tecnologia como solução quase obrigatória para problemas pedagógicos, administrativos e de gestão escolar, ampliando sua influência sobre políticas públicas, práticas docentes e circulação de dados educacionais, resultando em um processo de “plataformização da educação”. Neste processo, essas Big Techs passam a mediar o ensino com o discurso de inovação, padronização e eficiência que reduz drasticamente a autonomia pedagógica ao mesmo tempo em que promove o uso de soluções privadas na organização das atividades escolares seguindo a lógica de desempenho empresarial com tendência à mercantilização do ensino (Meireles; Adão, 2025).

A cultura digital provoca mudanças em todas as esferas e dimensões humanas, pois envolve prática cotidianas de interação, relação, estudo, entretenimento, comunicação e trabalho. Na escola a digitalização, imposta pelas Big Techs como inevitável, traz uma aparência de modernização que oculta os interesses econômicos e as orientações políticas, naturalizando a presença corporativa no ambiente escolar e deslocando o debate da finalidade educativa para a adoção de soluções tecnológicas já prontas (Meireles; Adão, 2025).

Nesta perspectiva as abordagens pedagógicas são reconfiguradas para incorporar as grandes mudanças que vem acontecendo no processo de ensino aprendizagem. As escolas passam a enfrentar novos desafios ao explorar o espaço digital e descobrir novas formas de interação com os estudantes e de transformar as

redes sociais em ambientes virtuais de aprendizagem. Na linguagem digital a imagem ocupa um lugar de destaque na construção de sentidos e são aplicados diferentes recursos semióticos, que aparentemente são autoexplicativos, intuitivos e fáceis, mas repletos de artefatos multimodais que podem tornar complexos os processos de comunicação e socialização, com múltiplas fontes de informação que permitem diferentes interpretações. Para Araújo (2020, p. 3):

[...] são necessários conhecimentos específicos para lidar com esta reconfiguração nas formas de produção textual e leitura conectada à Internet [...], diferentes habilidades são necessárias para lidar com estes textos híbridos, pois a leitura não pode estar ligada apenas na interpretação da linguagem escrita, como dito anteriormente. Nesta realidade, é fundamental interpretar, compreender e significar elementos verbais e não verbais característicos dos textos e mídias.

A BNCC (Base Nacional Comum Curricular) defende que as aprendizagens devem garantir o desenvolvimento de dez competências gerais que se constituem nos direitos de aprendizagem e desenvolvimento, visando a construção de conhecimentos, bem como o desenvolvimento de habilidades e a formação de atitudes e valores. Na competência de número cinco foram listadas as várias linguagens, especialmente as relacionadas ao campo digital. A BNCC prevê não apenas o uso das novas tecnologias da comunicação e informação, mas o letramento digital, considerando, não só a necessidade de saber manusear as tecnologias, mas a importância de fazer desse uso uma prática social, ou seja, uma forma de interagir com o outro, produzindo conhecimentos significativos no plano individual e coletivo (Santos, 2018).

Na etapa do Ensino Médio, a BNCC enfatiza que a área das Linguagens se refere aos conhecimentos dos sujeitos em diferentes esferas de comunicação, das mais formais às mais cotidianas, garantindo o domínio da escrita para ser capaz de ler e produzir textos em diferentes situações de comunicação. As habilidades necessárias para as práticas de linguagem no universo digital listadas no documento são:

Explorar tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC), compreendendo seus princípios e funcionalidades, e mobilizá-las de modo ético, responsável e adequado a práticas de linguagem em diferentes contextos. Avaliar o impacto das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC) na formação do sujeito e em suas práticas sociais, para fazer uso crítico dessa mídia em práticas de seleção, compreensão e

produção de discursos em ambiente digital. Utilizar diferentes linguagens, mídias e ferramentas digitais em processos de produção coletiva, colaborativa e projetos autorais em ambientes digitais. Apropriar-se criticamente de processos de pesquisa e busca de informação, por meio de ferramentas e dos novos formatos de produção e distribuição do conhecimento na cultura de rede (Brasil, 2018, p. 489).

Além disso, segundo Araújo (2020) ao listar as orientações para o ensino de Língua Portuguesa, a BNCC destaca habilidades relacionadas ao processos de pesquisa e busca de informação; utilizando diversas linguagens, mídias e ferramentas digitais; com uma visão crítica, ética e estética das formas de comunicação digital; observar ao selecionar informações, dados e argumentos se as fontes são confiáveis; adotar postura ética e crítica ao produzir e compartilhar comentários, notícias, memes, gifs, etc. nas redes sociais ou em qualquer ambiente digital; checar publicação de fotos e de fatos noticiados visando combater a proliferação de notícias falsas, as chamadas fake News.

A BNCC da Computação homologada em 2022 e a Política Nacional de Educação Digital (Lei nº 14.533/2023) consolidam um movimento de institucionalização da cultura digital no sistema educacional brasileiro. Ao serem inseridas na escola pública, as tecnologias digitais interferem na configuração do currículo, das relações pedagógicas e das formas de avaliação, com reflexos diretos na produção do conhecimento. A BNCC da Computação organiza as ações pedagógicas em eixos, com os seguintes objetivos:

1) o desenvolvimento de habilidades relacionadas à resolução de problemas de diferentes naturezas, através da construção de algoritmos (pensamento computacional); 2) a compreensão de um componente cada vez mais onipresente no século XXI, que é o mundo digital; e 3) a análise do impacto desses dois primeiros itens consoante aspectos da cultura digital que afetam a vida cotidiana. Para que se possa trabalhar de forma adequada o item 3, é necessário que se desenvolva também os itens 1 e 2, que são os fundamentos da Computação relacionados às referidas aprendizagens essenciais para cidadãos e cidadãs no século XXI (Brasil, 2023b, p. 23).

Contudo, Pereira e Silva (2026) alertam para a forma como os recursos digitais são incorporados nas práticas pedagógicas, afirmando que essa incorporação não deve ser compreendida com um processo meramente técnico e instrumental, pois, abrangem importantes dimensões sociais, tais como: disputas de sentido, projetos formativos e concepções de sociedade.

[...], a mediação tecnológica na escola pública exige problematização crítica, sobretudo diante da tendência contemporânea de naturalizar a tecnologia como solução neutra e inevitável para os desafios educacionais. Ao contrário desta perspectiva determinista, torna-se necessário reconhecer que as TDIC se inserem em contextos históricos marcados por desigualdades estruturais, relações de poder e interesses econômicos que influenciam seus modos de apropriação (Pereira; Silva, 2026, p. 1).

Pereira e Silva (2026, p.2) afirmam que a inserção das tecnologias na escola brasileira ocorre em contexto marcado por profundas desigualdades socioeconômicas e por assimetrias no acesso à infraestrutura digital. Se parte expressiva da população enfrenta limitações de acesso, conectividade e letramento digital, o potencial das redes sociais para ampliar a inteligência coletiva e a circulação do conhecimento não se concretiza. Na próxima seção será apresentado o perfil do ensino médio no Maranhão para que se tenha uma visão das condições físicas e estruturais da rede de ensino, demonstrando o quadro de desigualdade socioeconômica que ainda persiste no sistema de ensino público.

3 ENSINO MÉDIO E SUAS JUVENTUDES NO MARANHÃO

Como etapa final da educação básica, o ensino médio se destina aos jovens, sendo a faixa etária obrigatória regular de 15 a 17, que no Maranhão corresponde a 428.465 jovens (IMESC, 2024). O ensino médio passa por um período de reformas estruturais impulsionada pela Base Nacional Curricular (BNCC) e pela proposta de Novo Ensino Médio (Lei 13.415 de 16 de fevereiro de 2017) que teoricamente buscam alinhar a formação dos estudantes às demandas do século XXI. No entanto, essas reformas são muito questionadas por pesquisadores brasileiros. Por exemplo, para Peregrino e Prata (2023) a reforma envolve um campo de disputa entre projetos educacionais, programas políticos e concepções de juventude. Souza (2021) afirma que as reformas implantadas refletem a tentativa de adequar os processos educativos à formação para o trabalho, bem como ajustar a conformação da subjetividade dos estudantes às necessidades que emergem do contexto social e produtivo.

Na intenção de contextualizar o espaço de pesquisa empírica do presente trabalho, que tem como foco o uso das redes sociais pelas juventudes do ensino médio no município de São Luís - MA, esta seção apresentará um breve contexto histórico das reformas educacionais para que se compreenda de que maneira esta norma impacta na vida dos jovens estudantes maranhenses.

Na sequência será descrito o perfil dos estudantes do ensino médio no Maranhão, com base nos dados do Censo Escolar de 2024. Serão, também, discutidos os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) sobre as instalações físicas das escolas, bem como o desempenho escolar apurado pelo IDEB.

Em seguida, serão apresentadas as informações disponibilizadas pelo INEP para o ensino médio no Maranhão para se obter um panorama da oferta de ensino no estado, das condições físicas das escolas da rede pública e sua capilaridade.

3.1 O ensino médio no Maranhão: notas históricas e pontuais

No Maranhão, assim como no cenário nacional, o ensino médio passa por uma reforma que confirma o avanço da cultura da mentalidade empreendedora nas agendas das políticas educacionais e dos organismos internacionais. Um modelo de ensino onde a lógica empresarial se configura como elemento chave para a formação

da subjetividade das futuras gerações. Nesta subseção será apresentado um resumo das modificações implantadas ao ensino médio para compreender seus efeitos na juventude maranhense.

Fazendo uma contextualização histórica da reforma, Souza (2021) esclarece que a proposta de formação prevista para o ensino médio, de acordo com a LDB (1996), fundamenta-se em três eixos básicos: formar cidadãos, preparar para o trabalho e proporcionar a continuação dos estudos. Estes três eixos se relacionam às diferentes concepções de ensino médio que, historicamente, marcaram esta etapa de ensino no Brasil: a propedêutica que objetiva capacitar os jovens para a continuidade dos estudos; a técnica cujo objetivo é preparar mão de obra para o mercado de trabalho; e a humanista/progressista que eleva a formação para um sentido mais amplo que integra as duas dimensões propedêutica e técnica, visando ofertar uma educação integrada e dinâmica.

A reforma do ensino médio (Lei 13.415/17) traz como palavra de ordem a flexibilização, em especial sobre a organização curricular, com a oferta de diversos itinerários formativos, cursos de qualificação, estágios e ensino técnico profissional. Na disputa por hegemonia (Machado; Silva, 2024, p.15) o poder econômico dominante, estrategicamente, associa esta flexibilização à autonomia, à criatividade e inovação, à versatilidade, bem como à liberdade de escolha. Porém, autores como Machado e Silva (2024) alertam que esta flexibilidade, na prática, traz enorme efeitos negativos, pois resulta em desregulação, precarização e principalmente muita instabilidade contra a concentração de riqueza material e intelectual que só reforçam os mecanismos de exclusão e desigualdades.

Neste contexto, os jovens estudantes do ensino médio são continuamente expostos aos efeitos destas políticas educacionais que, em nome da flexibilização desta etapa da educação, reforçam sua dualidade (o caráter pendular) ao separar o ensino propedêutico do ensino técnico profissionalizante.

A correlação de forças em torno do projeto formativo do Ensino Médio tem se configurado, desde a década de 1980, entre, de um lado, os setores da sociedade que concebem a escola a partir de um viés de formação eficientista e imediatista e, de outro, setores sociais que almejam para os filhos dos trabalhadores uma formação integrada e politécnica, que não se limite à capacitar para o trabalho, mas que também lhes possibilite entender ampla e criticamente tanto a sociedade em que vivem quanto

a forma pela qual se estrutura o trabalho que realizam, tendo em vista a construção de formas mais humanas e igualitárias de produzir e viver (Souza, 2021).

Souza (2021) observa, ainda que ao relacionar a formação por competências com a formação para o mundo do trabalho e o exercício da cidadania, o novo ensino médio objetiva adequar a formação da subjetividade da classe trabalhadora ao atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas, assumindo um caráter regressivo e instrumental e desta forma contribui para o agravamento da precarização das condições de vida e trabalho das camadas populares em nome da reprodução da acumulação capitalista (Souza, 2021).

Peregrino e Prata (2023) ao abordarem a reforma do ensino médio pela perspectiva do jovem estudante, partem da concepção de juventude com uma posição no espaço social. As autoras (Peregrino; Prata, 2023) afirmam que a juventude é uma unidade geracional, de acordo com a teoria de Mannheim (1982), que compartilha um processo de desenraizamento, com a emancipação de rede de instituições circunscritas no processo de socialização primária, para a etapa posterior de reenraizamento social, em redes de instituições que correspondem a socialização secundária. Configurando um estado (e tempo) formativo e transacional que parte de uma condição presente que possibilite possível inserção futura. Porém, com um alerta para o fato de que esse elemento em comum não é vivido de forma homogênea.

Lembrando-se que para Mannheim (1982) a mera contemporaneidade não garante a constituição de uma unidade geracional pois, diferentes grupos etários vivenciam tempos interiores diferentes em um mesmo tempo cronológico, o que define de fato a posição geracional não é um estoque de conhecimento e experiências comuns acumuladas, mas a potencialidade de pode vir a adquiri-las, o desenvolvimento deste potencial depende de determinados fatores sociais. Além disso, embora uma unidade geracional se caracterize pela livre participação de diferentes indivíduos em vivências coletivas (conexões), quando visto pelo ângulo individual estas vivências podem adquirir significados distintos. Peregrino e Prata (2023, p.6) alertam que:

No Brasil, não apenas as condições de exercício da juventude são desiguais, mas a posição comum vivida em condições absolutamente díspares submete os jovens a situações de transição também muito distintas. É, portanto, no desenho preciso e rigoroso dos casos que se consegue surpreender as desigualdades e as distâncias que marcam as muitas formas de experimentar essa posição comum.

No que refere às políticas educacionais no Brasil, Peregrino e Prata (2023) destacam que a ampliação do direito à escola e a ampliação da permeabilidade dos sistemas escolares a fatias cada vez mais amplas das camadas populares provocou mudanças importantes na transição dos jovens para a vida adulta, pois, a escola passou a disputar espaço com o trabalho no processo de inserção social, também para estes jovens das classes populares, isto é, segundo Peregrino e Prata (2023) a expansão da escolarização impactou nos processos de transição juvenil, reduzindo as diferenças entre a inserção social dos jovens das classes baixa e média. Porém, alerta Peregrino e Prata (2023) a ampliação das oportunidades educativas ocorreu sob a manutenção da seletividade dos sistemas, ou seja, essa ampliação de oportunidades correspondeu a manutenção das margens educacionais funcionais aos sistemas (modalidades diferentes para alunos residentes em favelas, periferias, comunidades tradicionais e áreas rurais com históricos de escolarização acidentada e com interrupções). Compondo um sistema educacional geral extremamente desigual, apesar dos avanços, como bem demonstra os indicadores sociais que são apresentados a seguir.

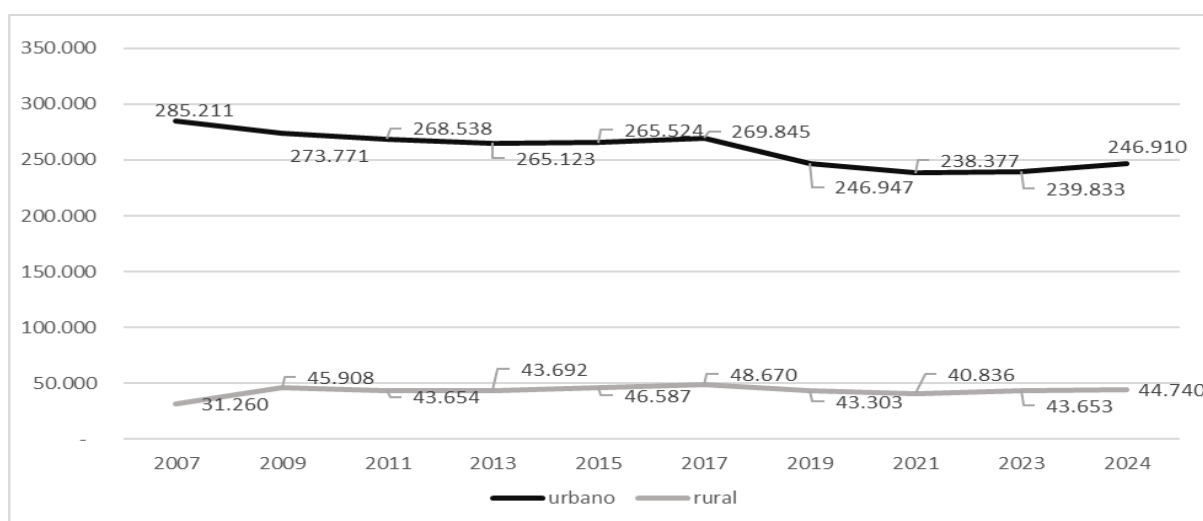
O Estado do Maranhão, seguindo o estabelecido na norma federal, implanta a reforma do ensino médio com uma proposta que se apresenta como uma concepção de formação humana para os jovens, afirmando que o futuro estará garantido e os estudantes serão livres para escolher as áreas de conhecimento ou formação técnica-profissional de acordo com a vocação ou projeto de vida. No novo ensino médio a flexibilização do currículo resulta em uma carga horária dividida em duas partes: uma parte comum definida a partir da BNCC, correspondendo a 60% do total e uma parte diversificada por meio de itinerário formativo, que possibilita ao aluno a escolha de qual itinerário deve cursar. Porém, a oferta dos itinerários é definida pelo sistema educacional estadual e se permite às escolas oferecerem apenas um itinerário, que estará condicionado às suas condições físicas e estruturais, limitando o direito de escolha do aluno.

A reforma no Maranhão foi iniciada a partir de 2022 com a construção de uma nova perspectiva curricular e uma revisão das práticas pedagógicas que se propõe, teoricamente a reconhecer a diversidade de sujeitos presentes no estado e a respeitar os diferentes contextos escolares (Maranhão, 2022). Foram implantadas medidas com o objetivo de cumprir o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) que estabeleceu metas para a educação no Brasil, a serem atingidas ao longo de 10 anos,

entre muitos outros avanços havia a proposta de elevar o nível de escolaridade da população, melhorar a qualidade do ensino em todos os níveis, reduzir as desigualdades sociais e regionais e ampliar o atendimento na educação infantil, ensino médio e superior.

A oferta de vagas foi ampliada gradativamente, principalmente, após a implementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb), entretanto, no Maranhão a meta de universalização, estabelecida no Plano Nacional de Educação (2014-2024), ainda não foi atingida. De fato, a análise dos dados demonstra que não houve grandes avanços na oferta de ensino médio (regular e profissional), conforme observado nos gráficos 1 e 2.

Gráfico 1- Evolução do número de matrículas no ensino médio regular no Maranhão por regiões urbanas e rurais de 2007 a 2024



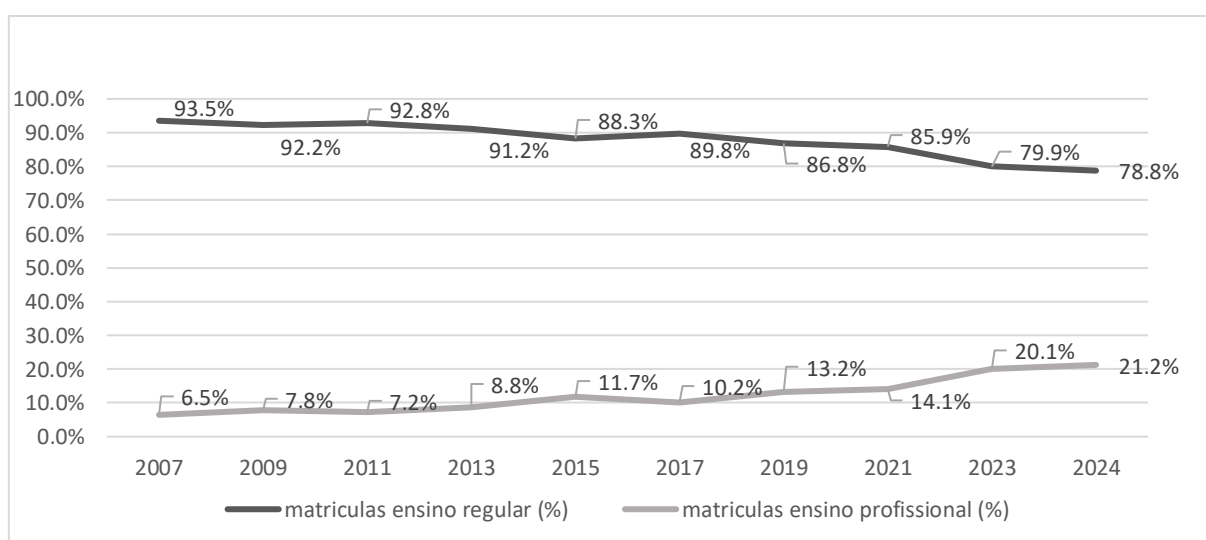
Fonte: Sinopse estatística da Educação Básica/Censo Escolar 2007-2024/Inep- MEC

Os dados do gráfico acima permitem observar uma certa redução na oferta do ensino médio regular, tanto na região urbana quanto na rural a partir de 2017. Esta diminuição coincide com a implantação dos cursos profissionalizantes, como podemos observar no gráfico 02, o que torna possível inferir que houve deslocamento dos alunos do ensino regular para o ensino profissional, demanda que foi estimulada pelo governo do Estado com a criação dos Institutos Educacionais (IEMA) que elevou, consideravelmente, a oferta de ensino por tempo integral e profissional. Em 2024

foram ofertadas 5.270 vagas em 34 unidades do IEMA e em 2025 este número subiu para 8.610 vagas em 55 unidades (IEMA, 2024).

O gráfico 2 nos mostra que o percentual de matrículas no ensino profissionalizante no total de matrículas do Estado subiu de 10,2% em 2017 para 21,2% em 2024, o que representa um total de 42.455 matrículas a mais nesta modalidade de ensino.

Gráfico 2 - Evolução no percentual de matrículas nas escolas de ensino médio regular e profissional no Maranhão 2007 a 2024



Fonte: Sinopse estatística. Censo Escolar 2007- 2024/Inep-MEC

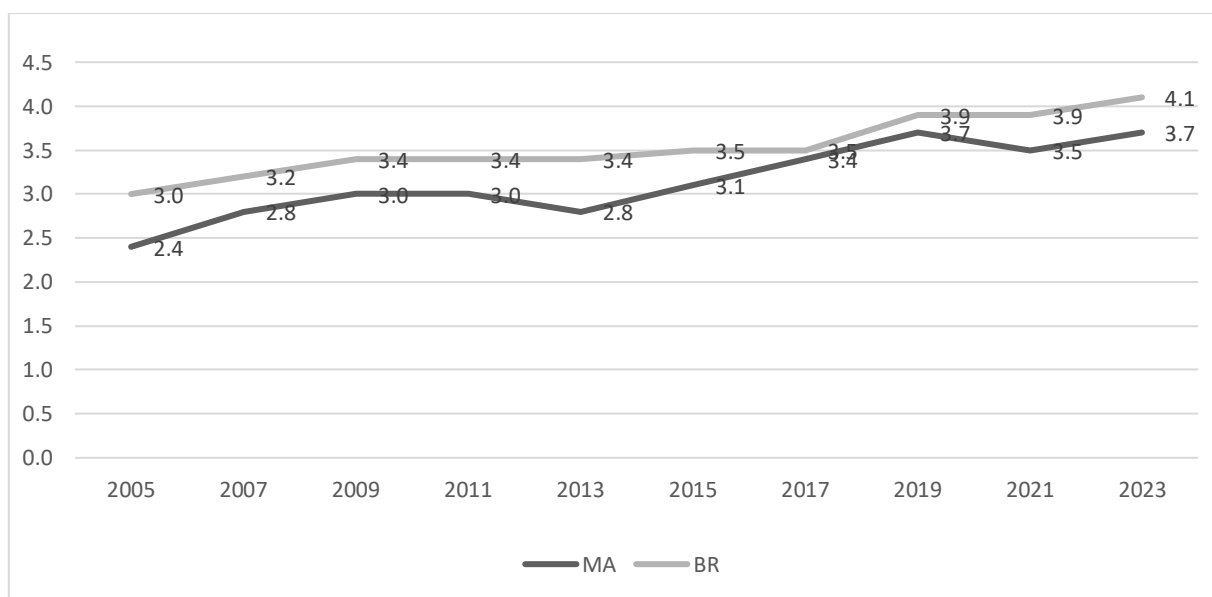
Com a criação do IDEB (Decreto nº 6.094/2007) as secretarias de educação dos entes federados foram orientadas a analisar a evolução das variáveis educacionais que o compõem para favorecer o direcionamento para implementação e aprimoramento de políticas públicas, orientadas por evidências, e subsidiar os gestores a adotarem medidas que favoreçam a qualidade da educação.

Em 2017, a Secretaria de Educação do Maranhão (SEDUC- MA) instituiu um comitê gestor para acompanhar o IDEB (Comitê Mais IDEB), com competência para realizar ações de formação continuada com relação aos indicadores utilizados no cálculo do IDEB (fluxo e aprendizagem) e promover debates com a comunidade escolar e monitorar as metas de elevação destes índices. O Plano Estratégico elaborado pela SEDUC com as ações do Mais IDEB, previa a implantação de políticas de elevação da taxa de aprovação através de melhorias na qualidade do ensino, no

desempenho do aluno e no monitoramento da frequência como prevenção ao abandono escolar (Maranhão, 2017).

Em relação ao ensino médio no Maranhão, conforme o gráfico 3, observa-se uma evolução crescente do IDEB entre 2005 e 2023, embora ainda esteja abaixo da média nacional.

Gráfico 3 - Evolução do IDEB do Brasil e do Maranhão 2005 a 2023



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Mec/Inep/DEE-Indicadores Educacionais

O impacto do nível socioeconômico (INSE) do Maranhão no IDEB do ensino médio (INEP, 2023) pode ser constatado na análise do percentual de estudantes com aprendizado considerado suficiente para a etapa escolar, entre grupos com baixo e alto INSE. Em 2023 os percentuais registrados em português foram 14% e 24% e para matemática 1% e 4% entre os alunos de baixo e alto INSE, respectivamente.

Estes percentuais baixos de proficiência podem ser explicados em parte pelas condições estruturais das escolas públicas estaduais, como pode-se observar nos dados de 2023 divulgados pelo INEP, que indicam uma realidade no Maranhão ainda bastante precária. Do total de estabelecimentos, 782 escolas, 79% não possuem rede pública de esgoto e 32% não possuem água tratada. Em 24% não há coleta periódica de lixo. Quase a metade dos estabelecimentos 43% não possuem uma biblioteca, somente em 41% há laboratório de informática e 27% laboratório de ciências. Em todo o estado somente 39% das escolas possuem quadra de esportes, em 34% não há um

aparelho de TV e 32% das escolas não possuem internet com banda larga. Um dado muito importante deste levantamento é que 100% das escolas fornecem alimentação para os alunos, isto acontece dada a obrigatoriedade estabelecida por lei e a inclusão dos alunos de ensino médio no Plano Nacional de Alimentação Escolar -PNAE.

Percebe-se, assim que se a proposta da reforma do ensino médio era preparar os jovens para a vida, considerando todas as instabilidades e incertezas do mundo, e permitir que este jovem pudesse desenvolver competências genéricas e flexíveis de maneira a poder, rapidamente, se adaptar a estas incertezas, o mínimo que deveria se esperar do sistema de ensino era que lhes proporcionasse condições estruturais básicas para este propósito, mas como pode-se concluir dos dados observados as instalações físicas das escolas são insuficientes.

A análise de contexto do ensino médio maranhense visa, tão somente, conhecer este ambiente de socialização dos jovens, onde se estabelece fortes laços sociais. A escola, e seus métodos de ensino, é um agente influenciador da subjetividade juvenil de grande impacto e, portanto, conhecer o ambiente escolar colabora na compreensão da formação desses jovens sujeitos destas políticas educacionais e como estes percebem a realidade a qual estão inseridos. No tópico a seguir será apresentado o perfil dos jovens estudantes do ensino médio no Maranhão e em São Luís com objetivo de contextualizar o campo da pesquisa empírica aqui desenvolvida.

3.2 Perfil da rede de ensino médio no estado do Maranhão e em São Luís

Segundo dados do Boletim Social do Maranhão divulgado pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC, 2023), 25% da população do Estado é composta por jovens (15 a 29 anos), alcançando 1,7 milhão em 2022, considerando a faixa etária entre 15 e 17 anos são 428.465 pessoas, representando 6% da população total, com maior concentração na área urbana (87%).

O sistema educacional público estadual do Maranhão de acordo com os dados do censo escolar registrou 283.486 matrículas no ensino médio regular no ano de 2023, sendo 85% na área urbana e 15% na rural. Entre estes alunos 52% são do sexo feminino e 48% masculino e a maioria (82%) encontra-se na faixa etária entre 15 a 17 anos.

Em relação ao nível socioeconômico os dados mostram que metade da população do Estado (50%) recebe o Bolsa Família e 15% das pessoas com 15 anos ou mais, no estado, não são alfabetizadas. Entre os estudantes da rede pública estadual 40% apresentam baixo INSE, conseqüentemente há uma forte adesão às políticas de inclusão de alunos. No programa que visa combater a evasão escolar, chamado “pé de meia”, foram contemplados, em 2024, um total de 160.000 alunos. E um total de 242.404 alunos estão inclusos no incentivo à educação digital (“Tô conectado”) que forneceu tablets com internet para auxiliar o aprendizado, através de uma parceria com o MEC e FNDE (MARANHÃO, 2022).

Um dado importante a observar é que 66% dos jovens maranhenses (faixa etária de 15 a 29 anos) não frequentam escolas/universidades. Considerando a faixa etária que teoricamente seria a adequada para cursar o ensino superior (18 a 24 anos) são 652.558 (55%) jovens fora das universidades.

Os dados apontam que em 2022, no Maranhão, somente 48% da população jovem estava dentro da força de trabalho. Sendo que entre os jovens que estão fora da escola a justificativa para estar, também, fora da força de trabalho de grande parte destes jovens, no caso 31%, é ocupação com afazeres domésticos, filhos e outros dependentes. Para 11% dos jovens o que lhes impede de estudar e trabalhar são problemas de saúde, incapacidade física/mental e gravidez (IMESC, 2023).

Ressalta-se que o fato de o jovem não estar estudando e nem trabalhando não necessariamente significa falta de interesse. Na verdade, é uma situação que reflete a desigualdade social em que este jovem está inserido, que se manifesta pela falta de perspectiva quanto ao futuro, diante da dificuldade de acesso à educação, à formação profissional e ao mercado de trabalho por exemplo (IMESC, 2023, p.45).

O Boletim Social do IMESC (2023, p.45) alerta também que a população mais vulnerável neste contexto (sem estudar e sem trabalhar) são as mulheres (62%) e os autodeclarados negros e pardos (85%). Este dado reforça a tese de Peregrino e Prata (2023) já referenciada neste trabalho, onde estas autoras defendem que, embora as políticas de expansão da escolarização tenham de fato ampliado oportunidades educativas, essa ampliação ocorreu com a manutenção da seletividade dos sistemas e, portanto, manteve as mesmas condições de desigualdades pré-existentes.

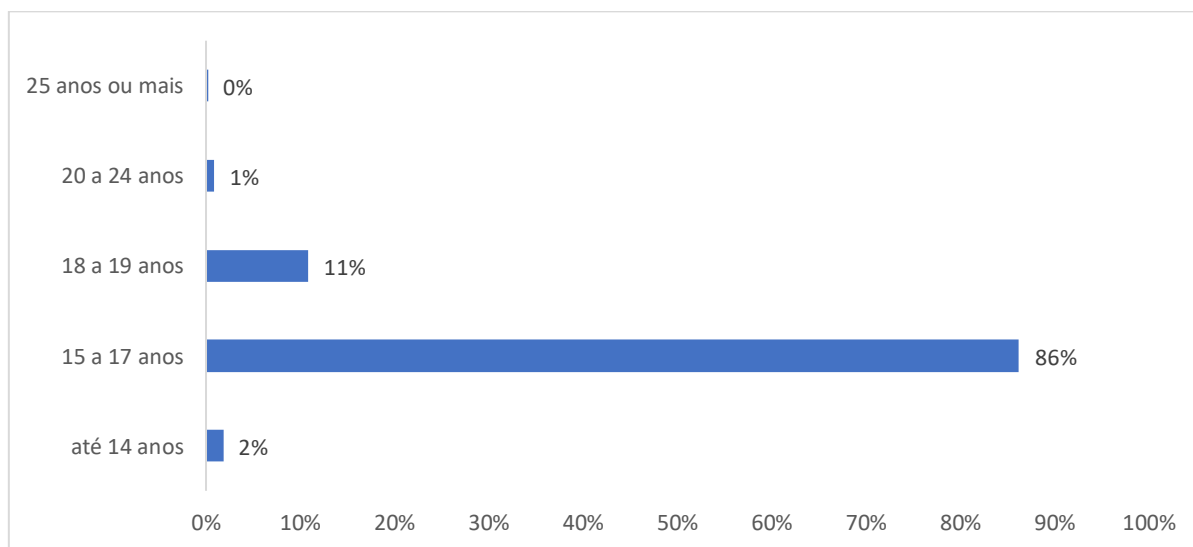
Diante deste quadro deve-se destacar algumas ações do governo estadual na promoção de políticas públicas para a juventude (cartão transporte universitários,

geração ciência, cidadão do mundo, jovem tech e trabalho jovem) que são importantes para assegurar o acesso e permanência dos jovens na educação e sua inserção no mercado de trabalho, visando a redução desta parcela de jovens sem estudo e sem trabalho.

A análise dos dados (censo 2022/IBGE) da capital São Luís, por sua vez, indica que 32% da sua população é jovem, são 44.020 pessoas na faixa etária de 15 a 17 anos; 76.265 pessoas na faixa etária de 15 a 19 anos, 90.397 na faixa de 20 a 24 e 87.786 entre 25 e 29 anos de idade.

Nas escolas estaduais de ensino médio regular foram registradas, em 2022, um total de 35.754 matrículas. Sendo que São Luís apresenta uma taxa de escolarização em torno de 98,5%. São 96 estabelecimentos, considerando que São Luís concentra 13% do total de estudantes do estado e 10% de todos os estabelecimentos de ensino no estado. Em 2023 o número de matrículas no ensino regular cai para 35.634, e o número de estabelecimentos sobe para 99. No gráfico 4 observamos que a maior parte dos alunos matriculados se concentra na faixa etária de 15 a 17 anos (86%).

Gráfico 4 - Percentual de matrículas por faixa etária em São Luís- MA



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Sinopse estatística -Censo Escolar 2023/Inep-MEC

Os dados mostram que esta etapa da educação básica tem uma particularidade, sua heterogeneidade, pois, atende estudantes com grande variedade

de origens sociais, etnias, grupos etários, de gênero, sexualidade e religiosidade. Há uma predominância do sexo feminino (52%). Entretanto, embora a maioria dos estudantes sejam do sexo feminino, a maior taxa bruta de frequência escolar está entre os homens brancos (93%), refletindo uma desigualdade de gênero.

4 REDES SOCIAIS DIGITAIS E SOCIABILIDADE JUVENIL: a partir da perspectiva dos estudantes do ensino médio no município de São Luís.

Nesta seção serão analisados os dados da pesquisa de campo. Para tanto, a primeira subseção servirá para contextualizar o campo de pesquisa, a justificativa da escolha das escolas e seu perfil. Na subseção seguinte serão analisados os dados da pesquisa que descrevem o perfil dos estudantes, usos e finalidades, percepções e impactos psicossociais. Esses dados são analisados com base no percurso teórico desenvolvido neste estudo, para se compreender o contexto sócio-político em que o fenômeno ocorre.

Os dados da pesquisa empírica foram obtidos por meio da aplicação de um questionário online anônimo, instrumento escolhido devido a sua capacidade de alcançar um número maior de respondentes de forma ágil, discreta e acessível, principalmente no ambiente escolar com limitações de tempo e de infraestrutura apropriada. O questionário foi elaborado com base nos objetivos da pesquisa incluindo questões abertas e fechadas. A escolha de um único instrumento de coleta se deu devido à natureza exploratória da pesquisa e pela intenção inicial de obter um panorama geral das percepções dos alunos. O reconhecimento da limitação de tempo constata a necessidade de realizar pesquisas futuras com a utilização de instrumentos que proporcionem maior exploração dos dados permitindo uma visão mais ampliada para a compreensão do fenômeno.

A aplicação do questionário ocorreu durante o mês de novembro de 2025 e resultou num total de 239 respondentes, sendo 149 alunos do Centro de Ensino Liceu Maranhense, 62 alunos do Centro Educa Mais Maria José Aragão, 18 alunos do Centro de Ensino Justino Pereira e 10 alunos do Centro de Ensino Cônego Ribamar Carvalho.

O questionário com 32 questões foi dividido em blocos com o objetivo de obter informações dentro das seguintes categorias: Perfil dos estudantes (Bloco 1. Dados socioeconômicos), estas questões mapeiam o perfil dos alunos através de variáveis tais como: faixa etária, gênero, religião, principal responsável pelo jovem, principal fonte de renda familiar; Usos, interações e atitudes nas redes sociais (Bloco 2. Usos, interações e atitudes nas redes sociais): com o objetivo de captar informações tais como: rede mais utilizada, dispositivo e uso prioritário, tempo, finalidade de uso, confiabilidade, checagem e utilidades educacionais das redes; Engajamento político-

social e impactos psicossociais (Bloco 3: Percepções, posicionamento político-ideológico e práticas culturais): estas questões buscam captar variáveis tais como: posicionamento político, influência das redes, conhecimento, preocupações, sentimentos, pressões e atividades desenvolvidas no tempo livre.

Os dados provenientes das 32 questões foram tratados em planilhas de Excel e apresentados em forma de gráficos, que permitem melhor acessibilidade e visualização, facilitando a compreensão e interatividades das questões levantadas.

É importante se destacar que a sociabilidade moldada pelas interações digitais não surge como fenômeno isolado, mas pode configurar-se como possível reflexo do capital cultural acumulado e da estratificação socioeconômica dos sujeitos. A escolaridade dos pais e responsáveis, bem como a principal fonte de renda familiar, por exemplo, são variáveis que contribuem para moldar a experiência que o jovem viverá no espaço virtual. Nos dados da pesquisa se observa a presença predominante do gênero feminino, a prevalência da tutela familiar materna e a grande incidência de jovens que se declaram sem religião. Estes são, sem dúvida, fatores com grande potencial de influência na construção da sociabilidade digital dos jovens, esclarecendo que todos estes indicadores aqui apresentados são necessários, mas não são suficientes, cabe outras pesquisas posteriores mais aprofundadas para que além da exposição dos dados, tarefa aqui desenvolvida, seja possível determinar as diversas relações de causalidade entre as variáveis estudadas

Nos tópicos seguintes serão apresentadas as escolas de ensino médio regular onde a pesquisa foi aplicada, as quais foram selecionadas devido, principalmente as suas localizações e importâncias dentro das localidades onde estão situadas. O Centro de Ensino Liceu Maranhense é um estabelecimento de referência no Município de São Luís, devido a sua história, localização central e quantidade de alunos atendidos. O Centro de Ensino Cônego Ribamar Tavares é uma instituição localizada na COHAB, bairro populoso e de localização estratégica, com fácil acesso e boa infraestrutura. O centro de Ensino Maria Aragão e o Centro de Ensino Justino Pereira se localizam na Cidade Operária, uma região bastante populosa e de grande concentração de população jovem de baixa renda.

4.1 Caracterização do campo de pesquisa

A cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão, foi fundada em 1612 pelos franceses, é reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO desde 1997, possui uma área territorial de 583.063 Km², está localizada entre as baías de São Marcos e São José de Ribamar, possuindo uma densidade demográfica de 1.779,87 hab/Km². Sendo que a escolarização de 15 a 17 anos atingiu 92,5 % em 2022 (IBGE, 2026).

As escolas nas quais a pesquisa foi aplicada foram selecionadas com base nas suas localizações estratégicas e relevâncias nas localidades onde se encontram. O Centro de Ensino Liceu Maranhense, foi a primeira escola de ensino secundário do Estado, fundada em 1838, se destaca historicamente pela formação de líderes e pela proeminência no ensino secundário de São Luís, é considerada um símbolo educacional de referência no Maranhão (Silva, 2019). O referido estabelecimento possui uma infraestrutura completa e contabilizou um total de 1.353 alunos matriculados no ensino médio em 2025 (Censo escolar 2025), a pesquisa contou com 149 alunos respondentes que corresponde a 11% do total de alunos matriculados. Os estudantes do CEM Liceu Maranhense são oriundos predominantemente da classe média baixa e classe trabalhadora de diferentes bairros de São Luís e do interior do Estado que são submetidos a um processo seletivo que segue as diretrizes da pré-matrícula unificada da rede pública estadual de ensino

O Centro de Ensino Cônego Ribamar Carvalho, fundado em 1973, que, de acordo com o censo escolar 2025 (INEP) registrou no ano de 2025 um total de 566 alunos matriculados no ensino médio regular, sendo que 2% (10 alunos) participaram da presente pesquisa. Localizado na COHAB Anil III, bairro da zona leste de São Luís, área densamente povoada, de fácil acesso, com ampla infraestrutura, habitada majoritariamente pela população de classe média e da classe média baixa, considerando que se originou de um programa de financiamento de unidades habitacionais que possuía como público-alvo a classe trabalhadora ludovicense (Alencar, 2019).

O Centro de Ensino Justino Pereira, escola fundada em 1988, apresentou em 2025 um total de 821 matrículas no ensino médio regular, sendo que 18 estudantes (2% deste total) participaram da pesquisa. E o Centro de Ensino Maria José Aragão, fundado em 1981, registrou um total de 486 matrículas em 2025, sendo que 62 alunos

(13% deste total) participaram da pesquisa. Ambos, estão localizados na Região da Cidade Operária, um dos bairros mais populosos de São Luís e que ocupa uma área de 860 hectares. Região habitada predominantemente pela população de classe média baixa, considerando que era este o público ao qual foi destinado desde se sua criação em 1986. Limita-se com diversos bairros populares, entre eles: Santa Clara, Santa Efigênia, Cidade Olímpica, Jardim Tropical, Jardim América e Jardim São Cristóvão (Silva, 2022).

Segundo dados disponíveis para o ano de 2021 o perfil dos estudantes das escolas pesquisadas apresenta os seguintes percentuais médios: a maioria se declara de cor parda (60%), os que se autodeclararam pretos são 17%, para os que se autodeclararam brancos o percentual de 17% se repete e indígenas correspondem a 1%. A grande maioria dos estudantes (em percentuais médios) mora com as mães (87%), que majoritariamente (55%) possui ensino médio completo e apenas 9% possuem ensino superior completo. Entre os estudantes 89% possuem um tablet em casa e 58% possuem um computador (ou notebook). Do total de alunos somente 28% afirmam que acessam jornais, revistas ou internet para lerem notícias sempre ou quase sempre. O levantamento indica que 81% demonstram interesse em continuar estudando após concluir o ensino médio.

A busca por compreender melhor como estes estudantes com todas suas diversidades constroem sua sociabilidade dentro de uma realidade híbrida que mescla interações presenciais e virtuais foi a motivação para realização desta pesquisa. Assim, o questionário aplicado traz a preocupação de captar o olhar destes jovens e tentar mapear seus interesses e sentimentos no espaço das redes sociais digitais. Na subseção seguinte será apresentado o perfil dos estudantes respondentes da pesquisa de campo.

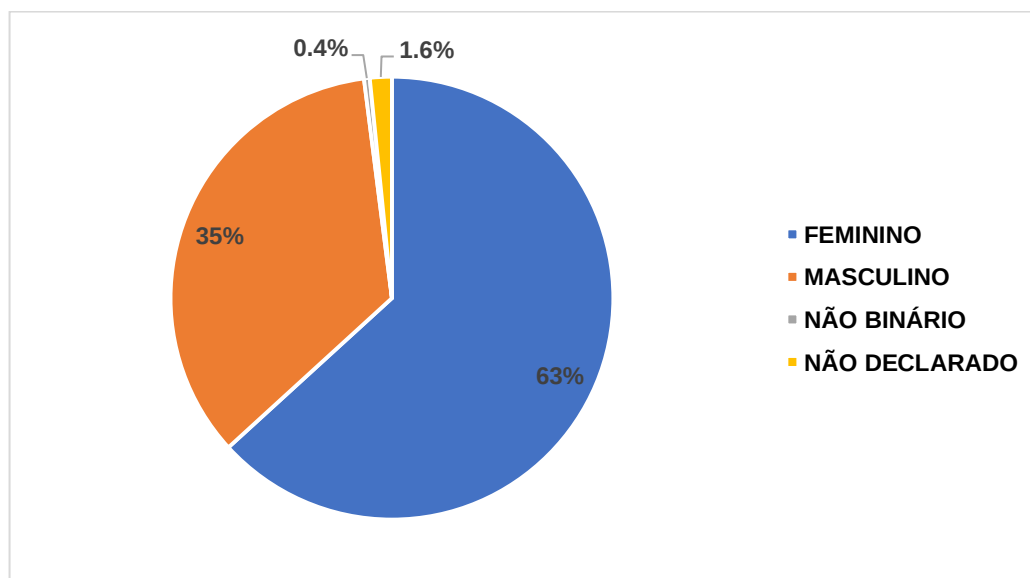
4.2 Perfil dos jovens integrantes da pesquisa

O primeiro bloco de questões trata do perfil dos estudantes com dados socioeconômicos que caracterizam o jovem respondente da pesquisa. A primeira informação levantada se refere à idade dos participantes e observa-se que a faixa etária da maioria dos respondentes se concentra em 17 a 19 anos (65%), sendo que 34% encontram-se na faixa de 14 a 16 anos e apenas 1% são maiores de 20 anos, esta informação está compatível com que estabelece a legislação brasileira (Lei

Federal nº 9.394/96) que adota a idade entre os 15 aos 17 anos como obrigatória para cursar o ensino médio. Os alunos que responderam ao questionário estão distribuídos de maneira bastante uniforme nas turmas do primeiro (34%), segundo (31%) e terceiro (36%) anos do ensino médio

Os dados do gráfico 5 apontam que a maioria dos respondentes são do gênero feminino (63%), o gênero masculino corresponde a 35%, não binários⁶ são 0,4% e os que preferem não responder são 1,6%. Estes percentuais estão coerentes com os dados do censo escolar que também apontam a prevalência do gênero feminino (52%) no ensino médio no Maranhão e no Brasil (49%). Os dados do censo escolar 2023 (INEP) indicam que as meninas superam os meninos em todos os cenários, desde a educação infantil (49%), como na educação profissional (58%) e até na educação de jovens e adultos (52%). Esta presença do gênero feminino se mantém apesar das desigualdades estruturais que envolvem questões como gravidez e trabalho doméstico.

Gráfico 5 – Gênero dos participantes



Fonte: elaborado pela autora (2026)

Os percentuais de jovens que se identificam como não-binários e os que preferem não se declarar somam 2%, embora ainda seja pequeno sinaliza uma maior

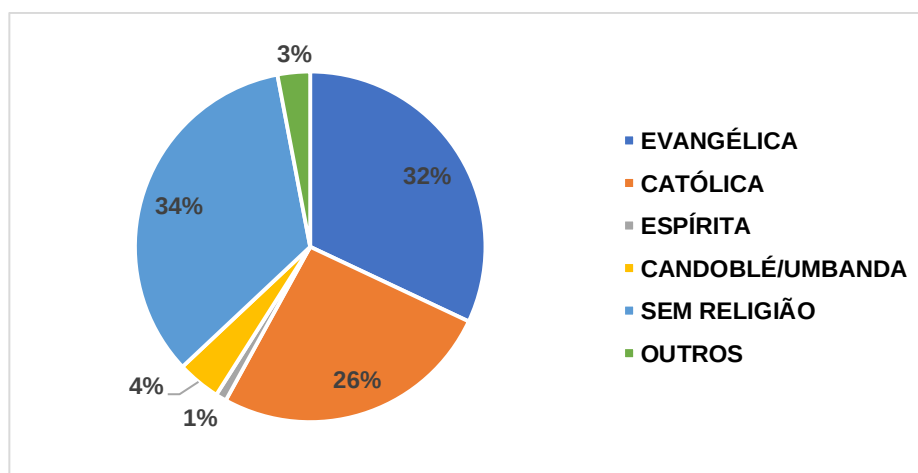
⁶ A identidade de gênero não binária significa que a pessoa não se identifica exclusivamente como homem nem como mulher. Em outras palavras, ela pode se perceber entre estas categorias, fora delas, ou de um jeito que não cabe na divisão tradicional masculino/feminino.

disposição dos jovens para assumir sua sexualidade. Wanderley (2019) destaca importância das redes sociais no processo de aceitação dos jovens lgbt, que encontra nos grupos virtuais um local de acolhimento que quebra o preconceito tanto em relação a si mesmo como com os demais.

A maioria dos respondentes são solteiros (97%) e não possuem filhos (98%) e estão sem vínculos empregatícios (91%) estes dados se alinham com o conceito de moratória social desenvolvido por Erikson (1987) que atribui aos jovens certa liberdade para experimentar diferentes papéis sociais antes de definir suas escolhas, e apresenta a juventude como uma fase preparatória realizada por uma instituição especializada (a escola) em que o jovem fica desobrigado tanto do trabalho como das funções reprodutivas (Abramo e Branco, 2005).

Em relação à religião praticada (gráfico 6) a maioria 34% dos estudantes se declaram sem religião, 32% são evangélicos, 26% católicos, 4% praticam o candomblé/umbanda, 1% são espíritas e 3% praticam outras religiões.

Gráfico 6 - Religião praticada



Fonte: elaborado pela autora (2026)

Como destaque se observa a presença do grupo “sem religião” que ascende e rivaliza diretamente com as denominações tradicionais. Esta tendência entre os jovens surge como influência direta da exposição às mídias digitais já observada em diversas pesquisas científicas e comportamentais, como explicam Pinheiro e Oliveira (2025, p.2):

[...] esse segmento não corresponde a uma ausência total de crença, mas a processos de desinstitucionalização e individualização da fé, caracterizando uma reorganização dos vínculos religiosos em termos mais fluidos, pessoais e menos dependentes das instituições tradicionais, evidenciando a coexistência entre dinâmicas de secularização e revitalização. Nesse processo, a mídia desempenha papel fundamental. Não se trata apenas de canal de difusão, mas de ambiente constitutivo da experiência religiosa e da sociabilidade juvenil.

Novaes (2004) alerta também para a opção “acredita em Deus, mas não tem religião” ou “religiosos sem religião”, pois, diferentemente dos ateus e agnósticos, que há muito tempo estão representados nas estatísticas, esta opção aponta um crescimento no contexto atual como em nenhum outro momento expressando a disposição para mudança de religião com ênfase nas escolhas individuais com desenvolvimento de religiosidades sem vínculos institucionais, muito estimuladas nas redes sociais.

O percentual de 4% dos jovens que se declaram praticantes de religiões de matrizes africanas é um dado que, embora seja pequeno merece destaque pela representatividade que o mesmo carrega. Por se tratar de um número extraído dentro de um ambiente escolar pode-se inferir que este dado tenha relação direta com a implementação da Lei n.º 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino das histórias afro-brasileiras e indígenas em todo território nacional, além de servir como base para políticas educacionais voltadas para a equidade racial, buscando combater desigualdades no sistema de ensino.

Em termos de dados socioeconômico, a pesquisa aponta que a maioria dos jovens participantes moram somente com a mãe (43%). No entanto, este dado está bem abaixo do percentual apontado pelo Censo Escolar (INEP, 2025), onde o percentual de estudantes que moram só com a mãe chega a 83% no município de São Luís. A escolaridade do principal responsável pela família se concentra no ensino médio (64%). Segundo os dados do INEP (2025) um grande percentual de mães (48%), como principais responsáveis pelos jovens, possui como escolaridade o ensino médio completo. A renda dos responsáveis pela família vem de trabalho formal (59%), porém uma parte considerável dos jovens (24%) vive em famílias onde a principal fonte de renda vem de benefícios públicos. Considerando que as escolas pesquisadas estão localizadas em regiões habitadas prioritariamente pela população de classe média baixa, pode-se inferir que as condições socioeconômicas dos jovens

pesquisados estão compatíveis com o perfil das comunidades nas quais as escolas estão inseridas.

Na subseção seguinte serão analisados os dados da pesquisa que se referem ao uso e influência das redes sociais na sociabilidade dos jovens, bem como na sensação de bem-estar.

4.3 Usos das redes sociais e suas influências na sociabilidade juvenil a partir da perspectiva dos jovens integrantes da pesquisa

Esta subseção servirá para analisar as redes sociais na perspectiva dos jovens pesquisados, para tanto variáveis como rede mais utilizada, tempo de uso, finalidades, confiabilidade, posições ideológicas e sentimentos despertados servirão para elaborar panorama descritivo de como estes jovens usam e percebem as redes sociais. Considerando que para as juventudes contemporâneas as tecnologias digitais já fazem parte de seu dia a dia, incorporadas em diversas atividades cotidianas, como demonstra a pesquisa TIC Kids Online Brasil 2025 (UNESCO) ao indicar que 95% dos jovens de 15 a 17 anos possuem celular e 99% desta faixa etária possui perfil em pelo menos uma rede social é, portanto, urgente se analisar os efeitos desta hiperexposição. E olhar este fenômeno pela perspectiva destes jovens permitirá que obtenha uma visão mais ampla e realista deste contexto tão desafiador para as famílias, as escolas, o governo e a sociedade em geral.

4.3.1 As juventudes e os usos das redes sociais digitais

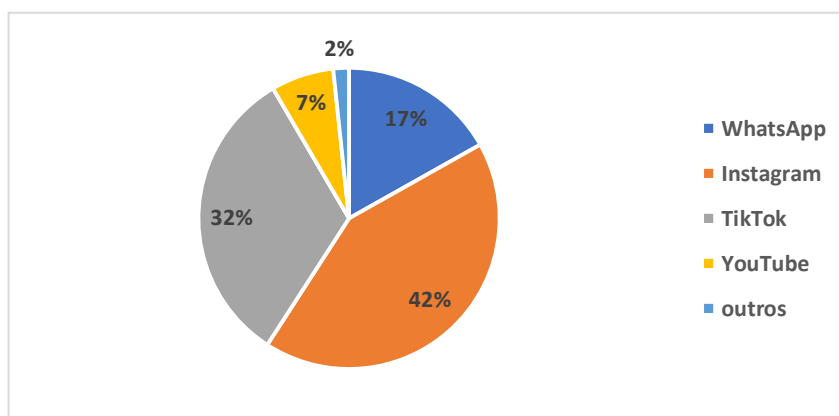
Neste tópico serão apresentadas as redes sociais mais utilizadas e uma análise sobre seus efeitos na comunicação e sociabilidade dos jovens. Considerando que a hiperconectividade juvenil produz uma forma de comunicação que suprime as experiências reais como olhar, o toque, a expressão facial e corporal, desenvolvendo uma maneira de se comunicar artificial e distante, onde aprendem a regular o feedback através de controles à distância, com likes e dislikes, que segundo Bauman (2015) ao invés de facilitar, na verdade dificultam a sociabilidade ao não favorecer o diálogo e agravar o individualismo.

Bauman (2015) esclarece que a dependência tecnológica se tornou um elemento estruturante da vida contemporânea, embora esta forma de sociabilidade

acabe transformando a geração mais tecnologicamente equipada da história da humanidade naquela mais assobrada por sentimento de insegurança e desamparo. Para Bauman (2015) estes sentimentos resultam do distanciamento da realidade produzido pelas plataformas de redes sociais que buscam o engajamento criando ecossistemas interativos com fábricas artificiais de experiências de lazer e entretenimento. Recuero (2009) vai mais além e destaca a dimensão econômica destas plataformas que monetizam dados, visibilidade e interações transformando em moeda sentimentos de aceitação e pertencimento. Em redes como Instagram e TikTok a monetização costuma vir de publicidades, publiposts, afiliados, vendas de produtos e fortalecimento de marca pessoal. A valorização da imagem, tendência e reconhecimento social, leva muitos jovens a consumir conteúdo para obter visibilidade e pertencimento.

Seguindo esta lógica, os dados da pesquisa de campo, refletem resultados semelhantes aos das pesquisas realizadas nacionalmente (Grassi; Ruediger, 2023) e demonstram a predominância das mesmas redes, sendo que a rede mais utilizada, neste caso, é o Instagram com 42% do total de participantes, seguido do TikTok com 32% e WhatsApp com 17%, conforme o Gráfico 7.

Gráfico 7 – Redes sociais utilizadas



Fonte: elaborado pela autora (2026)

A hegemonia do Instagram é nítida, devido a sua função de principal interface de visibilidade social, permitindo a exposições de imagens e compartilhamento do cotidiano. O TikTok aparece em segundo lugar por sua capacidade de proporcionar consumo de entretenimento rápido, utilizando o recurso de rolagem de “feed infinita”

(sem pausa) que mantém o usuário preso a tela continuamente. O WhatsApp se destaca pela acessibilidade que permite que informações sejam compartilhadas, acessadas e processadas de maneira instantânea espalhando mensagens e opiniões rapidamente para um grande número de pessoas.

O uso dessas ferramentas visa o acúmulo de capital social segundo o conceito de Bourdieu (1983), que em se tratando das redes sociais, são os recursos (informação, visibilidade, conexões) obtidos através de redes duráveis de conhecimento e reconhecimento. A teoria de Recuero (2009) destaca que a visibilidade é um valor central, pois para acessar esse capital, o jovem precisa ser visto, o que explica o tempo elevado de uso.

Em relação ao tempo de permanência nas redes os dados da pesquisa apontam que se somados os percentuais do que ficam entre 4 a 6 horas (36%) com os que admitem que ficam conectados às redes por mais de 6 horas diárias (18%) abrange 54% dos participantes. Essa exposição excessiva às redes sociais torna os jovens mais vulneráveis, especialmente quando desacompanhada da supervisão do responsável. Os riscos do uso excessivo das redes sociais são diversos e abrangem sérios danos à saúde mental dos usuários.

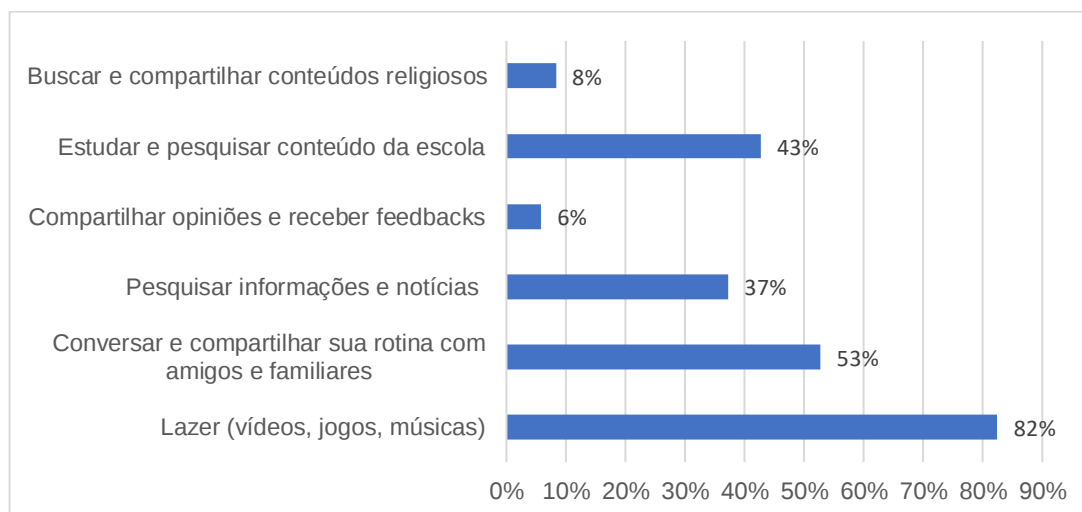
Vulnerabilidades como esta provocaram a criação do Estatuto Digital da Criança e do Adolescente (Lei Nº 15.211/2025), que estabelece o "melhor interesse" do menor como parâmetro para produtos de tecnologia. O ECA Digital obriga fornecedores a mitigarem riscos de violência, intimidação sistemática virtual e assédio. A lei reforça o direito dos jovens de serem orientados e acompanhados pelos responsáveis no uso da rede, exigindo ferramentas de controle de tempo e privacidade.

A prevalência do gênero feminino nas redes digitais (na pesquisa empírica são 63%) e a percepção de que as redes favorecem o preconceito, como será discutido posteriormente, estão entre as motivações para o legislativo aprovar o Projeto de Lei Nº 890/2023 (PL da Misoginia). Este projeto tipifica como crime a injúria e a discriminação contra a mulher por razões de sexo, prevendo penas agravadas quando os atos são cometidos em redes sociais ou meios de grande repercussão. A justificativa do projeto destaca que grupos "masculinistas" utilizam a internet para propagar o ódio e monetizar conteúdos que ferem a dignidade feminina.

Em relação às finalidades de uso (gráfico 8), a questão de múltipla escolha aponta que majoritariamente os alunos utilizam as redes sociais para o lazer,

acessando vídeos, jogos ou música (82%) a finalidade que aparece em segundo lugar é conversar e compartilhar a rotina com amigos e familiares (53%), o percentual dos que afirmam que utilizam as redes sociais para estudar e pesquisar conteúdos escolares chega a 43%.

Gráfico 8 – Finalidade de uso das redes sociais



Fonte: elaborado pela autora (2026).

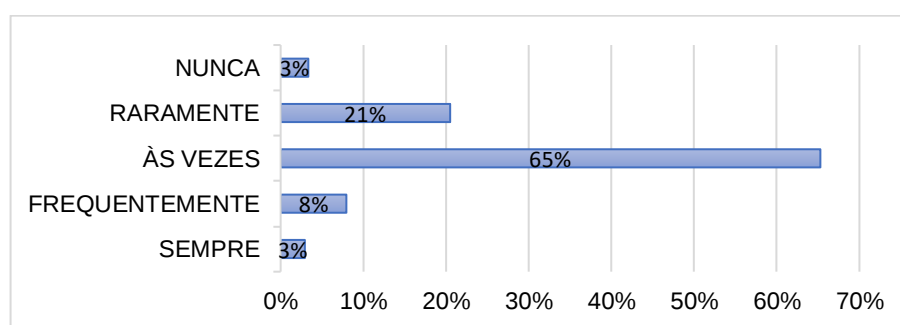
O uso das redes para o lazer parece em destaque na finalidade preferencial de uso dos estudantes pesquisado, porém para os estudantes estes espaços digitais transcendem o entretenimento e configuram-se como ferramentas de aprendizado e construção de subjetividades. Estes dados podem sinalizar uma quebra de paradigma na tradicional transferência de conhecimento centralizada e hierarquizada, atribuída prioritariamente às instituições (escola, família). Contudo, segundo a pesquisa 53% dos participantes afirmam que utilizam as redes sociais para conversar e compartilhar sua rotina com amigos e familiares indicando o uso das redes como importante espaço de interação social. O que sinaliza que a família se mantém presente no processo de socialização primária destes jovens mesmo no espaço virtual.

Um percentual de 43% dos estudantes declara que utilizam as redes sociais para pesquisa e estudar, o que desperta um alerta para o risco que reside na fragmentação da atenção algorítmica. O uso do mesmo dispositivo para lazer e estudo, em contínua exposição, mescla as buscar e interfere na qualidade do fluxo informacional exigindo um olhar crítico sobre o conteúdo ao qual o usuário está exposto, considerando que muito tempo conectado não se traduz em eficiência no

aprendizado. Além disso é importante conferir as informações para não se basear em falsas narrativas ou fakenews.

Ao analisar a confiança nas informações obtidas nas redes sociais, a maioria (65%) afirma que às vezes confiam nas informações recebidas (gráfico 9). A soma dos percentuais dos que declararam que confiam sempre (3%) e frequentemente (8%) representa 11% dos participantes. O total dos que acreditam raramente (3%) e nunca (21%) nestas informações soma 24%.

Gráfico 9 – Frequência de confiança nas informações das redes

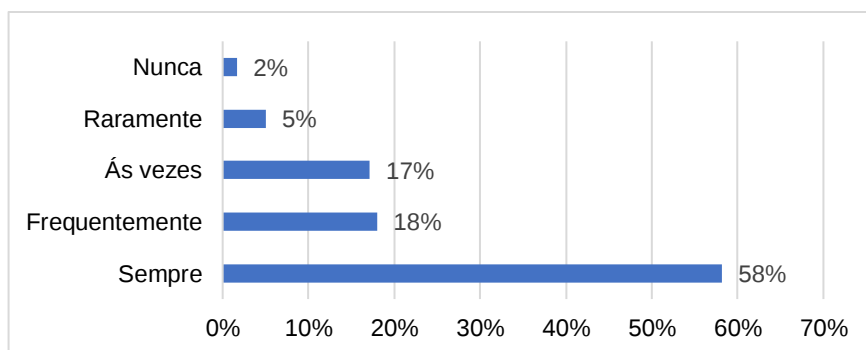


Fonte: elaborado pela autora (2026).

Se forem somados os percentuais dos que acreditam às vezes (65%) mais os que acreditam frequentemente (8%) e sempre (3%) resulta em um total de 76% dos participantes. Percebe-se, portanto que o letramento digital é extremamente importante neste ambiente saturado de desinformação e a capacidade de checagem torna-se uma competência para o exercício da cidadania.

Quando perguntados se conferem a veracidade das informações recebidas 58% afirmam que sim, sempre, 18% frequentemente conferem a veracidade das informações antes de compartilharem, 17% às vezes, o percentual dos que raramente ou nunca confere as informações são 5% e 2% respectivamente (gráfico 10).

Gráfico 10 – Checagem das informações recebidas antes de compartilhar

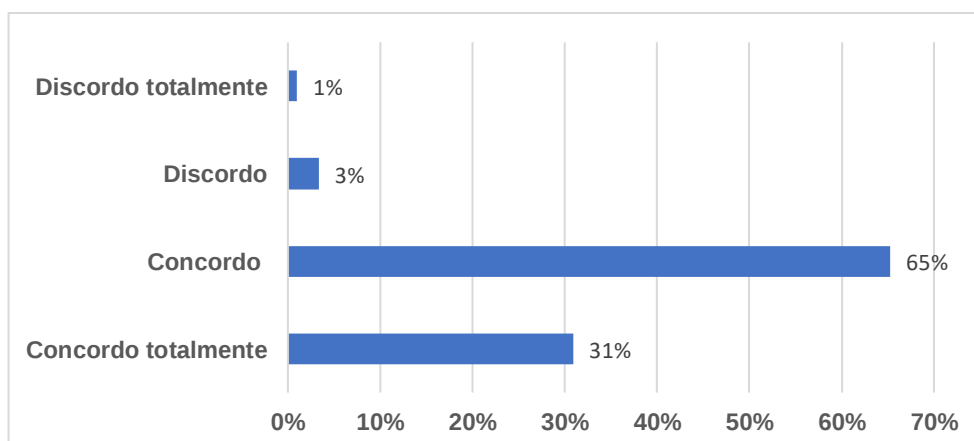


Fonte: elaborado pela autora (2026)

Visando reduzir esta vulnerabilidade dos jovens nas redes sociais foi promulgada em 2025 a Lei nº15.211, conhecida como Estatuto Digital da Criança e Adolescente (ECA-Digital). Entre as medidas prevista na Lei estão a obrigatoriedade de vínculo das contas dos jovens até 16 anos com a conta do responsável; adoção de mecanismos confiáveis de verificação de idade e suspensão de contas com indícios de idade mínima incompatível.

A confiança nas redes sociais, acompanhada de um maior grau de vulnerabilidade, se expressar de forma mais clara ao serem questionados se concordam que com a afirmação de que as redes sociais podem contribuir para seu aprendizado e conhecimento, somando os que declaram que concordam (65%) e os que concorda totalmente (31%) obtém-se um percentual de 96% dos participantes (gráfico 11).

Gráfico 11 – Contribuição das redes para o processo de aprendizagem

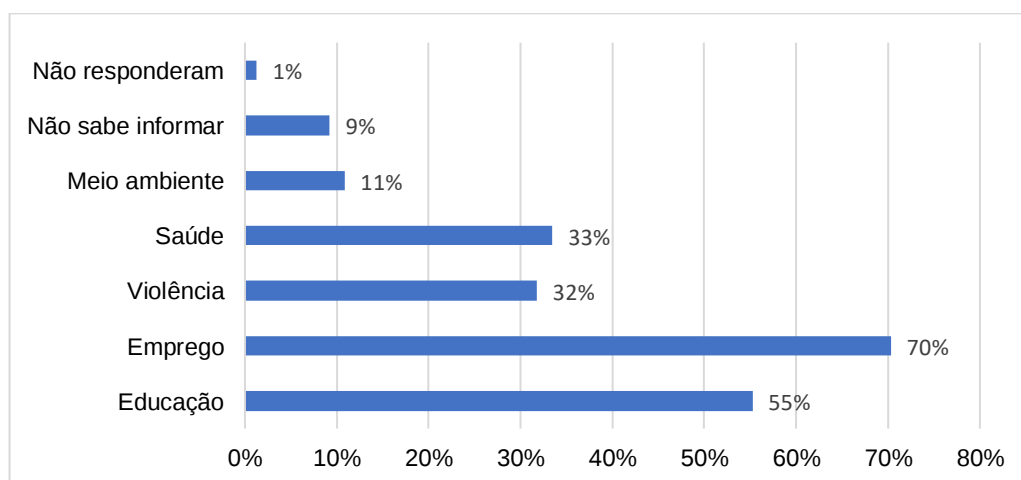


Fonte: elaborado pela autora (2026)

É importante observar que embora os jovens admitem acreditar no potencial das redes sociais como ferramenta para seu aprendizado, a efetividade do uso para fins educacional demanda mediação educativa de adultos e professores. Essa percepção positiva alinha-se com as diretrizes da BNCC, que defende o desenvolvimento da cultura digital e do letramento digital nas escolas. É fundamental que a escola se adapte para acolher essa juventude imersa no digital, transformando as redes em ambientes de construção coletiva de saber, através de uma mediação crítica para evitar que as tecnologias digitais tenham uso apenas técnico ou instrumental.

Ao serem questionados sobre quais os temas as juventudes apresentam maiores preocupações, o emprego se destaca (70%) como possível reflexo da vulnerabilidade financeira e do medo da precariedade no futuro trabalho, considerando que as escolas participantes da pesquisa se localizam em áreas habitadas predominantemente pela população de classe média baixa, pelos dados do perfil socioeconômico dos participantes, muitos vivem em famílias onde a fonte principal de renda vem de programas sociais.

Gráfico 12 – Temas mais preocupantes para os jovens



Fonte: elaborado pela autora (2026)

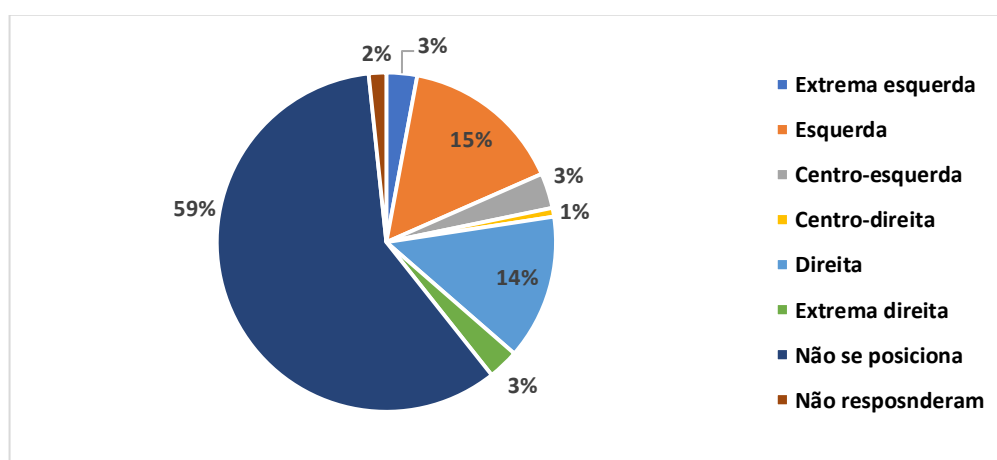
Em seguida, está a educação citada por 55% dos participantes. Muito citados também são os temas da saúde (33%) e violência (32%), com estas informações se pretende demonstrar quais os assuntos que despertam a atenção dos jovens, pois é isso que determina seu perfil de buscar online e direcionamento dos algoritmos para

notícias e informações de seu interesse. Os chamados algoritmos de recomendação atuam como um mecanismo automatizado de seleção de conteúdos no cotidiano digital, de maneira que os conteúdos não aparecem apenas na ordem que são publicados, pois as plataformas organizam o feed com base no que tende a prender a atenção do usuário. Os sistemas aprendem com os padrões e apresentam conteúdos semelhantes aos que geraram engajamento, como consequência esses moldam hábitos de consumo de informação criando bolhas de filtros (Pariser, 2012). Portanto parte do que a pessoa lê nas redes sociais depende dos amigos, das páginas que segue e do filtro algorítmico aplicado.

4.3.2 Engajamento político-social e os impactos psicossociais,

Neste tópico são apresentados o posicionamento político dos jovens participantes (Gráfico 13) e a percepção sobre a influência das redes neste posicionamento. A intensão de obter informações sobre o posicionamento político dos jovens se justifica pela importância de compreender e captar a tendência ideológica às quais estão expostos e como as redes digitais influenciam em suas ideias e posicionamento político. Os conteúdos que circulam nas redes sociais são monitorados por algoritmos e são estes que através de exposição passiva e contínua acabam direcionando o pensamento político dos jovens.

Gráfico 13 – Posicionamento político



Fonte: elaborado pela autora (2026)

As experiências políticas contemporâneas dos jovens, da mesma forma como outros aspectos do seu comportamento, “no online”, com influenciadores, formato curto e linguagem cotidiana desempenhando papel decisivo na formação de opinião. Este engajamento através das redes sociais deve ser compreendido deslocamento da participação para arenas digitais marcadas por forte visibilidade, disputa simbólica e circulação acelerada de sentidos. Em paralelo, a recente disputa ideológica no país se organiza em torno de polarizações entre esquerda, direita e extrema direita, com forte centralidade nas narrativas personalizadas, especialmente aquelas associadas ao bolsonarismo e às controvérsias em torno de instituições, mídia e políticas sociais.

Entre os participantes a maioria (59%) declararam que não se posicionam politicamente, o que não deve ser compreendido como desinteresse, mas pode denotar uma desconfiança política, um ceticismo resultante do conflito político alimentado pelas redes sociais que não se limita ao plano de programas partidários, mas envolve uma luta por credibilidade, legitimidade e enquadramento moral dos adversários. Neste cenário, a extrema direita brasileira preserva capacidade de mobilização, mesmo quando enfrenta desgastes institucional ou eleitoral. A disputa política brasileira segue marcada por uma forte resiliência desse campo e pela continuidade de suas bases discursivas nas redes sociais. O que se observa é que a polarização não representa apenas um efeito colateral da mídia digital, pois, de fato, é também um recurso estratégico de mobilização, que intensifica pertencimentos e organiza afetos em torno de antagonismos simplificados (Vasconcelos, 2024).

Pariser (2012) desenvolveu o conceito de “bolhas de filtros” ao advogar que os algoritmos das redes sociais tendem a mostrar apenas o que é familiar ao usuário, limitando o contato com o contraditório e o diálogo político real. Como resultado, em vez de as redes unirem os jovens em torno de debates coletivos, muitas vezes elas os fecham em zonas de conforto onde apenas o eco de suas próprias vozes é ouvido.

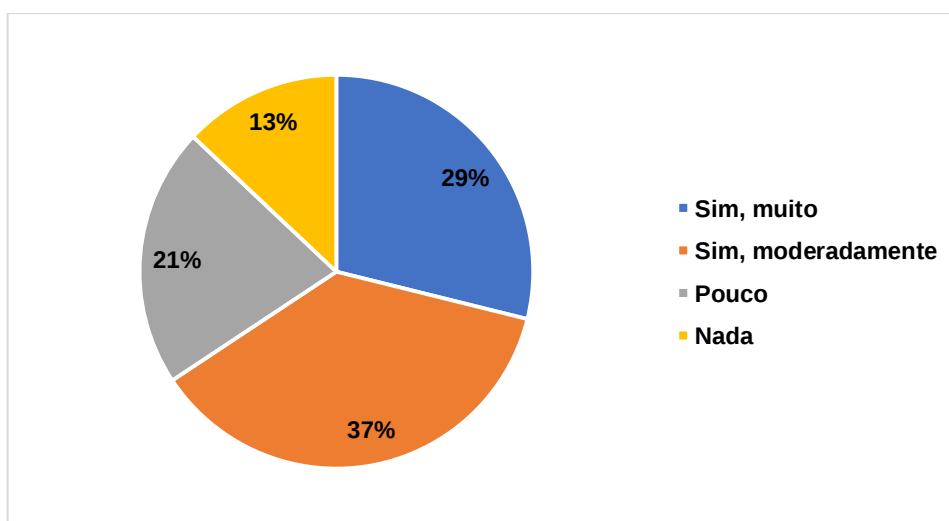
Ao serem questionados se acreditam que as políticas públicas podem transformar a sociedade, a maioria, isto é, um percentual de 69% respondeu positivamente, se somadas as respostas “sim, muito (26%)” e “sim, moderadamente (43%)”, o que revela uma credibilidade dos jovens nas mudanças sociais advindas das ações nas esferas públicas, apesar de expostos à desinformação, à manipulação algorítmica e à produção de conteúdos enganosos. Considerando que a disputa ideológica não ocorre apenas entre visões de mundo divergentes, mas também entre

regimes distintos de produção da verdade, nos quais a autoridade da informação é constantemente contestada.

Os dados da pesquisa revelam que a soma do percentual de participantes que se declaram “indiferentes (34%)”, “insatisfeitos (28%)” e “muito insatisfeitos (17%)” como o governo totaliza 79% dos participantes. Observa-se que este alto grau de insatisfação com as esferas governamentais se insere num contexto em que a intensificação do engajamento político nas redes sociais ocorre associado a um movimento de desgaste da avaliação governamental entre segmentos juvenis. Este descontentamento parte da percepção de que o governo não atende suas expectativas, este discurso é fortemente estimulado pelos algoritmos com viés, claramente polarizador. Este dado se conecta com o fato de que a desinformação sobre questões política se configurar-se como um fator determinante na tendência apolítica dos jovens, os dados da presente pesquisa apontam que ao serem questionados sobre o quanto se sentem informados sobre política, a maioria dos respondentes (54%) declara que se sentem “pouco (41%)” “nada informado (13%)” sobre política.

No que diz respeito a influência das redes sociais no seu posicionamento político, os jovens que declaram que “sim, muito (29%)” e “sim, moderadamente (37%)” somam 66% dos participantes. (Gráfico 14).

Gráfico 14 – Percepção sobre a influência das redes sociais



Fonte: elaborado pela autora (2026)

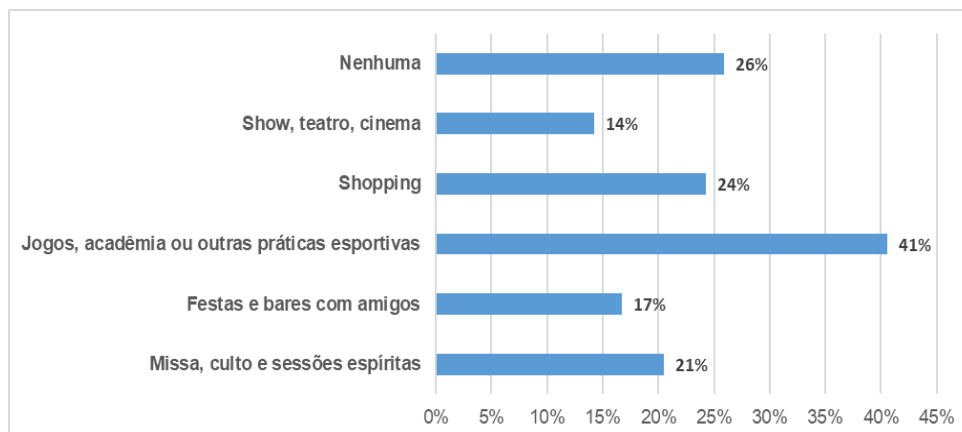
Este dado está alinhado com a pesquisa divulgada no painel TIC- Integridade de Informação (NIC. Br e CGI.br) que mostra que metade dos brasileiros de 16 anos ou mais utiliza feeds de vídeos curtos e aplicativos de mensagens para acompanhar, todos os dias, o que acontece no país e no mundo. Renata Mielli, coordenadora do CGI.br afirma em entrevista coletiva que:

[...] a pesquisa traz números "bastante preocupantes" e evidências da mudança com que as pessoas têm interagido com os conteúdos. Ela destaca que, "infelizmente", o surgimento de grandes plataformas digitais levou "parcela considerável" do debate público para seus ambientes privados, submetido a uma curadoria algorítmica que adota critérios não necessariamente ligados à qualidade da informação. Isso, segundo a especialista, tem contribuído para a "erosão da esfera pública" (Mielli, 2026).

A curadoria algorítmica a qual Mielli (2026) se refere diz respeito a manipulação da opinião pública orquestrada por robôs (Bots) usados para amplificar artificialmente certas mensagens, criar tendência e sinalizar vozes dissidentes produzindo conteúdos virais. Se utilizados com malícia estes mecanismos propagam rapidamente notícias falsas e sensacionalistas, projetadas para chocar e gerar reações emocionais imediatas. A vulnerabilidade dos jovens no ambiente digital se agrava quando estes são induzidos pelos influencers digitais a se filiarem a grupos que reforçam a identidade e disseminam a rejeição veemente às ideias de grupos opostos (Machado et al, 2025). Esta vulnerabilidade dos jovens está relacionada diretamente a intensidade de sua imersão nas redes sociais, que por sua vez é inversamente proporcional ao tempo que dedica a outras atividades, especialmente no seu tempo livre.

Os dados da pesquisa indicam que os jovens participantes utilizam seu tempo livre prioritariamente para entretenimento (Gráfico 15). Este dado deve analisado considerando que a pergunta permitia aos respondentes selecionarem mais de uma resposta, considerando que as formas de apropriação desse tempo não são estáticas ou lineares e nem sempre podem ser divididas em intervalos regulares, muitas são até simultâneas e interagem entre si.

Gráfico 15 – Atividades desenvolvidas no tempo livre

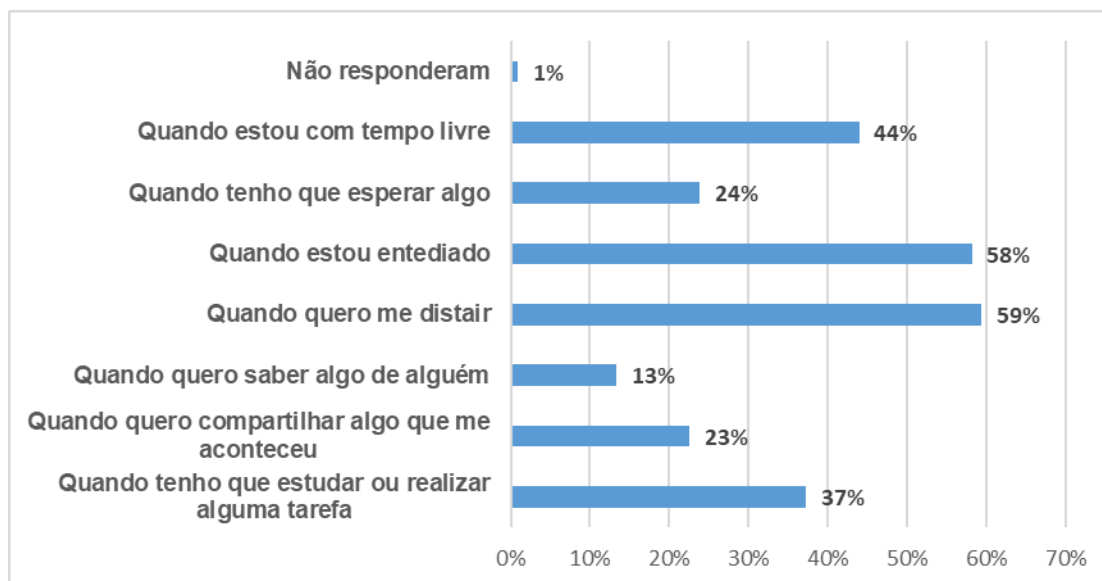


Fonte: elaborado pela autora (2026)

A maioria (41%) afirmam que as atividades esportivas estão entre suas opções de lazer, grande parte dos respondentes (24%) declaram que vão ao shopping em seu tempo livre e 21% indicam que as práticas religiosas são opções no tempo livre, onde estas atividades podem se torna momentos de encontros com amigos, pois a constante conectividade destes jovens favorece a comunicação e facilita estes encontros. Em especial as opções de festas e bares com amigos (17%), bem como show, teatro e cinema (14%) são constantemente mediadas, ampliadas e divulgadas pelas plataformas digitais.

Um dado muito interessante da pesquisa se refere aos estímulos que levam os jovens a sentirem vontade de acessar as redes sociais (Gráfico 16).

Gráfico 16 – Momento em que o estímulo de acessar as redes sociais é mais forte



Fonte: elaborado pela autora (2026)

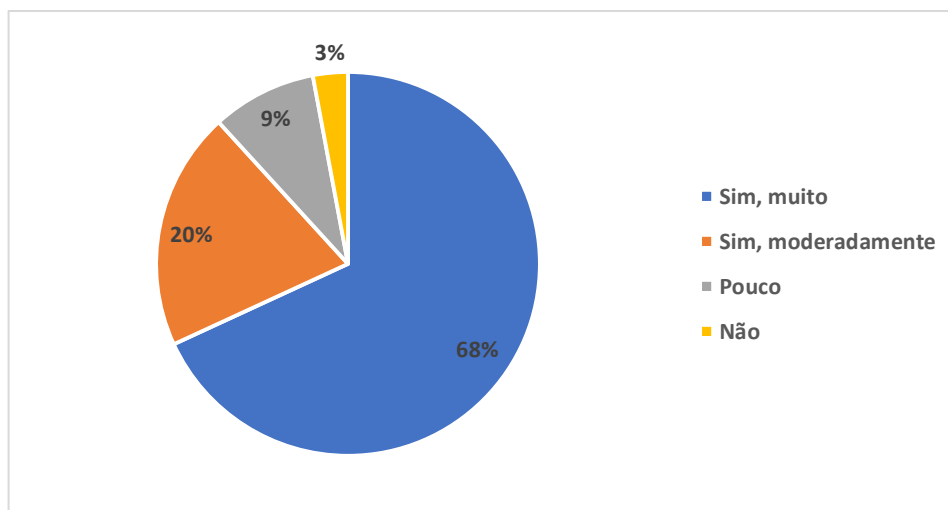
Nesta questão de múltipla escolha, pode-se observar que a maioria declara que um dos momentos em que se sente mais estimulados a usar as redes sociais é quando querem se distrair (59%), seguido de quando estão entediados (58%) e no seu tempo livre (44%), reforçando a premissa de que os jovens usam as redes como forma de lazer e entretenimento. Tais dados se mostram preocupantes, considerando que indicam uma associação das redes digitais a determinados sentimentos e comportamentos isolacionistas.

O impacto emocional da imersão no ambiente digital resulta da lógica de funcionamento dependente da liberação de dopamina em seus usuários, nesta lógica o prazer da interação coexiste com a exaustão mental. Um dos fatores que mais afetam os jovens é a preocupação com a imagem e com a opinião pública. Neste ambiente a pressão estética é sentida de forma aguda ao reportar sentimentos de inadequação, neste contexto os usuários das redes sociais, em especial o Instagram, preocupados com a imagem recorrem, frequentemente a filtros para se ajustar a padrões de beleza, na maioria das vezes irreais.

Como pode-se observar no Gráfico 17, um grande percentual de jovens (68%) participantes da pesquisa acredita que as redes sociais podem favorecer atitudes preconceituosas e estereotipadas. Esse dado exemplifica a teoria de Guy Debord (2003) sobre "sociedade do espetáculo", onde a aparência sobrepõe-se ao ser, bem

como a "hiper-realidade" de Baudrillard (1991), onde a imagem simulada e idealizada nas redes torna-se mais real que a própria realidade objetiva. A busca por uma aparência ideal que seja aceita pelo outro gera um distanciamento da realidade real e uma busca incessante por validação.

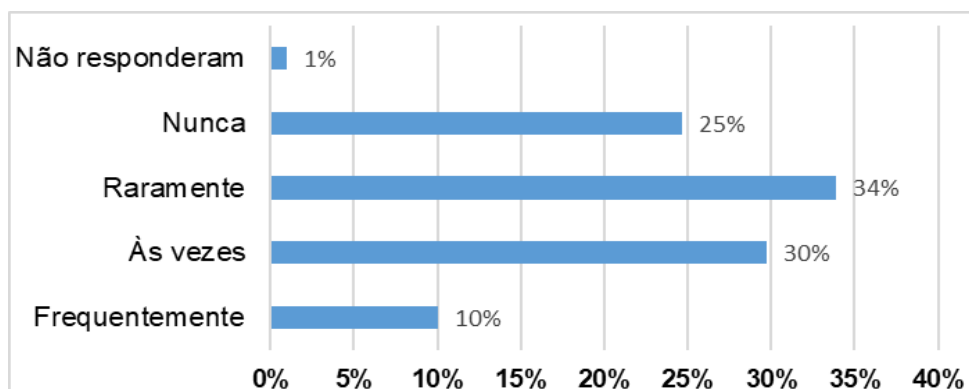
Gráfico 17 – As redes sociais favorecem as atitudes preconceituosa?



Fonte: Elaborado pela autora (2026)

Embora admitindo este viés preconceituoso das redes sociais, os participantes da pesquisa ao serem confrontados sobre o compartilhamento de informações que lhes tenham provocado sensação de arrependimento por sentirem que provocaram sentimentos negativos em outras pessoas, observa-se que o percentual de respondentes resultante da soma dos que declararam que nunca (25%) e raramente (34%) se arrependeram de compartilhar uma informação, soma 59% (Gráfico 18), este pode denotar tanto um sentimento de confiança em suas habilidades no ambiente digital, ou simplesmente indiferença.

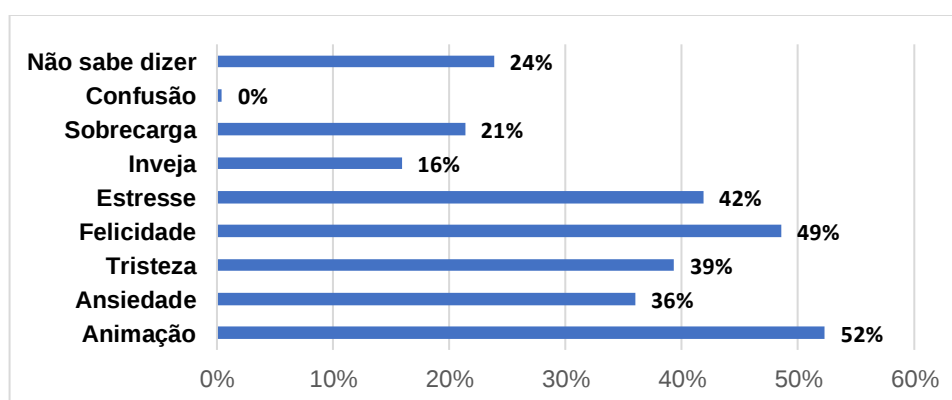
Gráfico 18 – Você já se arrependeu de ter compartilhado algo?



Fonte: elaborado pela autora (2026)

Um importante dado da pesquisa se refere aos sentimentos despertados nos jovens após um determinado tempo de exposição nas redes sociais. No Gráfico 19, considerando ser esta uma questão de múltipla escolha observa-se há uma simultaneidade de sentimentos como “felicidade” (49%) e “ansiedade” (36%) revelando a complexidade do vínculo digital. Denotando que o jovem busca alívio do estresse cotidiano na mesma rede social que provoca sua ansiedade (resultante de pressão por padrões e visibilidade). Cria-se um ciclo que realimenta a dependência emocional, pois o ambiente digital ao mesmo tempo que provoca o mal-estar se apresenta como a solução para o problema.

Gráfico 19 – O que você sente quando acessa as redes sociais?



Elaborado pela autora (2026)

As emoções oscilam entre sentimento de tristeza (39%) e animação (52%) demonstrando clara da vulnerabilidade emocional dos usuários neste ambiente caracterizado por uma profunda ambivalência resultante, principalmente da nefasta “cultura do engajamento” que muitas vezes se utiliza da exposição exagerada, da intimidade e do sofrimento.

Após o uso das redes, os sentimentos relatados são diversos e contraditórios, tais como animação e felicidade, mas também ansiedade, estresse, sobrecarga e confusão. Essa oscilação emocional é característica da “modernidade líquida” de Bauman (2017), onde as relações e identidades são fluidas, instáveis e geram insegurança. A teoria aponta que os algoritmos são desenhados para reter a atenção explorando emoções intensas, o que pode levar a ciclos de dependência emocional e sérios danos à saúde mental.

É importante relacionar este dado com a pesquisa nacional de saúde do escolar (PeNSE) realizada em 2024 pelo IBGE (2026) em parceria com o Ministério da Saúde e com o Ministério de Educação que objetiva fornecer informações para o sistema de vigilância dos fatores de risco e proteção para saúde dos escolares. A PeNSE se baseia nos estudos de Haidt (2024) e Seligman (2019) ao destacar o sentimento de tristeza persistente como um indicador clássico para a investigação de depressão na análise dos resultados em relação a saúde mental dos escolares. De acordo com a PeNSE um percentual de 29% de estudantes relata que nos últimos 30 dias sentiram tristeza na maioria das vezes ou sempre, sendo este sentimento mais frequente entre as meninas na faixa de 13 a 17 anos (41%), considerando que segundo Haidt (2024) as meninas são mais vulneráveis nesta fase da vida. Haidt (2024), com o uso de uma extensa metanálise de pesquisas, argumenta que os elevados índices de adoecimento mental observado em crianças e adolescentes devem-se ao advento de dispositivos móveis de comunicação, como descrito em sua tese sobre hiperconectividade na infância como causa de uma epidemia de transtornos mentais. E Seligman (2019) esclarece que ficar absorvido por uma tarefa (engajamento) com a sensação de tempo parar é um elemento influenciador da sensação de felicidade, porém as interações humanas são indispensáveis ao bem-estar psicológico e afirma que as inovações tecnológicas potencializam o isolamento do indivíduo, na medida que inibe as experiências de socialização síncronas.

5 CONCLUSÕES

Na concepção sociológica de juventude, historicamente predominante, o ser jovem era visto como uma passagem para a vida adulta, atrelada a um vir a ser (Abramo, 2005). A juventude associada a um estágio biológico e transitório da vida seria moldada pelas suas experiências dentro de instituições tradicionais (família, igreja, escola). Este conceito, porém, se encontra em constante processo de desconstrução e a definição de juventude se renova conforme o tempo, o espaço e as relações de classes, gênero, raça e cultura, não é natural e nem universal, pois carrega consigo valores e usos simbólicos específicos de cada contexto. De acordo com Dayrell (20023) nem ao menos podemos dizer juventude, mas sim “juventudes” no plural para caracterizar as dimensões sociais e políticas da definição e ampliar a compreensão do conceito.

O advento das redes sociais proporcionou uma mudança significativa na socialização juvenil, pois diferentemente da socialização tradicional, a socialização mediada pelas redes sociais não possui hierarquia, é extraterritorial e possui enorme diversidade cultural. O ser jovem da geração online se molda numa construção híbrida que mistura espaço físico e virtual. A vida virtual com suas características dinâmicas e imediatistas amplia de maneira significativa as possibilidades de papéis sociais que o jovem pode experimentar.

Diante deste cenário, as instituições de ensino, no seu papel de promover a socialização secundária, enfrentam a necessidade premente de reestruturar suas práticas pedagógicas para além do uso instrumental da tecnologia. De acordo com as diretrizes da BNCC, o letramento digital deve ser promovido de forma que os jovens desenvolvam uma reflexão crítica, ética e autoral no espaço virtual. A escola torna-se, assim, um espaço essencial para transformar o jovem de um consumidor passivo de dados em um sujeito ativo e crítico. Contudo, observa-se que há uma assimetria no acesso aos recursos tecnológicos e à conectividade de qualidade que reflete as desigualdades socioeconômicas históricas, especialmente em populações de classes baixas. Essa desigualdade compromete a autonomia intelectual e o exercício pleno da cidadania para as parcelas mais vulneráveis da população juvenil.

A análise do cenário do Ensino Médio no Maranhão revela um descompasso significativo entre o discurso normativo das reformas educacionais e a realidade material e social vivenciada pelas juventudes. A implementação da Lei nº 13.415/2017

e da BNCC introduziu uma lógica de "flexibilização" e "mentalidade empreendedora" que, embora teoricamente voltada à autonomia do estudante, na prática, tende a aprofundar a dualidade educacional e a precarização do ensino para as camadas populares. A investigação evidencia que a reforma atual é percebida como um campo de disputa onde prevalece um modelo eficientista e instrumental, buscando adequar a subjetividade juvenil às necessidades do sistema produtivo em detrimento de uma formação humana integral e politécnica. Existe uma lacuna crítica entre a proposta pedagógica de desenvolvimento de competências para o século XXI e a precariedade física das escolas maranhenses, onde expressivos percentuais de unidades ainda carecem de saneamento básico, laboratórios e internet de banda larga.

Ao analisar os dados da pesquisa empírica é importante que se considere como premissa que, embora a pesquisa tenha se realizado em escolas públicas estaduais localizadas em diferentes bairros de São Luís, todas são direcionadas ao mesmo público e seus alunos são selecionados através de um cadastro unificado que utiliza critérios tais como: sorteio, análise de perfil e histórico escolar. Portanto, o perfil dos participantes é bastante uniformizado. Assim, não é relevante estabelecer filtros de análise que utilizem critérios socioeconômicos para diferenciar os alunos por escolas, pois os estudantes estão todos inseridos dentro das mesmas classes sociais. Segundo dados do censo escolar as escolas possuem o mesmo INSE, a maioria de seus alunos se declaram de cor parda e moram com somente com as mães, que na sua maioria possui como escolaridade o ensino médio completo.

Outra premissa a ser considerada diz respeito à sociabilidade digital, pois esta não deve ser vista como um fenômeno isolado, mas deve ser analisada dentro de um contexto que a considere como reflexo do capital cultural e da estratificação socioeconômica dos estudantes, dados como a escolaridade dos pais, a renda familiar e a localização das escolas moldam a experiência virtual e norteiam as preocupações futuras, isto pode explicar porque a maioria declarar que sua maior preocupação é com o trabalho, revelando uma vulnerabilidade econômica.

Segundo os dados pesquisados os estudantes em sua grande maioria concordam que as redes podem contribuir para o processo de aprendizado e grande parte afirma que utilizam as redes para estudar. Destacando que estes jovens demonstram possuir uma visão crítica sobre os efeitos negativos das redes sociais, pois, acreditam que as redes favorecem atitudes preconceituosas. E uma grande parte admite que se sentem influenciados nas suas posições políticas.

A maioria utiliza as redes para o lazer e sociabilização com familiares e amigos sugerindo que as redes sociais se apresentam como espaço no qual a pluralidade das juventudes se manifesta livremente, onde os jovens encontram seus pares e reforçam sua noção de pertencimento, sem interferência das instituições tradicionais. Entretanto, emocionalmente os impactos das redes sociais nos jovens provoca uma ambivalência, sugerido uma forte contradição nos sentimentos despertados (felicidade x ansiedade). Efeitos resultantes, geralmente, da pressão por padrões de beleza e marketing mercadológicos (ir aos shoppings aparece como opção de lazer no tempo livre para um grande percentual de participantes).

É importante, portanto destacar as ações governamentais que visam reduzir os impactos da excessiva exposição dos jovens no mundo virtual, são diversas legislações pertinentes ao tema como por exemplo a Lei 14.533/2023 que institui a política Nacional de Educação Digital (PNED), sendo regulamentada pelo Decreto nº 11.713/23. A PNED declara o propósito de “potencializar os padrões e incrementar os resultados das políticas públicas relacionadas ao acesso da população brasileira a recursos, ferramentas e práticas digitais, com prioridade para as populações mais vulneráveis” (Brasil, 2023).

A sociabilidade mediada pelas redes sociais exige dinamismo, estratégias de segurança e atitudes de liderança associadas às habilidades comunicativas, especialmente nos jovens estudantes do ensino médio. A educação desempenha um papel fundamental nesta fase da vida em que os jovens começam a delinear suas trajetórias pessoais e profissionais, demandando o desenvolvimento de uma consciência crítica acerca de seus direitos e deveres como cidadãos.

Portanto, conclui-se que a escola, enquanto agente influenciador da subjetividade, reflete as tensões de um sistema que ainda não atingiu a universalização com qualidade. O avanço nos índices educacionais, como o IDEB, embora positivo, não camufla a necessidade urgente de políticas públicas que transcendam a lógica empresarial e enfrentem as raízes estruturais da exclusão e da desigualdade que ainda caracterizam o ensino médio no estado.

Enfim, conclui-se que: as redes sociais realmente estabelecem novas formas de sociabilidade, com possíveis implicações nos comportamentos juvenis e na sua saúde mental; neste contexto, a sociabilidade mediada pelas redes sociais traz implicações para os agentes socializadores tradicionais, especialmente para as instituições de ensino.

REFERENCIAS

ABRAMO, Helena Wendel, **Cenas juvenis**: punks e darks no espetáculo urbano. Scritta. São Paulo.1994.

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 5, p.25-36, mai.-ago. 1997. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n05-06/n05-06a04.pdf>

ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org). **Retratos da juventude brasileira**. Análise de uma pesquisa nacional. Instituto Cidadania e Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2009.

ALENCAR, Lara Serra Pinto de. Arquitetura e urbanismo moderno em conjuntos residenciais. Monografia. Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019

ARAUJO, Eliana Vasquez Ferreira de. A BNCC e o letramento digital: leitura e escrita digital no ensino médio. **Congresso Internacional de Educação e Tecnologia. Encontro de Pesquisadores de Ensino a Distância**. Universidade Federal de São José del Rei. 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/524629/Downloads/1197-31-4696-1-10-20210127.pdf>. Acesso em: 21 de outubro de 2025.

BARBOSA, Renata Peres; ALVES Natália. **Aprender a empreender**: reflexões sobre um projeto de vida danificado. Currículo sem fronteiras. 2023. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol23articles/1140.pdf>. Acesso em: de 10 de novembro 2025.

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e simulações**. Tradução: Maria João da Costa Ferreira. Lisboa: Editora Relógio D'agua, 1991.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para o consumo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **As redes sociais são uma armadilha**. El País, Madrid, 29 de dezembro de 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/30/cultura/1451504427_675885.html. Acesso em: 7 de março de 2026.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro. Zahar. 2021.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

BOURDIEU. P. A juventude é apenas uma palavra. In: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRASIL. **[Constituição (1998)]**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2016.

BRASIL. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a Implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Município, Distrito Federal e Estado, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização nacional pela melhoria e qualidade da educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2007

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2017.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2003.

BRASIL, Lei nº 14.533 de 11 de janeiro de 2023. Institui a Política Nacional de Educação Digital (PNED). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília. 2018.

CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. Identidades juvenis e escola. **Revista de Educação de Jovens e Adultos, Alfabetização e cidadania**. n.10, Rio de Janeiro. 2000.

CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. **O ensino médio na transição da juventude para a vida adulta**: juventude e iniciação científica: políticas públicas para o ensino médio. Rio de Janeiro: EPSJV: UFPR, 2010.

COSTA, Jesus de Nazaré de Lima; ROSÁRIO, Maria José Aviz do. Juventude e classe. **Revista Programa Conexões**. Belém, Universidade Federal do Pará- UFPA On-line, V.3, 2018.

COULON, Alain. **A escola de Chicago**. tradução Tomás R. Bueno, Campinas, SP: Editora: Papirus, 1995. Disponível em: <https://margens.blog/wp-content/uploads/2017/06/alain-coulon-a-escola-de-chicago-livro.pdf>. Acesso em: 2 de março de 2026.

CUNHA, Nilton. Da polarização social à polarização afetiva. **Revista Tópicos**. Rio de Janeiro, v.3, n.27, p.1-25, 2025.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, n. 24, p. 40-52, set/dez. 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/jrbedu/a/zs_HS7SvbPxKYmvcX9gwSDty/abstract/?lang=pt. Acesso em: 10 de março de 2026.

DAYRELL, Juarez (Org.). **Por uma pedagogia da juventude**: experiências educativas do Observatório da Juventude da UFMG. . Belo Horizonte: Mazza Edições, 2016.

DAYRELL, Juarez; NONATO, Symaira Poliana. **Por uma pedagogia da juventude**: educação e a pesquisa como princípios educativos. Belo Horizonte: Ed. Fino Traço, 2021.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**, 2003. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/socespetaculo.html>. Acesso em: 11 de novembro de 2025.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 1997. Disponível em: https://monoskop.org/images/0/08/Deleuze_Gilles_Guattari_Felix_Mil_platos_capitalismo_e_esquizofrenia_1.pdf. Acesso em: 11 de novembro de 2025.

DUARTE, M. R. T.et al. Perfis de jovens e concepções de juventudes. In: DUARTE, M. R. T. (Org.). **Palavras de jovens sobre o Projovem**: estudos com egressos e a formação de pesquisadores em avaliação de programas educacionais. Belo Horizonte: Escritório de Histórias, 2009. p. 33-56.

DUARTE, Newton. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?** quatro ensaios críticos-dialéticos em filosofia da educação. Campinas (SP): Autores Associados, 2008. (Coleção polêmicas do nosso tempo).

DELORS, J. Educação: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez, 1998. Disponível em: https://dhnet.org.br/dados/relatorios/a_pdf/r_unesco_educ_tesouro_descobrir.pdf. Acesso em: 20 de novembro de 2025.

ERIKSON, Erik. **Sociedade y adolescência**. 11. ed. México: Siglo. Veintiuno, 1987. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/313518788/Sociedad-y-Adolescencia-ERIK-H-ERIKSON>. Acesso em: 20 de novembro de 2025.

FORACCHI, Marialice. **O estudante na transformação da sociedade brasileira**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1965. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/688290417/O-Estudante-e-a-Transformacao-Da-Sociedade-Brasileira-Marialice-Forach>. Acesso em: 10 de novembro de 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREUD, Sigmund. **Obras completas**, volume 6: três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análises fragmentárias de uma histeria ("o caso Dora") e outros textos (1901-1905). tradução Paulo César de Sousa. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

GALVEZ JUNIOR, Paulo Eduardo. Impacto das mídias sociais no processo de ensino-aprendizagem. Revista eletrônica saberes da educação, v.5, n.1, 2014.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Trad. Raul Fiker, Ed. UNESP- FUNDUSNESP. São Paulo, 1991. Disponível em: https://www.ispsn.org/sites/default/files/documentos-virtuais/pdf/anthony_giddens_-_as_consequencias_da_modernidade.pdf. Acesso em: 10 de novembro de 2025.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GILLESPIE, T. A relevância dos algoritmos. v. 6, n. 1, p. 95-121, jun. 2018. Disponível em: <http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/722>. Acesso em: 6 de outubro de 2025.

GRASSI, Amaro; RUEDIGER, Marco Aurelio. (coord.). **Consumo de mídias digitais no Brasil**: um mapeamento das dietas informacionais e dos usos de plataformas digitais no contexto nacional. Rio de Janeiro: FGV ECMI, 2023. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/555ddf92-677b-457e-abbc-b147f364cf99>. Acesso em: 5 de outubro de 2025.

GROPPO, Luís Antônio. Teorias pós-críticas da juventude: juvenilização, tribalismo e socialização ativa. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales**, Niñez y Juventud, 13 (2), p. 567-579. 2015. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1692-715X2015000200002. Acesso em: 08 de agosto de 2025.

GROPPO, Luís Antônio. **Introdução à sociologia da juventude**. Jundiaí (SP): Paco Editorial, 2017.

HAIDT, Jonathan. A geração ansiosa: Como a infância hiperconectada está causando uma epidemia de transtornos mentais. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

HALL, G. Stanley. Adolescence: Its Psychology and Its Relations to Physiology, Anthropology, Sociology, Sex, Crime, Religion and Education. 2. ed. New York: D. Appleton and Company, 1937. Disponível em: <https://archive.org/adolescenceitsps01hall/page/n3/mode/2up>. Acesso em: 10 de dezembro de 2025.

HALL, Stuart; JEFFERSON, Tony (Orgs.). Resistance through rituals. Youth and subcultures in post-war Britain. Londres: Hutchinson; Birmingham: Universidade de Birmingham, 1982. Disponível em: https://monoskop.org/images/e/e2/Hall_stuart_Jefferson_Tony_eds_Resistance_Through_Rituals_Youth_Subcultures_in_Post-war_Britain_1976.pdf. Acesso em: 12 de dezembro de 2025.

IANNI, Octavio. Industrialização e desenvolvimento social no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1963.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa nacional de saúde escolar: 2024/ Coordenação de população e indicadores sociais. Rio de Janeiro, 2026, 237 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102266>. Acesso em: 17 de junho de 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estimativa de População Municipal. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2025/POP2025_2025_1031.pdf. Acesso em: 10 de março de 2026.

INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO. Edital de Matrículas 2024-IEMAS PLENOS – n 02/2024. Disponível em: https://iema.ma.gov.br/wp-content/uploads/2024/02/Edital_de_matriculas_NOVAS_UNIDADES_2024_retificacao01-assinado.pdf. Acesso em: 11 de março de 2026.

INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO. Edital de Matrículas 2025-IEMAS PLENOS – n 14/2024. Disponível em: https://iema.ma.gov.br/wp-content/uploads/2024/12/Edital-de-Matriculas_2025_n142024-assinado.pdf. Acesso em: 11 de março de 2026.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS. **Boletim Social do Maranhão**: panorama da juventude maranhense, v. 5, n3, São Luís. 2023. Disponível em: <https://imesc.ma.gov.br/wp-content/uploads/2023/12/V-5-N-3-2023.pdf>. Acesso em: 10 de março de 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **O Novo Ensino Médio e a Educação Profissional e Tecnológica**: Conceitos e Orientações para a Declaração do Censo Escolar 2025. Brasília, DF, 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Diretoria de Estatísticas Educacionais (DEED). **Censo Escolar da Educação Básica 2023**, Resumo Técnico. Brasília-DF. 2024.

LANIER, Jaron. **Dez argumentos para você deletar agora suas redes sociais**. Trad. Bruno Casotti. São Paulo: Ed. Intrínseca, 2018. Disponível em: <https://archive.org/details/dez-argumentos-para-voce-deletar-agora-suas-redes-sociais/page/n7/mode/2up>. Acesso em: 6 de agosto de 2025.

MACHADO, Robson; SILVA, Régis Henrique dos Reis. **O novo ensino médio como parte das reformas empresariais na educação brasileira**: da tragédia anunciada ao desastre consolidado. Periódicos Horizontes, USF, Itatiba-SP. 2024. Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/1820>. Acesso em: 10 de dezembro de 2025.

MACHADO, Maíke Stredr Ferreira; SANTOS, Cristiano Maciel dos; LEIVA, Daniela Munhoz; SILVA, Michaela Schluter da Silva; REIS, Juliano Costa dos; HENZEL Leoni Garcia. **A influência das redes sociais na formação da opinião pública no Brasil**. 1 ed. Editora Arché. São Paulo, 2025

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Florence Universitária. Rio de Janeiro.1998.

MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, Marialice M. (Org.). **Karl Mannheim**. Col. Os Grandes Cientistas Sociais, n. 25. São Paulo: Ática, 1982. Disponível em: <https://www.professorrenato.com/wp-content/uploads/2022/05/LIVRO-Mannheim.-Colecao-Grandes-Cientistas-Sociais.pdf>. Acesso em: 24 de setembro de 2025

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. La juventude es más que una palabra. In: MARGULIS, Mario (Ed.). **La juventude es más que una palabra**. Buenos Aires: Biblos, 1996. Disponível em: https://www.psi.uba.ar/academica/carrerasdegrado/psicologia/sitios_catedras/practicas_profesionales/788_salud_adol/material/juventud_mas_que_palabra.pdf. Acesso em: 60 de agosto de 2025

MARQUES, Matheus Victor Coelho; SILVA, Lucas Duarte. Influência das redes sociais na formação da subjetividade de jovens adultos sob uma perspectiva da psicologia sócio-histórica. **Contemporary Journal**. Vol.4, n12. 2024. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/6836>. Acesso em: 5 de março de 2026.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução: Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2001. Disponível em: <https://gpect.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/11/ideologia-alema.pdf>. Acesso em: 8 de agosto de 2025.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Educação. **Plano estratégico para elevação de indicadores educacionais da rede estadual de educação**. São Luís: SEDUC, 2017.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Educação. **Caderno de orientações pedagógicas para projeto de vida**. São Luís, 2022.

MESQUITA, Silvana S. A., PISCHETOLA, Magda. Os sentidos da escola na cultura digital: possibilidades de mutações. In: VILAÇA, Marcio Luiz Corrêa; GONÇAVES, Lilia Aparecida Costa (Org). **Cultura digital, educação e formação de professores**. São Paulo: Pontocom. 2022. p. 33-57.

MEIRELES. Jacqueline, ADÃO, Felipe da Silva Pinto. Plataformização da educação em tempos de colonialismo digital: reconfigurações da relação professor-estudante. Dossiê inteligência artificial, ética e formação, Educ.Soc.v.46 Campinas. 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/fm8xTvTkCDgPcghM36kRH7z/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 25 de junho de 2026.

MIELLI, Renata. Painel TIC- Integridade da Informação. NIC.br/CGI.br. 2026. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/pt-br/20260408150919/painel_tic_integridade_informacao_2026_livro_pt.pdf. Acesso em: 22 de junho de 2026.

MONTAÑO, Carlos: **“Identidade” e classe social**: uma análise crítica para a articulação das lutas de classes e antiopressivas. São Paulo: Anita Garibaldi, 2021.

NOVAES, Regina. Os jovens “sem religião”: ventos secularizantes, “espírito da época” e novos sincretismos, notas preliminares. *Estud. av.* 18 (52), dez 2004 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142004000300020>. Acesso em: 14 de março de 2026.

PAIS, José Machado. **A construção sociológica da juventude**: alguns contributos. *Análise Social*, vol.XXV. Lisboa, 1990. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/282670420_A_Construcao_Sociologica_da_Juventude_-_alguns_contributos Acesso em: 8 de agosto de 2025.

PARSONS, Talcott. A classe como sistema social. In: BRITTO, Sulamita de (Org.). **Sociologia da juventude**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. vol. III

PARISER, E. **O filtro invisível**: o que a internet está escondendo de você. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PEREGRINO, Mônica; Juventude, trabalho e escola: elementos para análise de uma posição social fecunda. **Cad. Cedes**, Campinas, v.31, n. 84, p.275-291, maio-ago. 2011. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>

PEREGRINO, Mônica; PRATA, Juliana de Moraes. Juventude como mirante dos fenômenos sociais e a reforma do ensino médio: o que se vê quando se olha de um outro lugar? **Revista Brasileira de Educação**, v.28. Rio de Janeiro. 2023.

PEREIRA, Marcel; SILVA, Rozineide. Pedagogia crítica e tecnologias digitais: fundamentos éticos para mediação pedagógica da escola pública. **Revista Tópicos**, Rio de Janeiro, v.4, n30 p.1-24, 2026.

PINHEIRO Robert, OLIVEIRA Frederico. Mídia e fé: religião e padrões de consumo midiático entre jovens brasileiros. **Caminhos- Revista de ciência da Religião**. Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). Goiânia, v. 23, n. 3, e15540, set./dez., 2025.

PORTELA, Edinólia Lima. Juventude juventudes: dos contornos sobre o conceito às implicações de um programa socioeducativo. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v.4, n.3, set/dez. 2021.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Ed Meridional, 2009. Coleção cibercultura

RECUERO, Raquel. **A rede da desinformação**. Sistemas, estruturas e dinâmicas nas plataformas de mídias sociais. Porto Alegre: Editora Sulina. 2024.

ROSADO, Luiz Alexandre da Silva; MARTINS, Tatiane Marques de Oliveira. Redes sociais na internet e visões polarizadas de pais e alunos. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v.12, n 17, p.341-367. Universidade Estácio de Sá. Programa de Pós-graduação em Educação. 2015

SÁ, Márcio Gomes. Pós-modernidade!? Dimensões e reflexões. **Revista Pós Ciência Sociais**. São Luís, v.3 N.6 jul/dez. 2006, p. 41-60.

SANTOS, Rodrigo Otávio dos. **Algoritmos, engajamento, redes sociais e educação**. Acta scientiarum. Education, v.44. Curitiba. 2022.

SANTOS, Amanda de Jesus Oliveira: Letramento Digital na BNCC: A cultura digital no processo de ensino e aprendizagem de língua portuguesa. **V Congresso de Ensino Pesquisa e Extensão**. UEG: Universidade Estadual de Goiás – Campus Campos Belos. 2018.

SELIGMAN, M. E. P. **Aprenda a ser otimista**: como mudar sua mente e sua vida. Rio de Janeiro: Objetiva, 2019.

SILVA, Phellype Kassio Barbosa da. **A representatividade do Liceu Maranhense na imprensa oficial 1831 a 1886**. Universidade Federal do Maranhão. 2019.

SILVA, Jorge Luís Aires. **O bairro da Cidade Operária e sua organização espacial através das moradias**. São Luís, 2022. Monografia - Universidade Estadual do Maranhão, 2022.

SINGER, Paul. A juventude como coorte: uma geração em tempos de crise social. In: ABRAMO, Helena Wendel. BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org). **Retratos da juventude brasileira**. Análise de uma pesquisa nacional. São Paulo. Instituto Cidadania e Editora Fundação Perseu Abramo, 2009, p.26-35.

SIQUEIRA, Dirceu Pereira; GIROLIMETTO, Luiza Schiavon. A desigualdade digital como nova expressão da desigualdade social: os impactos na educação pública brasileira e nos direitos da personalidade. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas**. Unifafibe.v.13, n.2, 2025.

Disponível em: www.unifafibe.com.br/rvista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub/index. Acesso em: 14 de março de 2026.

SOUZA, Fernanda, Ribeiro de. O novo ensino médio: a disputa em torno de um velho projeto formativo. **Revista Internacional Educon**. v. 2, n.1, jan-abr. 2021.

TAVARES, Breitner. Sociologia da juventude: da juventude desviante ao protagonismo jovem da UNESCO. **Sociedade e cultura**, Goiânia. 2012, v.15, n.1, p. 181-191.

TRANCOSO, Alcimar Enéas Rocha; OLIVEIRA, Ádelia Augusta Souto. **Produção social, histórica e cultural do conceito de juventudes heterogêneas potencializa ações políticas**. Universidade Federal de Alagoas, Psicologia e Sociedade. 2014.

VALENTE, José Armando. Uso da internet em sala de aula. **Educar**, n.9. Editora da UFPR. 2002.

VASCONCELOS, Ana Carolina. É tempo de disputa de projetos na sociedade brasileira. **Brasil de Fato**. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/colunista/brasil-popular/2024/12/06/e-tempo-de-disputa-de-projetos-na-sociedade-brasileira>. Acesso em: 14 de março de 2026.

WANDERLEY, Anderson dos Santos. A influência das redes sociais no processo de compreensão e aceitação da sexualidade e identidade de gênero por jovens lgbt+s, e o papel da escola nesse contexto. Campina Grande. 2019.

Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/56392>>. Acesso em: 14 de março de 2026.

WEISHEIMER, Nilson. Marialice Foracchi e a formação da sociologia da juventude no Brasil. **BIB**, São Paulo, n. 77, 1. semestre de 2014, p.91-117.

WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina**. Tradução Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Título da pesquisa: REDES SOCIAIS E JUVENTUDES DO ENSINO MÉDIO: uma análise exploratória da percepção dos estudantes do ensino médio de São Luís – MA
Pesquisadora responsável: Leticia Maria Monteiro do Nascimento

Orientadora: Profa. Dra. Cacilda Rodrigues Cavalcanti

Instituição: Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa que pretende analisar as percepções de estudantes do ensino médio em relação as redes sociais.

Objetivo da pesquisa: Analisar os usos das redes sociais e suas influências na sociabilidade e identidades juvenis a partir das percepções de estudantes do ensino médio no município de São Luís.

Procedimentos: Caso aceite participar, você responderá a um questionário online, contendo perguntas sobre seu perfil socioeconômico, hábitos de uso das redes sociais, percepções sociais e políticas e conteúdos acessados.

Participação: Sua participação é voluntária e você pode retirar seu consentimento e desistir de participar a qualquer momento, sem nenhum prejuízo.

Riscos e benefícios: Não há riscos previstos para os participantes. Os resultados contribuirão para a compreensão do fenômeno e poderão subsidiar políticas públicas e práticas escolares para melhorar o ambiente educacional.

Confidencialidade: Seus dados serão mantidos em sigilo absoluto e usados exclusivamente para fins acadêmicos. Nenhuma informação pessoal será divulgada.

Contato: Para dúvidas sobre a pesquisa, você pode entrar em contato com a pesquisadora pelo email: leticia.mmn@discente.ufma.br.

Declaro que:

- Li e compreendi as informações acima;
- Recebi respostas às minhas perguntas;
- Estou ciente de que minha participação é voluntária;
- Concordo em participar da pesquisa

Você aceita participar da pesquisa?

() Sim () Não

APÊNDICE B - Instrumento de Pesquisa

PROJETO: REDES SOCIAIS E JUVENTUDES DO ENSINO MÉDIO: uma análise exploratória da percepção dos estudantes do ensino médio de São Luís**PESQUISA DE CAMPO****BLOCO 1. DADOS SOCIOECONÔMICOS**

1. Nome da Escola: _____

2. Quantos anos você tem?

() 14 - 15 anos () 16 – 17anos () 18 – 19 anos

3. Em que ano você estuda?

() 1º ano () 2º ano () 3º ano

4. Qual seu gênero?

() Feminino () Masculino () Prefiro não declarar () Outros. Qual? -

5. Qual sua religião?

() Evangélica () Católica () Espírita () Candomblé/Umbanda () Sem religião
() Outra. Qual? _____

6. Você é casado (a)?

() Sim () Não

7. Você tem filhos?

() Sim () Não

8. Com quem você mora?

() Pai e mãe () Somente a mãe () Somente o pai () Outro responsável
() Esposo/Esposa

9. Você possui vínculo empregatício (trabalho, jovem aprendiz, estágio)?

() Sim () Não

10. Qual a escolaridade do principal responsável na sua casa?

() Sem escolaridade () Ensino fundamental () Ensino médio () Ensino superior

11. Qual a principal fonte de renda da sua família?

() Trabalho formal () Trabalho informal () Bolsa/benefícios () Outro.Qual?

BLOCO 2: USO, INTERAÇÕES E ATITUDES EM REDES SOCIAIS

12. Qual a rede social que você mais usa?

() Instagram () WhatsApp () YouTube () TikTok () Outra. Qual?

13. Mais ou menos quanto tempo por dia você passa usando as redes sociais?

() Entre 1 a 3 horas () Entre 4 a 6 horas () Mais de 6 horas

14. Qual aparelho você utiliza para acessar as redes sociais?

() Celular () Tablet () Computador/notebook

15. Para quais finalidades você utilizar as redes sociais (pode ser mais de uma resposta)?

- () Lazer (vídeos, jogos, músicas)
 () Conversar e compartilhar sua rotina com amigos e familiares
 () Pesquisar informações e notícias
 () Compartilhar opiniões e receber feedback
 () Estudar e pesquisar conteúdo da escola
 () Buscar e compartilhar conteúdo religioso

16. Você considera confiável as informações que encontra nas redes sociais?

() Sempre () Frequentemente () Às vezes () Raramente () Nunca

17. Antes de compartilhar uma notícia ou informação nas redes sociais, você verifica se ela é verdadeira?

() Sempre () Frequentemente () Às vezes () Raramente () Nunca

18. As redes sociais podem contribuir para sua aprendizagem ou conhecimento?

() Concordo totalmente () Concordo () Indiferente () Discordo () Discordo totalmente

19. Na sua opinião qual a maior preocupação da juventude hoje?

() Educação () Emprego () Violência () Saúde () Meio ambiente
 () Não sabe informar () Outras.
 Quais? _____

BLOCO 3: PERCEPÇÕES E POSICIONAMENTO POLÍTICO-IDEOLÓGICO E PRÁTICAS CULTURAIS**20. Como você se posiciona politicamente?**

() Extrema direita () Direita () Centro-direita () Centro-esquerda () Esquerda
 () Extrema-esquerda () Não se posiciona politicamente

21. Quão informado você se sente sobre política?

() Muito informado () Informado () Pouco informado () Nada informado

22. Você acredita que a política pode transformar a sociedade?

() Sim, muito () Sim, moderadamente () Pouco () Não

23. Qual sua opinião sobre o governo?

☐ Muito satisfeito ☐ Satisfeito ☐ Indiferente ☐ Insatisfeito ☐ Muito insatisfeito

24. Você acredita que as redes sociais podem influenciar seu posicionamento político?

☐ Sim, muito ☐ Sim, moderadamente ☐ Pouco ☐ Não

25. Quais suas principais práticas culturais (pode ser mais de uma resposta)?

☐ Missa, cultos e sessão espíritas ☐ Festas e bares com amigos ☐ Jogos de futebol ☐ Shopping ☐ Show/Teatro/ cinema ☐ Nenhuma

26. Em que momento do seu dia você sente que mais usa as redes sociais (pode ser mais de uma resposta)?

☐ Quando tenho que estudar ou realizar alguma tarefa
☐ Quando quero compartilhar algo que me aconteceu
☐ Quando quero saber algo da vida de alguém
☐ Quando quero me distrair
☐ Quando estou entediado (a)
☐ Quando tenho que esperar algo
☐ Quando estou em meu momento livre

27. Se você precisar ouvir a opinião de alguém antes de tomar uma decisão importante, quem você ouviria primeiro?

☐ Seus pais e familiares/responsáveis ☐ Seus amigos
☐ A inteligência artificial (por exemplo o ChatGPT) ☐ Ninguém

28. Você se sente pressionado por padrões de beleza, culturais, políticos ou outros presentes nas redes sociais?

☐ Sim, muito ☐ Sim, moderadamente ☐ Pouco ☐ Não

29. Você acredita as redes sociais podem favorecer atitudes preconceituosas e estereotipadas?

☐ Sim, muito ☐ Sim, moderadamente ☐ Pouco ☐ Não

30. Você percebe se seu comportamento é diferente quando está online ou offline?

☐ Sim, muito ☐ Sim, moderadamente ☐ Pouco ☐ Não

31. Com que frequência você já se arrependeu de haver compartilhado algo nas redes sociais?

☐ Frequentemente ☐ Às vezes ☐ Raramente ☐ Nunca

32. Após passar algum tempo na rede social, você sentiu alguns desses sentimentos?

☐ Animação ☐ Ansiedade ☐ Tristeza ☐ Felicidade ☐ Estresse
☐ Inveja ☐ Sobrecarga ☐ Confusão ☐ Não sabe dizer
☐ Outro. Qual? _____